

NELSON CARNEIRO JÚNIOR

**As Imagens da Cultura Política Brasileira em  
*A Carteira de Meu Tio* de Joaquim Manuel de Macedo**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

Goiânia, 2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIENCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE E REGIÃO

**As Imagens da Cultura Política Brasileira em  
*A Carteira de Meu Tio* de Joaquim Manuel de Macedo**

Autor: Nelson Carneiro Júnior  
Orientador: Dr. Sebastião Correa Rios

Goiânia , 2008

FICHA TÉCNICA

Nome: Nelson Carneiro Júnior

Título: As Imagens da Cultura Política Brasileira em A carteira de meu tio de Joaquim Manuel de Macedo

Curso: Mestrado em Sociologia

Área de Concentração: Sociedade e Região

Linha de Pesquisa: Cultura, discursos e práticas simbólicas

Data da Defesa: 13 de junho de 2008

Orientador: Professor Doutor Sebastião Correa Rios

Palavras-chave: sociologia, literatura, cultura política, cidadania, romantismo, campo literário.

## RESUMO

O romance *A carteira de meu tio* de Joaquim Manuel de Macedo discute o quadro da cultura política brasileira em meados do século XIX. A obra realiza uma radiografia dos costumes políticos, usando símbolos e alegorias que reafirmam a imagem de um país com baixa consistência na representatividade política e no espaço político institucional exíguo em função do predomínio de privilégios e do clientelismo.

As alegorias presentes na obra *A carteira de meu tio* referentes à constituição de 1824 são o ponto de partida desta pesquisa que realiza uma interpretação sociológica de uma obra literária, mostrando como esta cria representações importantes para a análise da sociedade.

Esta dissertação pretende estudar como aspectos da cultura política nacional presentes em *A carteira de meu tio* são apropriados pela representação literária e pela produção sociológica e historiográfica. A literatura é o suporte que permitirá desvendar as imagens elaboradas pelo autor e através do recorte histórico e da análise sociológica indicaremos o que existe por trás dos discursos presentes na obra literária sobre o objeto da pesquisa.

A representação da constituição imperial de 1824 na obra *A carteira de meu tio* de Joaquim Manuel de Macedo simboliza e retrata as práticas políticas realizadas no Segundo Império e as imagens da atividade política no Brasil. Os conceitos de cidadania política e o papel que as instituições políticas exerceram no país na conjuntura entre 1853 a 1865 são avaliados como elementos decisivos na consolidação de uma cultura política nacional.

## ABSTRACT

The novel *A carteira de meu tio*, written by Joaquim Manoel de Macedo, shows the reality of Brazilian political culture during 19<sup>th</sup> century. The book makes radiography of political customs, using symbols and allegories that re-affirm the image of country with a low consistence in representatives and institutional political space exiguous in function of predominance of privilege of clients.

The allegories presented in the book *A carteira de meu tio*, refers to the constitution of 1824, are the starting point of this research that realizes a social interpretation of a literary work, showing how this one present important representations to analyzes of society.

This essay intends to study how cultural aspects from national political culture presents in *A carteira de meu tio* are appropriated by literary representation and historical and social production. Literature is the support that will allow revealing the images elaborated by the author and through historical part and a social analyzes, we will show what exist besides the present speeches in literary work about the purpose of the research.

The representation of the imperial constitution of 1824 in *A carteira de meu tio*, by Joaquim Manoel de Macedo, symbolizes and presents political practices realized in Second Empire Government and the images of political activity in Brazil. The conception of political citizenship and the role taken by political institutions in the country during 1853 to 1865 are evaluated as decisive elements in consolidation of a national political culture.

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| 1. Introdução.....  | 8   |
| 2. Literatura e Sociedade.....  | 11  |
| 3. O romantismo e a consolidação do campo literário no Brasil.....                | 18  |
| 4. A Posição de Joaquim Manuel de Macedo no campo literário.....                  | 33  |
| 5. A representação da cultura política brasileira em <i>A carteira de meu tio</i> |     |
| 5.1: O sobrinho do tio e a constituição imperial.....                             | 54  |
| 5.2: As Assembléias Provinciais.....  | 71  |
| 5.3: Partidos políticos imperiais.....  | 80  |
| 5.4: Política da Conciliação.....   | 84  |
| 5.5: A instituição do Júri .....  | 95  |
| 6. Considerações Finais.....  | 102 |
| 7. Referências Bibliográficas .....   | 110 |

## **Introdução**

## Considerações Iniciais

A dissertação pretende discutir as representações da cultura política brasileira presentes em *A carteira de meu tio* (2001) de Joaquim Manuel de Macedo. A obra realiza uma crítica satírica das práticas políticas do segundo império, apresentando imagens da atividade política no Brasil. A trajetória ficcional do narrador personagem acompanhará a discussão acerca das instituições imperiais e por meio de suas ações será possível compreender características da cultura política nacional.

Este trabalho pretende se apropriar das teorias de Pierre Bourdieu (2002; 1989) e Antonio Candido (2002) acerca das conexões possíveis entre literatura e sociedade para problematizar as questões políticas presentes na obra *A carteira de meu tio* de Joaquim Manuel de Macedo. A obra realiza uma radiografia da organização política, durante o período imperial brasileiro.

A análise sociológica de *A carteira de meu tio* de Joaquim Manuel de Macedo será apresentada em cinco capítulos. No primeiro capítulo, realizar-se-á algumas considerações sobre a relação empreendida entre sociologia e literatura e os resultados que essa relação oferece na construção do conhecimento.

No segundo capítulo, trabalhando com conceito de campo literário de Pierre Bourdieu (2002) mostraremos a existência, no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, de um movimento literário autônomo que dinamiza a vida cultural do país, provocando o desenvolvimento de uma literatura que influencia diversos setores da sociedade brasileira.

O romantismo e suas características artísticas estão entre os temas mais analisados pela história da literatura. É um movimento singular que modifica a vida social do país provocando alterações no âmbito político, educacional e intelectual. Em suas premissas, o romantismo elabora uma nova visão de mundo, construindo mitos, reforçando o nacionalismo e afirmando valores de um grupo social.

Autores como Afrânio Coutinho (1976; 1999), Antonio Candido (2002; 1967), José Veríssimo (1963), Massaud Moises (1983) Nelson Werneck Sodré (1995) e Alfredo Bosi (1994) se debruçaram sobre a importância desse movimento indicando suas características

e o papel que teve na formação de uma literatura e de um projeto de cultura nacional. As idéias desses críticos serão citadas na percepção que este trabalho tem do movimento.

Para compreender a gênese social de um campo deve-se “apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não motivado, os atos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir” (Bourdieu, 2002: 68).

Aplicando as noções de Bourdieu vemos que a idéia de campo esclarece a posição de Joaquim Manuel de Macedo na sociedade imperial e as diretrizes que o levaram a elaborar uma obra tão diversa de sua corrente produção como *A carteira de meu tio* além de problematizar as nuances do campo literário que estavam em jogo e da qual Macedo era representante, sendo durante os primeiros anos do movimento romântico o seu autor mais popular.

O terceiro capítulo apresenta uma discussão sobre a contribuição da obra de Joaquim Manuel de Macedo na consolidação do romantismo, inserindo-o como figura chave na compreensão do jogo empreendido pelos autores na disputa pela formação do campo literário e as lutas travadas para a afirmação dentro dele. O debate da sua posição social e da receptividade crítica de sua obra é o caminho que este trabalho encontrou para inserir a discussão dos sentidos simbólicos que estão presentes em *A carteira de meu tio*.

O quarto capítulo apresenta um contraponto das idéias presentes em *A carteira de meu tio* com os relatos históricos sobre a constitucionalização da vida política nacional. O eixo central da análise parte das reflexões que o personagem principal faz do sistema político imperial na viagem que faz pelo interior do Rio de Janeiro tendo como companhia de viagem, a Constituição do Império. A análise da obra será realizada no confronto entre o discurso literário com o discurso histórico e sociológico sobre as instituições políticas brasileiras.

O quinto capítulo realiza as considerações finais acerca das representações da cultura política na obra de Joaquim Manuel de Macedo. Serão retomadas questões anteriores além de uma reflexão sobre a contribuição literária que o autor trouxe para a literatura brasileira.

## **Literatura e Sociedade**

## **Literatura e Sociedade**

A presente pesquisa procura promover a aproximação do discurso literário com o discurso sociológico. Um dos ramos mais instigantes das ciências sociais são os estudos que apontam a relação profícua entre essas duas formas de conhecimento da realidade.

A literatura cumpriu a tarefa de investigar e refletir sobre as transformações sociais e políticas que ocorreram no Brasil no século XIX e no início do século XX. E o papel social do romancista e do sociólogo só se diferencia a partir da institucionalização das ciências sociais no país, ocorrido somente no século XX. Dessa maneira, uma parte da produção literária brasileira, depois da independência, assumiu o compromisso de refletir sobre a nação e suas principais características.

A literatura assumiu um papel fundamental na construção de uma consciência nacional. A afirmação da identidade nacional perpassava a produção literária encontrando nas diversas tendências reflexões acerca das características da nação brasileira. Seja nas poesias românticas de Gonçalves Dias e Castro Alves, no retrato idealizado presente nas obras de José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo e até na obra reflexiva de Machado de Assis, a literatura era responsável, de uma maneira ou de outra, pela formação de uma idéia acerca da sociedade brasileira.

A literatura ao contrário de ser um empecilho à formação da mentalidade científica chegou a “forçar, a preeminência da interpretação poética, o estilo direto sobre a interpretação racional. Ante a impossibilidade de formar aqui pesquisadores, técnicos, filósofos, ela preencheu a seu modo à lacuna, criando mitos e padrões que serviram para orientar e dar forma ao pensamento” (Candido, 2002: 30).

A reflexão crítica sobre a realidade nacional perpassa os interesses de nomes importantes a partir de 1870, como por exemplo, o trabalho da Escola de Recife. Apesar de seus membros não serem cientistas sociais, como Silvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Manuel Bomfim, Alberto Torres e Joaquim Nabuco, esses nomes escreveram obras que impulsionaram um olhar mais reflexivo sobre as questões sociais do país.

Após a institucionalização das ciências sociais no Brasil, nos anos 1930, a partir da fundação da Escola de Sociologia Política e da Faculdade de Ciências Humanas em São Paulo, os intelectuais e sociólogos fizeram um esforço para distinguir os dois tipos de

discurso. Dessa maneira “a sociologia científica viu-se obrigada a demarcar incisivamente sua distância em relação à literatura, e isso foi feito através do corte epistemológico entre ciência e ideologia” (Sena, 2003: 12).

A discussão sobre a intersecção entre o discurso literário e o sociológico continua fazendo parte das discussões realizadas na academia. E nas últimas décadas ganha força quando cursos de pós-graduação apresentam linhas de pesquisa reforçando o diálogo entre essas formas de conhecimento.

Para Mattei Dogan (1996), o cientista social tem vários desafios para enfrentar ao se deparar com seu objeto de estudo. Dependendo da natureza do objeto, das características do método adotado, recorrer a outras disciplinas especializadas pode proporcionar uma maior capacidade de esclarecimento do objeto, além de oferecer uma visão mais condensada do mesmo ampliando os limites da interpretação. A riqueza da explicação científica estaria alicerçada sobre a junção que as disciplinas escolhidas seriam capazes de realizar.

Sebastião Rios (1998) afirma que a arte ficcional pode ser ao mesmo tempo uma forma de entretenimento e fruição, uma forma de conhecimento e configuração de sentido do real. “Enquanto representação imaginativa da vida, a arte representa à realidade a partir de uma estrutura que rearticula o sentido do material tomado a vida, conferindo ao universo recriado sua unidade e estabelecendo seus limites” (p.8). Dessa forma, a realidade sofre uma alteração, pois “a apresentação artística do material ficcional equivale a uma reconstrução da realidade, que desenvolve e revela estruturas de significado que a realidade somente possuía em um estado obscuro e confuso” (p.8).

As obras de arte recriam a realidade e respondem à necessidade universal que o homem tem de ficção e de fantasia. “O artista conduz os outros homens a um mundo de fantasia, onde os seus anseios se libertam, afirmando desse modo à recusa da consciência humana em aceitar o condicionamento do meio; mobiliza-se assim um potencial de energias submersas que, por sua vez, regressam ao mundo real para transformar a fantasia em realidade” (Thompson, 2002: 22).

Apesar das diferenças entre essas duas formas de conhecimento, a ciência e a literatura têm em comum o fato de criar um mundo organizado, unitário e necessário. E é através de suas situações sínteses que a literatura seria capaz de mostrar a sua verdade, pois

“o impacto que ela causa no leitor descortina uma nova visão da realidade, o que equivale a dizer que revela uma nova realidade” (Rios, 1998: 10).

Para José de Sousa Martins (2005), a música, a fotografia, os filmes, as oficinas de arte são suportes ricos de reciprocidades de conhecimento. Essas fontes de conhecimento que são gêneros criadores de imagens e imaginários enriqueceriam os horizontes das ciências sociais, criando formas diferenciadas de reflexão científica. Essa abordagem inaugura uma fase nas ciências sociais onde os paradigmas do conhecimento científico são discutidos. A ciência dialogando com outros suportes de conhecimento promoveriam uma etapa em que as ciências sociais teriam que redimensionar algumas idéias sobre a validade das pesquisas acerca desses objetos de percepção da realidade.

O desafio que a literatura coloca para o cientista social não é tão diferente do desafio encontrado na interpretação de outras fontes de pesquisa. A principal diferença está na maneira como será realizado o recorte da realidade. “Como não se pode estudar a realidade social como um todo, o cientista realiza um corte, que em geral, é explicitado logo no início de qualquer estudo. Já a literatura não precisa explicitar formalmente o seu recorte. Cabe, então, ao pesquisador interessado no estudo da literatura saber como os escritores recortaram a realidade. Da diversidade de aspectos que ela comporta o que eles escolheram para nos mostrar e o que não nos mostraram” (Andrade, 2002: 25).

A ciência social precisa ter o compromisso de ser o mais fiel possível à realidade que pretende analisar. A literatura, ao contrário, não tem o mesmo compromisso, pois sua base de ação está na invenção, na elaboração de uma nova visão do real. Os escritores possuem liberdade e dessa forma podem realizar digressões que os cientistas sociais estão impedidos de realizar pela natureza da sua ciência.

Mônica Veloso (1998) discute as várias correntes de pensamento que indicavam a literatura como instância portadora ou refletora do mundo social. Essa imagem revelaria uma concepção simplista da literatura, pois nela, a obra literária seria apenas um documento que registraria fatos da realidade, entretanto “se o escritor exterioriza seu ser no mundo social, ele também o interioriza como realidade objetiva” (p.239-240). A relação sociedade e indivíduo não é unilateral e objetiva, ao contrário, ela é feita de deslocamentos, interações e modificações.

Mesmo surgindo de uma realidade histórica a literatura não pode fazer o registro fiel da mesma, pois ela tende freqüentemente a insurgir-se contra esta realidade, apresentando, em alguns casos, uma imagem em que a própria sociedade se recusa a conhecer (Veloso, 1998: 240). A relação estabelecida entre a literatura e a realidade seria, portanto, imprevisível e contraditória, permitindo ao cientista social um desafio a mais na condução da investigação científica.

“A literatura não existe no vácuo. Os escritores, como tais têm uma função social definida, exatamente proporcional a sua competência como escritores. Essa é a sua principal utilidade. Todas as demais são relativas e temporárias e só pode ser avaliadas de acordo com o ponto de vista particular de cada um” (Pound, 1977: 36). Dessa maneira, boa parte dos trabalhos sobre literatura e sociedade, consideram a primeira não apenas como fonte de conhecimento da realidade, mas também como expressão artística dotada de características específicas que devem ser levadas em conta no processo interpretativo da pesquisa.

A arte e a sociologia podem se encontrar e seria “possível constatar que algumas das principais obras de sociologia possuem também conotação artística, seja dramática ou épica, ou ao mesmo tempo, mesclando ambas. O modo pelo qual recriam, compreendem as realidades sociais com seus movimentos e impasses, encontros e desencontros, sugerem algo nesse sentido. Uma parte da sociologia apanha o Mundo Moderno como espetáculo” (Ianni, 1989: 24). A Sociologia além dos compromissos científicos revela entonações dramáticas e épicas.

A análise científica da literatura não pressupõe a destruição da especificidade da obra literária. “A análise científica das condições sociais de produção e da recepção da obra de arte, longe de reduzi-la ou de destruí-la, intensifica a experiência literária”, por isso é que “a análise científica, quando é capaz de trazer a luz o que torna a obra de arte necessária, ou seja, a fórmula formadora, o princípio gerador, a razão de ser, fornece a experiência artística, sua melhor justificação, seu mais rico alimento” (Bourdieu, 2002: 14).

A obra de arte pode ter várias interpretações e o enfoque sociológico constitui uma dessas possibilidades. A ciência deve apreender a obra de arte na sua dupla necessidade: “a necessidade interna desse objeto maravilhoso que parece subtrair-se à contingência e ao acidente, em suma, tornar-se necessário ele próprio e necessitar ao mesmo tempo do seu

referente; necessidade externa do encontro entre uma trajetória e um campo, entre uma pulsão expressiva e um espaço dos possíveis expressivos, que faz com que a obra, ao realizar as duas histórias de que ela é produto, as supere” (Bourdieu, 2002: 70).

O trabalho do sociólogo deve se diferenciar do trabalho do escritor, pois a realidade que busca não se deixa reduzir aos dados imediatos da experiência sensível nos quais ela se entrega; tal superação, entretanto, é operada de modo distinto pelo escritor e pelo sociólogo; este não visa dar a ver ou a sentir, mas construir sistemas de relações inteligíveis capazes de explicar os dados sensíveis e o esquema de interpretação construído pelo escritor.

A análise literária proposta por Bourdieu (2002) implicaria no conhecimento dos elementos intrínsecos da obra, do contexto em que foi produzida e da análise intertextual. Deve-se levar em conta que nenhuma leitura sociológica de uma obra literária pode ser considerada como um modelo total de explicação da mesma e, por isso, existe uma margem de observações e discussões que podem ser colocadas em jogo.

A leitura da obra de ficção em Bourdieu centra-se “na realidade social representada no texto através das personagens e suas ações, nos recursos estruturais e lingüísticos, que denotam as relações entre narrador e personagens e na trajetória do autor, importando o lugar ocupado pela produção em foco” (Teixeira, 1996: 238).

Na produção sociológica brasileira, o nome de Antonio Candido (2002) se destaca no debate acerca das relações entre sociologia e literatura. Em *Literatura e Sociedade*, o autor apresenta os caminhos que o pesquisador deveria adotar ao problematizar a obra literária enquanto objeto de pesquisa da sociologia.

Candido (2002) indica a existência de algumas modalidades de estudos sociológicos a partir da literatura. Entre elas, os trabalhos que procuram relacionar o conjunto de uma literatura, de um gênero com as condições sociais, os estudos que enfatizam a relação entre a obra e o público, o estudo da posição e a função social do escritor relacionando sua produção com a natureza da sua produção e ambas com a organização da sociedade, trabalhos que investigam a função política das obras e dos autores com intuito ideológico definido e aqueles que propõem a investigação hipotética das origens da literatura em geral ou de determinados gêneros.

Estas modalidades são legítimas, e em todas “nota-se o deslocamento do interesse da obra para os elementos sociais que formam a sua matéria, para as circunstâncias do meio que influíram na sua elaboração, ou para a sua função na sociedade” (Candido, 2002: 12). Há, entretanto, uma modalidade que o autor considera mais profícua, seria aquela onde os estudos de literatura e sociologia deveriam recuperar os elementos externos no interior da obra como indicador da própria construção artística. “O externo importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um papel na constituição da estrutura, tornado-se, portanto, interno” (Candido, 2002: 6).

A ficção pode proporcionar um conhecimento mais completo, mais coerente do que o conhecimento decepcionante e fragmentário que temos dos seres. Mais ainda, de pode comunicar-nos este conhecimento. Entretanto, a relação que o trabalho artístico estabelece com a realidade é arbitrária. Comparar a obra com a realidade exterior para entendê-la é correr o risco de uma perigosa simplificação causal (Candido, 2002: 64).

A literatura proporciona um conjunto de imagens que são desafiantes para o cientista social. Enxergar no discurso literário a maneira como a representação social é apresentada amplia as perspectivas de trabalho do pesquisador, enriquecendo as possibilidades de discursos que podem ser encontrados nos textos e desvendando as idéias que estão a princípio escondidas na estrutura do texto.

Em *A carteira de meu tio* (2001) de Joaquim Manuel de Macedo encontramos um retrato da realidade que satiriza as práticas políticas do Brasil da segunda fase do período imperial. A recriação dessa realidade pretende denunciar as mazelas do exercício político institucional na tentativa de, através da literatura, alertar para as deficiências do sistema político e propor a moralização da ação dos homens públicos.

Avaliando em que medida há uma percepção sociológica na obra de Joaquim Manuel de Macedo, investigamos a capacidade do autor de desvendar os mecanismos de dominação e interesses que envolvem o exercício político.

## **O Romantismo e a consolidação do campo literário no Brasil**

## **A Consolidação do Campo Literário**

O surgimento do romantismo como expressão artística deve ser compreendido como resultado de transformações sociais, políticas e econômicas que alteraram os rumos da história promovendo a ascensão de novos atores sociais e de outra forma de organização do poder. A ascensão da burguesia na Europa no final do século XVIII provocada, entre outros fatores, pela revolução industrial, no aspecto econômico e depois pela revolução francesa, no aspecto político é o ponto de partida para o desenvolvimento desse projeto artístico. Esses dois acontecimentos modificaram o cotidiano dos indivíduos e a percepção de mundo provocando renovações em todos os setores da sociedade e o desenvolvimento de um estilo de vida distinto.

Com a expansão e desenvolvimento do capitalismo no século XIX em toda a Europa, a burguesia encontrava nas expressões artísticas os momentos de lazer, diversão e fruição do seu modelo de vida. Aparece nesse instante uma produção artística que afirmaria o papel dessa classe social em ascensão. O romantismo é a expressão literária da burguesia em ascensão na Europa.

Da mesma maneira que a nobreza se identificava com o classicismo, o romantismo se identificaria com a burguesia. “Essas categorias se tornariam sinônimas e descreveriam caminhos comuns. Embora o aparecimento do Romantismo e a ascensão da Burguesia se dessem concomitantemente, a classe social utilizava a estética para se exprimir, adquirir voz e estatuto intelectual. De onde a mais relevante consequência desse intercâmbio seria a profissionalização do escritor” (Massaud, 1983: 12).

Ao chegar ao Brasil, o romantismo, assume uma feição particular, pois não existia no país uma classe burguesa que possuísse forças para se impor politicamente. “Enquanto o romantismo, em suas raízes européias, representa o pleno triunfo burguês, o coroamento de suas conquistas, conseguidas através da aliança com as classes populares, aqui teria de condicionar-se, muito ao contrário, à aliança existente entre uma fraca burguesia e a classe dos proprietários rurais” (Sodré, 1995: 201).

O romantismo não seria no Brasil a expressão artística burguesa por excelência. Pelo contrário, ela afirmaria os anseios e a expressão da elite agrária em sua fase de urbanização e participação política na vida administrativa da nação. Os proprietários de

terra transitam para a cidade preenchendo cargos em diversos campos da administração pública aumentando a sua influência e participando das decisões políticas o que reafirmava o seu poder e a consolidação de sua posição dentro da sociedade.

O processo de independência não mexeu nas estruturas sociais da sociedade brasileira, ao contrário, consolidou ainda mais os interesses dos proprietários de terra. A sociedade brasileira foi construída sobre o alicerce de uma colonização de exploração, que permitiu a formação de uma sociedade escravocrata estruturando as formas de riqueza e dominação.

Apesar desta situação, a independência foi fundamental na construção de uma cultura literária nacional. A independência é mais fruto dos interesses de uma classe do que da nação. “A independência se fez por uma simples transferência pacífica de poderes da metrópole para o novo governo brasileiro. E na falta de movimentos populares, na falta de participação direta das massas neste processo, o poder é todo absorvido pelas classes superiores da ex-colônia, naturalmente as únicas em contato direto com o Regente e sua política. Fez-se a independência praticamente a revelia do povo; e se isto lhe poupou sacrifícios, também afastou por completo sua participação na nova ordem política” (Júnior, 1979: 45).

A independência desperta um sentimento ufanista por parte dos intelectuais que discutem a identidade nacional. Essas discussões invadiram a vida acadêmica e jornalística, levando-os a elaboração um projeto harmônico e nacionalista da sociedade brasileira. A independência política indicava a necessidade de construir uma identidade nacional e o veículo escolhido para essa tarefa seria a literatura.

O nacionalismo foi a vertente para afirmação da imagem do país independente. Era a bandeira alçada que permitia a criação do sentimento de orgulho e respeito acerca da pátria. Candido (1967) indica a importância da independência e aponta os elementos do movimento que levou ao desenvolvimento da idéia romântica no país,

desejo de exprimir uma nova ordem de sentimentos, agora reputados de primeiro plano, como o orgulho patriótico, extensão do antigo nativismo, o desejo de criar uma literatura independente diversa não apenas uma literatura, de vez que, aparecendo o Classicismo como manifestação do passado colonial, o nacionalismo literário e a busca de modelos novos, nem clássicos nem portugueses, davam um sentimento de libertação relativamente

à mãe pátria; finalmente a noção já referida de atividade intelectual não mais apenas como prova do valor do brasileiro e esclarecimento mental do país, mas tarefa patriótica na construção nacional (p.11).

A existência de uma literatura nacional passa a ser considerada pelos intelectuais importante para a afirmação da nacionalidade. Ela era o veículo que mostraria a riqueza da terra, as belezas da nação, estimulando o orgulho e o patriotismo reforçando uma imagem positiva por parte dos brasileiros.

O “nacionalismo, na literatura brasileira, consistiu basicamente em escrever sobre coisas locais; no romance, a consequência imediata e salutar foi a descrição de lugares, cenas, fatos e costumes do Brasil” (Candido, 1967:112). Entretanto nem todas as produções românticas poderiam ser enquadradas como nacionalistas, mas o crítico apontava que mesmo assim, o nacionalismo seria o “espírito diretor” que impulsionava a produção literária. O romantismo brasileiro teria, portanto uma forte vocação histórica e sociológica, pois estimulava através da história o interesse pelo comportamento do homem em função do meio e das relações sociais.

O romantismo teve todas as características de uma revolução. Ele reproduzia um estilo de vida nacional que coincidindo sua eclosão com o alvorecer da nacionalidade, ajustou-se a alma do povo, cujos anseios e qualidade sentiu e exprimiu. Daí o Romantismo possuir vários aspectos, o literário e artístico, o político e o social, envolvendo gêneros variados como a poesia lírica, o romance, o drama, o jornalismo, o ensaio (Coutinho, 1976: 167).

O romantismo afirmava a independência literária brasileira. Tinha suas raízes fincadas no solo e na realidade nacional. Começava a existir, nesse instante, uma literatura própria na forma e no conteúdo. Uma literatura onde os brasileiros podiam se reconhecer, nos mais diversos aspectos; seja na linguagem utilizada pelos personagens, na descrição dos costumes, nos tipos apresentados, no ambiente descrito.

O romantismo também promove a constituição da carreira literária no Brasil e junto com ela a formação da figura do homem de letras na comunidade. O papel desempenhado pelos escritores foi fundamental para a expansão literária e para a formação de um grupo intelectual, que atende às necessidades da sociedade brasileira.

Um traço peculiar do homem de letras foi “o da missão civilizadora do escritor, que mago e profeta, estaria destinado a influir na marcha dos acontecimentos. Cabia-lhe a responsabilidade, uma vocação particular, um papel de reforma social e política, na condução da vida da comunidade, uma função educadora, moralizante, progressiva, a exercer junto aos contemporâneos” (Coutinho, 1976: 176). A figura do escritor ganha tanto prestígio que promove a sua aproximação com outros campos de vida social, o que era comum, conciliar a atividade literária com outras, entre elas, as atividades políticas e jornalísticas.

A recepção da obra literária pelo público passa a legitimar a carreira literária do escritor e influir em sua posição social. A mudança de mentalidade acerca do escritor e da sua posição indicaria uma mudança de mentalidade dentro da sociedade que enxergaria a figura do intelectual de uma maneira diferente daquela que existia antes da independência, em que o escritor incomodava os preceitos políticos e era visto de maneira negativa. Em alguns casos, o escritor se torna um propagador das virtudes que atenderiam as expectativas da classe social que se identificava com as histórias românticas.

A formação da figura do homem de letras acompanhou também a ampliação do público e o desenvolvimento de uma crítica literária que passa a realizar debates sobre as produções literárias, classificando os autores e realizando as apreciações estéticas das obras. As idéias literárias movimentam o campo artístico e polêmicas são travadas pelos escritores na busca pela hegemonia artística. A crítica literária ajuda a legitimar a produção atribuindo qualidades e sentidos, promovendo a afirmação de gostos e a popularidade de determinados autores. Esse fator da crítica literária movimentaria a vida intelectual, ajudando a provocar a autonomia da literatura nacional.

“Ao conciliar a imaginação romântica e as realidades da vida brasileira, na metade do século, o movimento romântico criou um sistema de pensamento e de sentimento, profundamente radicado no solo nativo, de onde retirou sua força e a sua unidade” (Coutinho, 1976: 36). A literatura brasileira encontrava sua autonomia e afirmação. Dessa maneira, desenvolve-se no país um campo literário que permitirá o desenvolvimento da vida social e intelectual da sociedade nacional.

“A constituição de um campo artístico ocorre quando há uma progressiva autonomização do sistema de relações de produção, circulação e consumo de bens

simbólicos, que se estabelece como um sistema de relações objetivas definindo-se em oposição aos demais campos” (Kern, 1996: 230).

O surgimento do campo literário acontece quando existe um espaço social de produção, distribuição e recepção da literatura. E dentro desse espaço temos a formação de grupos que determinam os temas, as abordagens formais e estilísticas a serem realizadas pelos escritores e os caminhos para a distribuição da obra literária. O escritor assume uma nova função ocupando um lugar de destaque em sua sociedade e este fato pode ser interpretado recorrendo à idéia de campo.

O campo é um espaço onde são consolidadas as posições dos sujeitos envolvidos. O campo é o “local onde os atores travam uma luta concorrencial em torno de interesses específicos. O campo deve ser entendido, entretanto, não somente como resultado das ações individuais dos agentes, mas como possibilidade de estudar as relações existentes e as estratégias dos agentes em cada um deles, no sentido de manutenção ou transformação da sociedade global” (Sousa, 1996: 51).

Em análise sobre a formação do campo artístico, Bourdieu (2002) indica que o movimento romântico, principalmente, a partir do século XIX intensificou o processo de autonomia do campo artístico que havia sido interrompido pelas monarquias absolutistas e pela Contra Reforma. Nesse momento, os artistas do romantismo reagindo à revolução industrial e ao mercado da arte defendem a superioridade da arte apontando a sua sacralização. Ao afirmar a singularidade da expressão artística, o sociólogo francês propõe uma nova maneira de enxergar as relações sociais oriundas dessa produção.

Bourdieu (1989) aponta que “os campos são criados, ou pelo menos tomam grande impulso, por indivíduos particularmente importantes, que, com uma perspectiva *heterodoxa* do mundo, estabelecem novos conteúdos e novas relações de poder entre atores. Com isso, surge um campo, seja ele econômico, político, literário, científico, jurídico” (p.60). O impulso para a formação do campo pode vir tanto de transformações econômicas e políticas ou de mudanças na organização do poder e no desenvolvimento de instituições que consolidariam esse campo.

Depois de sua formação o campo funcionava como um lugar de competição, buscando sempre a legitimidade cultural, “fenômeno que gera a busca de distinções culturais, isto é, de temas, técnicas e estilos que são dotados de valor, na medida em que os

grupos que os produzem são reconhecidos culturalmente, atribuindo-lhes marcas de distinção: especialidade, maneira, estilo” (Teixeira, 1996: 237).

No Brasil alguns fatores são importantes na consolidação do campo artístico. As mudanças acontecidas a partir de 1808 promoveram a formação de um espaço social de produção artística e intelectual que se desenvolve em várias frentes de ação. Inovações técnicas e intelectuais que só eram permitidas na metrópole foram transportadas ao Brasil.

A inauguração de centros educacionais e artísticos, como as primeiras bibliotecas públicas, entre elas a Biblioteca Real - posteriormente denominada Biblioteca Nacional - no Rio de Janeiro em 1810, dos primeiros museus, a chegada das missões culturais estrangeiras e a expansão de jornais com idéias políticas distintas, movimentam a vida social intensificando o desenvolvimento do espaço urbano e o progresso cultural principalmente na cidade do Rio de Janeiro.

Neste ambiente cultural, em 1838 o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro foi criado. Em suas reuniões, polêmicas eram travadas pelos membros abordando questões diversas, desde aspectos literários, como a discussão sobre os gêneros mais adequados para a cultura nacional e o desenvolvimento da crítica literária até as discussões acerca da política imperial. O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro se tornaria um dos centros mais ativos da vida intelectual no país conferindo aos seus membros prestígio social.

As mudanças ocorridas na sociedade brasileira encontraram no romantismo a acolhida para a sua expansão. Novos atores sociais exercem seus papéis na sociedade “o comerciante, o artesão, o empregado no comércio, o político, o parlamentar, o escritor, o médico, o advogado, o funcionário público. No ambiente urbano é que circulavam os jornais, é que funcionavam os teatros, é que as duas casas do Legislativo se reuniam, é que se encontravam os elementos dotados de poder e de influencia, é que tinham sede as firmas comerciais importantes, os bancos, as empresas de transportes” (Sodré, 1995: 204).

A dinamização do campo literário no Brasil encontrava na imprensa periódica uma das instituições para a sua expansão. A imprensa publicava manifestos e textos literários que propunham as diretrizes do movimento romântico. Várias revistas disseminam as propostas e discutem características da literatura nacional. Entre as principais, a *Revista do IHGB*, a *Revista Popular*, *Guanabara* e a *Revista Niterói*, lançada em 1836 em Paris. Vários jornais marcaram o seu espaço, entre eles, o *Jornal do Commercio* (1827), *Correio*

*Mercantil* (1848-1868), *Guanabara* (1850-1856), *A Marmota Fluminense* (1852-1857), *O Correio da Tarde* (1855-1862), *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1878), *A Semana Ilustrada* (1860-1870), *O Jornal das Famílias* (1863-1878). Os jornais encontram na publicação de poemas e de folhetins o recurso para o seu crescimento despertando o hábito da leitura. Ao escrever histórias e estimular a fantasia, os escritores ganhavam um reconhecimento social que lhe trazia vantagens dentro da sociedade.

O folhetim foi o principal divulgador do movimento romântico. Sua popularização modifica de maneira gradual a relação que o público tinha com a obra de arte, no caso específico, com a obra literária. A ficção romântica começa a ocupar um espaço que não existia na sociedade, reproduzindo normas e formas de comportamento que satisfaziam as necessidades dos leitores que se identificavam pelas peripécias sentimentais e pelos modelos apresentados em seus enredos.

O objetivo do folhetim era o “de prender o leitor a evolução da intriga, mas é fácil perceber que, por isso, mesmo, ela introduziu numerosas modificações na estrutura geral do romance; algumas de suas conseqüências são o equilíbrio dos capítulos como unidades equivalentes, disso resultando certa simetria na divisão externa; a importância conferida aos acontecimentos de primeiro plano, que representam elos de uma cadeia de eventos; a simplificação e tipificação das personagens e, finalmente, o desenvolvimento da capacidade de movimentação dramática, a fim de subjugar a atenção do leitor” (Alencar, 1989: 246).

No primeiro momento, dividindo espaço com notícias, os folhetins modificam a relação que o público tem com o jornal contribuindo para o processo de nacionalização da literatura. No início, os jornais apresentam histórias européias, principalmente francesas e inglesas que eram traduzidas. Essas narrativas mostram uma sociedade diferente da brasileira, com temas e situações que não condiziam com a realidade nacional, mas que mesmo assim despertavam interesse no público que encontrava nessas histórias modelos com os quais se identificavam.

Verificando a simpatia do público pelos folhetins, os escritores começam a elaborar histórias, seguindo os modelos apresentados pelo folhetim. A partir de 1843 ocorre à publicação do *O filho do pescador* de Teixeira e Sousa e, no ano seguinte *A Moreninha* de Joaquim Manuel de Macedo ganha a simpatia do público e se torna a primeira obra de destaque do movimento romântico.

A ficção romântica atingia o leitor primeiro pelo jornal, “por isso que os escritores são também jornalistas, e é por isso que o livro é primeiro folhetim”. O jornal é o veículo da prosa romântica, pois “é com o folhetim, realmente, que o romance, entre nós, ganha grupos numerosos de leitores e define, pela aceitação, a presença de uma atividade literária ainda balbuciante que, antes disso, não conseguira afirmar-se e muito menos definir-se” (Sodré, 1995: 322).

O romantismo promove a emancipação literária do Brasil. Ela acontece em três momentos, “a primeira, dotando as nossas letras, até aí quase todos os gêneros literários, desde poesia, teatro, crítica, romance, novela. Segundo a capacidade de traduzir fielmente os sentimentos e as aspirações da nova nacionalidade, o terceiro exprimir tais sentimentos e a alma nova que aqui se criava, não mais respeitosa segundo o modelo castiço, porém segundo o nosso falar nativo” (Veríssimo, 1963: 108).

O desenvolvimento dos gêneros literários foi expressivo no romantismo. A poesia brasileira foi alçada a expressão da nacionalidade e os poetas buscam a inspiração nas riquezas naturais elaborando uma visão positiva do país. Gonçalves Dias é um nome de destaque no primeiro momento, pois cria, através de uma linguagem simples e explorando a musicalidade, textos que se tornaram modelos do nacionalismo. Castro Alves em outro momento, apresenta inovações com uma poesia social com densidade lírica e dramática.

O teatro apresenta um desenvolvimento peculiar. Parte da produção afirma um teatro crítico e moralizante que explorava as comédias de costumes, realizando uma sátira acerca das mudanças sociais. O nome de destaque é Martins Pena. Há em seus textos uma aproximação das técnicas empregadas pelo folhetim que garantiam o sucesso e o reconhecimento social, como por exemplo, a exploração de uma linguagem simples, a caracterização de tipos, as peripécias e as confusões sentimentais. A comicidade era o mecanismo usado na crítica das situações e ganhavam a simpatia do público.

Mas o gênero que alcança a sua maior expressão no campo literário romântico é o romance<sup>1</sup>. O aparecimento do romance como gênero literário consolida a ficção romântica

---

<sup>1</sup> O romance, enquanto gênero literário nasce com o capitalismo, exprimindo várias indicações e explicitando os preceitos desse sistema econômico que se torna hegemônico no século XIX. Lucien Goldman (1976) aponta a hipótese da homologia entre a estrutura romanesca clássica e a estrutura da troca na economia liberal, a forma romanesca parece-nos ser a transposição para o plano literário da vida cotidiana na sociedade individualista nascida da produção para o mercado. Existe uma homologia rigorosa entre a forma literária do

no país, criando narrativas que apresentavam particularidades da nação, promovendo a construção e afirmação de uma identidade nacional.

O romance vira uma fonte de entretenimento da burguesia. Essa homologia entre a forma literária do romance e a relação cotidiana dos homens permitiu o desenvolvimento de temáticas que vão ao encontro das expectativas da classe social em expansão. No Brasil, o romance movimentaria os salões imperiais e reproduziria na forma, os anseios dos grupos sociais que faziam parte da sociedade.

O romance romântico brasileiro dirigia-se a um público mais restrito do que o atual: eram moças e moços provindos das classes altas, e, excepcionalmente, médias; eram os profissionais liberais da corte ou dispersos pelas províncias: eram enfim um tipo de público a procura de entretenimento, que não percebia muito bem a diferença de grau entre um Macedo e um Alencar. À medida que os nossos narradores iam aclimatando a paisagem e ao meio nacional os esquemas de surpresa e de final feliz dos modelos europeus, o mesmo público crescia ao prazer da urdidura e do reconhecimento da auto-idealização (Bosi, 1994: 128-129).

O campo literário estabelece relações de sentido, promovendo uma identificação com a sociedade e sua conseqüente aproximação. Nessa relação a reciprocidade entre obra e público é essencial para a consolidação do campo. A profissionalização do escritor surge como novidade, provocando a ascensão social e de prestígio

Pertencer ao campo literário e ocupar uma posição de destaque dentro dele aproximava o escritor de outros campos, especialmente do político. Em muitos casos, a política substituíra deficiências que o escritor tinha no campo literário e essa acumulação de capital simbólico, podia revigorar a sua posição inicial. Os principais nomes da ficção romântica brasileira exerceram mandatos nas Assembléias Provinciais ou na Câmara dos Deputados, conciliando a atividade política com a literária.

A legitimidade dentro do campo traz conseqüências para os indivíduos envolvidos nas relações sociais e na produção literária dos escritores. O que move o campo literário são as lutas travadas dentro dele para a aquisição do capital simbólico maior entre os agentes envolvidos. E a aquisição do capital simbólico era obtida de diversas maneiras como na

---

romance e a relação cotidiana dos homens com os bens em geral; e, por extensão, dos homens com os outros homens, numa sociedade produtora para o mercado (p.16).

quantidade de títulos e homenagens que cada autor recebia, na receptividade de suas obras diante dos leitores, na participação dos debates políticos ou na relação com a imprensa.

A luta empreendida promove mudanças nos sujeitos, se estendendo nas obras, nos mediadores e na manutenção do campo literário. A intensidade “da luta varia, sem dúvida, segundo os gêneros, e segundo a raridade da competência específica que exigem em cada época, ou seja, segundo a probabilidade da “concorrência desleal” ou “do exercício legal”; o que certamente explica que o campo intelectual incessantemente sob a ameaça da heteronímia e dos produtos heterônomos seja um dos lugares privilegiados para apreender a lógica das lutas que obsedam todos os campos” (Bourdieu, 2002: 244).

Dessa maneira, a rivalidade literária “diz respeito ao monopólio do poder de dizer com autoridade quem é escritor. As lutas dentro do campo legitimam, por um lado, aqueles que têm sucesso de vendas, e de outro, as vanguardas, que apontam para as possibilidades ainda não consagradas, mas com lugar social garantido” (Teixeira, 1996: 240). Os escritores só impõem suas obras quando existem condições externas favoráveis para tal. “As obras tornam-se comerciais ou clássicas, segundo a qualidade social do público que as consome. Uma obra prima é aquela que atende aos interesses das classes letradas e sobrevive aos jogos do poder através dos tempos” (Teixeira, 1996: 240).

Na ficção romântica brasileira, Joaquim Manuel de Macedo é o autor com maior capital simbólico no campo literário no período de 1844 a 1855. A popularidade da obra *A Moreninha* em 1844 provoca sua ascensão social levando-o a participar de grupos e centros de estudos, aumentando o seu prestígio e consolidando-se a imagem de escritor nacional. Depois do primeiro livro, expectativas foram criadas em torno de sua próxima obra, fazendo com que Macedo repetisse algumas fórmulas narrativas que lhe garantiriam o sucesso literário.

O sucesso de uma obra de arte depende não só da capacidade de retratar ou não aspectos da realidade, mas ela também está ligada ao desenvolvimento cultural da sociedade ou do campo de produção social. “O produtor do *valor da obra de arte* não é o artista, mas o campo de produção enquanto universo de crença que produz o valor da obra de arte como *fetich* ao produzir a crença no poder criador do artista. Sendo dado que a obra de arte só existe enquanto objeto simbólico dotado de valor se é conhecida e reconhecida, ou seja, socialmente instituída como obra de arte por espectadores dotados da

disposição e da competência estéticas necessárias para a conhecer e reconhecer como tal” (Bourdieu, 2002: 259).

O campo literário é um campo de forças que age sobre os que procuram dele fazer parte, e de maneira diferencial segundo a posição que ocupam, e as tomadas de posição que se pode e deve tratar como um “sistema” de oposições pelas necessidades da análise, não são resultado de uma forma qualquer de acordo objetivo, mas o produto e a aposta de um conflito permanente. Em outras palavras, o princípio gerador e unificador desse “sistema” é a própria luta (Bourdieu, 2002: 263).

A partir de 1856, com a publicação de *O Guarani* de José de Alencar, o capital simbólico de Macedo passa a ser questionado tanto pelos leitores que, aos poucos, perdem o interesse pelas suas obras, quanto pela crítica literária que realiza uma apreciação negativa de sua produção. Essa perda de posição dentro do campo literário fez com que Macedo buscasse atualizar suas obras, se aproximando de temas e criando personagens que vislumbravam outra perspectiva. O que, em parte, é compensado com a atuação política.

O papel desempenhado pelo público acirra a existência e a manutenção da luta dentro do campo literário. O público é responsável pelo sentido e realidade de uma obra, e sem ele o autor não se realiza, pois de certo modo ele é o espelho que reflete a sua imagem enquanto criador. O público é o elo que reafirma o sucesso do autor com sua própria obra. “A obra vincula o autor ao público, pois o interesse deste é inicialmente por ela, só se estendendo a personalidade que a produziu depois de estabelecido aquele contato indispensável” (Candido, 2002: 33).

A crítica literária brasileira colaborou na formação do campo literário. “A autonomia do campo artístico deve ser avaliada também pelo papel que o crítico de arte tem no campo e suas análises a partir das impressões gerais presentes nas obras; a “crítica de arte cria as condições de nova crença, capazes de dar um sentido a arte neste mundo que é o universo artístico” (Bourdieu, 2002: 195).

A crítica literária também interfere na disputa empreendida pelas posições dentro do campo literário. A crítica que se desenvolvia no Brasil, contudo, não tinha preocupação de rigor “científico”, de severidade nos juízos ou de erudição solidamente arquitetada, atiravam-se à rinha literária estimulados pelo mesmo arroubo que os impedia a produzir poesia sentimental. Mais entretenimento que exercício de análise e julgamento, a atividade

crítica apenas diferia dos discursos acadêmicos pelo fato de estampar-se nos periódicos e fazer praça de um liberalismo meio anárquico. Via de regra, opinavam em vez de interpretar, levados pela paixão e não pelo raciocínio (Massaud, 1983: 23-24).

Da mesma maneira que a arte romântica elaborava interpretações acerca da realidade nacional, a crítica literária que se desenvolve contribui para esse debate, criando a crença na missão da nacionalização da literatura brasileira. Perguntas importantes sobre o caráter brasileiro da literatura precisavam ser respondidas. Entre elas, “o que vinha a ser o nacional em literatura? Que deveriam fazer os escritores para tornar nacional a literatura a ser produzida no Brasil? Qual ou quais as fórmulas para a nacionalização da literatura? Quais as características nacionais da literatura brasileira, se é que as possuía? Que deveria ser uma estética brasileira” (Bosi, 1994: 322).

Essas perguntas foram sendo respondidas na medida em que os críticos elaboram suas idéias sobre a história da literatura brasileira, travando polêmicas que demonstravam a existência da luta dentro do campo<sup>2</sup>. As disputas travadas no campo literário acontecem de duas maneiras. Primeiro pela receptividade da obra e por sua repercussão. E, segundo, por sua apreciação crítica a partir de critérios estilísticos e temáticos. Os escritores que propõem novas técnicas de produção, abordagem de temáticas distintas e inovações lingüísticas podem atrapalhar e colocar em jogo a posição do sujeito que ocupa a posição principal no espaço de produção.

“As grandes alterações nascem da irrupção de recém chegados que, apenas como resultado de seu número e de sua qualidade social, introduzem inovações em matéria de produtos ou de técnicas de produção, e tendem a impor ou pretendem impor em um campo de produção que é para si mesmo seu próprio mercado um novo modo de avaliação dos produtos” (Bourdieu, 2002: 255).

---

<sup>2</sup> Esse fato é claro no debate que José de Alencar faz do poema épico indianista de Gonçalves de Magalhães, *A confederação dos tamoios*, publicado em 1853. Alencar era um jornalista desconhecido e buscava o reconhecimento social. Para chamar a atenção do campo literário, escreve um artigo criticando o famoso poema de Magalhães gerando o debate.

José de Alencar discute a qualidade literária da obra apontando os defeitos e incomodando os críticos que tinham exaltado o texto de Magalhães. O autor era amigo do imperador Pedro II que chegou a defender a obra escrevendo cartas publicadas na imprensa rebatendo as proposições de Alencar. A polêmica provocou curiosidade em torno do nome do jornalista cearense que demarcaria o território para a publicação de seu primeiro livro *O guarani* Esse é um exemplo da disputa que era travada dentro do campo literário.

No campo literário o passo para almejar uma posição social de destaque seria a produção de uma obra que proporcionasse uma visão diferenciada e reveladora de aspectos da sociedade brasileira. Na época do romantismo, os escritores produziam textos dos mais diversos gêneros e seus nomes iam aos poucos se afirmando a partir de suas produções e do seu valor literário.

Os sucessos dos romances determinavam à posição privilegiada que o autor teria no campo literário. A homologia entre o espaço do autor e o consumidor, entretanto, trazia determinados problemas pois os consumidores ficavam na expectativa de que os próximos romances repetissem de maneira fiel sua visão de mundo. Os escritores passariam, portanto, a escrever o mesmo conjunto de situações narrativas, o que poderia diminuir a qualidade estética e literária dos textos.

O romantismo deu ao “país a sua independência literária, conquistando uma liberdade de pensamento e de expressão sem precedentes, além de acelerar de maneira imprevisível, a evolução do processo literário. Consolidando, em uma palavra, a literatura brasileira, na autonomia de sua totalidade nacional e de suas formas e temas, e na autoconsciência técnica e crítica dessa autonomia” (Coutinho, 1976: 153).

Toda essa discussão mostra a importância do romantismo como movimento literário que promoveu mudança em setores da sociedade brasileira, principalmente no campo artístico e intelectual. Ocorrendo a profissionalização do escritor, a expansão dos folhetins, a ampliação do público leitor, a criação de uma crítica literária, a pesquisa histórica e estética de literatura; esses fatores consolidam uma estética literária autônoma e renovadora dentro da sociedade nacional.

Um nome que afirma essa condição é a posição que Joaquim Manuel de Macedo ocupa dentro do campo literário. Comprometido com a expansão de uma nova classe social, o autor fluminense elabora um projeto artístico para atingir o prestígio social e o reconhecimento público, isso só seria possível se conseguisse atingir o público satisfazendo os desejos e os sonhos de consumo dos leitores; entretanto, a popularidade de suas obras, não veio acompanhada do reconhecimento da crítica, ao contrário, parte significativa dela tinha uma visão negativa e depreciativa de sua produção.

No próximo capítulo apresentaremos aspectos da vida e obra de Joaquim Manuel de Macedo na tentativa de apreender as características de sua produção literária e compreender

quais seriam os motivos que o levaram a escrever uma obra tão diferente de sua produção. E realizaremos uma revisão crítica sobre sua produção literária demonstrando as várias proposições que permeiam sua trajetória dentro da literatura brasileira.

## **A Posição de Joaquim Manuel de Macedo no campo literário**

## **Joaquim Manuel de Macedo: A trajetória no campo literário romântico**

Para compreender a produção literária de um escritor é válido indicar uma discussão acerca das influências da sua vida, sua posição social e de que maneira essa experiência foi apropriada em suas obras. Compreender a vida social do autor proporciona informações precisas para a sua trajetória literária, esclarecendo imagens e os discursos empreendidos ao longo de sua produção.

Os condicionamentos sociais para a análise da produção artística do autor são importantes na compreensão de sua literatura. “Se não podemos pela origem social obter todos os dados para a compreensão completa do desenvolvimento mental de um indivíduo, podemos pelo menos levantar alguns fatores que nos esclareçam sobre sua predisposição particular para enfrentar e experimentar determinadas situações” (Machado, 2002: 55)

Poucos biógrafos se debruçaram sobre a história de Joaquim Manuel de Macedo. Por isso, as informações sobre sua trajetória são diversas e muitas informações não puderam ser validadas, seja pela ausência de documentos ou por dados inconsistentes causando problemas sobre o seu estilo de vida e suas particularidades literárias.

Para a construção dessa trajetória, usaremos as fontes dos seus principais biógrafos: Galante de Sousa (1959), que apresenta um capítulo detalhado sobre a trajetória de Macedo em *Machado de Assis e outros estudos*, discutindo datas e organizando idéias que estavam dispersas presentes nos críticos literários do século XIX; Temístocles Linhares (1959) e seu trabalho sobre as características do romance macediano em que realiza a primeira divisão temática da obra do autor e, Tânia Serra (2004), que em *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois macedos*, amplia o estudo de sua obra literária procurando responder questões deixadas em aberto pelos dois biógrafos citados, além de propor outra divisão temática da produção do autor de *Nina*.

Joaquim Manuel de Macedo é um dos primeiros nomes de destaque que surge no campo literário nacional. Com ampla obra literária, muitas vezes de qualidade irregular, teve uma participação de destaque na vida pública e política do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. Nas obras produzidas ao longo de 36 anos de carreira literária é possível acompanhar o desenvolvimento social e político da sociedade do II Império.

Natural de São João de Itaboraí, pequena cidade do interior da província do Rio de Janeiro, nasceu no dia 24 de junho de 1820. Filho do juiz de órfãos, Severino de Macedo Carvalho e de Benigna Catarina da Conceição, Macedo era o filho caçula de uma família de três irmãos. Infância pobre, sempre gostou muito de escrever. Na escola, suas redações se destacavam como as melhores da sala, e ficava orgulhoso quando a professora lia seus textos e os elogiava diante da turma. Na adolescência, passa a escrever para os jornais de sua cidade. Aos 11 anos publica o poema chamado “O sete de Abril” que tem repercussão local.

O sonho do pai era ver o filho formado em Medicina. Comprometido com sua formação, conclui o curso de Medicina na Escola Médica do Rio de Janeiro em 1844, realizando o desejo do pai. No último ano do curso o jovem médico começa a escrever seu primeiro romance. Nesse período também redige o jornal *Minerva Brasiliense*, ao lado de Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto Alegre.

*A Moreninha* é publicada em 1844 e vira sucesso de público e crítica inaugurando uma fase na história da literatura brasileira, consolidando, naquele momento, a prosa ficcional no país. *A Moreninha* foi um acontecimento literário. Nenhuma obra havia alcançado tanto sucesso e despertado o interesse ativo dos leitores. Isso era a demonstração de que alguma coisa diferente estava acontecendo no incipiente campo literário.

Naquele quadro, o folhetim já havia ganhado a simpatia dos leitores e era uma das seções mais lidas dos jornais. Mas a maioria das histórias eram traduções européias que não correspondiam ao modo de vida nacional, com personagens que não se identificavam com as particularidades da sociedade brasileira. Por isso, quando *A Moreninha* aparece, a surpresa pela ambientação da história, as características dos personagens, as brincadeiras e a linguagem empregada foi rapidamente assimilada pelo público.

*A Moreninha* era uma história diferente de tudo que se havia lido, “Era a sociedade da época em retrato fiel numa história de amor ingênua e simples, com defeitos de feitura, mas espontaneamente contada. Era a intriga, as vezes, um tanto artificial, mas com o entremeio de alguma comicidade e alegria de viver. Era a moral de catecismo, como se tem dito, mas exemplificada em tipos que o leitor se reconhecia e em ambiente fácil de identificar” (Sousa, 1959: 162).

O público se identificava com as personagens que elaboravam um retrato divertido da sociedade imperial. Com o sucesso de *A Moreninha*, Macedo recebe convites de jornais para se dedicar à literatura, afastando-se da medicina. Depois da morte do pai em 1849, abandona definitivamente a carreira médica.

Com *A Moreninha*, Macedo se torna conhecido no meio cultural e se destaca como figura importante do campo literário em formação. Medalhas e condecorações marcam os primeiros dez anos de sua trajetória literária, Dividindo a atividade jornalística com a literária, Macedo promoveria o gosto pela arte literária criando um cativo público e despertando em outros escritores a necessidade de participar dessa expansão literária. Os jornais do país investem na produção de folhetins e conseqüentemente o surgimento de novas histórias consolidam mais a prosa de ficção no país.

Os romances de Macedo sempre procuraram agradar as necessidades de fantasia dos leitores. Escrevendo aquilo que o público queria ver representado, de maneira mais simples, conquista no primeiro momento a glória literária e no segundo, o reconhecimento de sua posição dentro do campo literário que se desenvolvia no Brasil.

Em 1845 aos 25 anos torna-se sócio do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, ocupando ao longo dos anos os cargos de primeiro secretário, orador oficial e presidente interino. O IHGB se transformou num dos principais pontos de disseminação de idéias da nação brasileira. A presença do Imperador nas sessões de abertura, na entrega dos boletins dos alunos e o financiamento do governo nas atividades do instituto consolidaram o papel do centro intelectual na construção de um projeto de cultura e história brasileira.

Nesse ano, pública seu segundo romance *O moço loiro*, outro sucesso de público. A ampla aceitação dos primeiros romances leva Joaquim Manuel de Macedo a uma posição de destaque no cenário literário brasileiro. Em 1846 recebe o título de Cavaleiro da Ordem da Rosa, uma das principais comendas que eram oferecidas pelo governo imperial. Esse título conferia muito prestígio e visibilidade na corte brasileira e o escritor começa a ser figura freqüente nos salões imperiais.

*Os dois amores* é o nome do terceiro romance publicado em 1848. A obra de 500 páginas é o primeiro romance recebido com reservas pela crítica, que apontaria repetições de estilo, colocando em discussão tópicos que seriam questionados ao longo de sua produção; entretanto, tem novamente a aprovação do público.

A partir do folhetim melodramático *Os dois amores*, Joaquim Manuel de Macedo consolida o seu estilo literário. Ao agradar as necessidades de fantasia dos leitores, o escritor abre mão do cuidado técnico e formal em seu texto, o que valerá críticas negativas sobre sua maneira de escrever e a linguagem apresentada pelos seus personagens. Em 1848 é realizada a primeira adaptação teatral inspirado em *A Moreninha*.

Em 1849 participa, com Gonçalves Dias e Araújo Porto Alegre, da fundação da revista cultural *Guanabara*. Essa revista era um dos principais meios de divulgação artística do romantismo, tendência literária que se consolidava no país. A revista propunha em seus artigos as bases da nacionalização da nossa literatura. Nessa revista, Macedo publica em forma de folhetim, o romance *Rosa*, e escreve duas peças de teatro, o épico indianista *Cobê* e o drama *O Cego*.

Devido ao prestígio literário, Macedo é convidado a lecionar História e Geografia no Colégio Pedro II. Esse colégio é a primeira experiência de ensino secundário no Brasil e centro educacional de referência na sociedade nacional. Essa nomeação marca a trajetória de Macedo que seria o responsável pelas primeiras linhas da historiografia brasileira ao publicar em 1861 as *Lições de História do Brasil* um manual de história usado em sala de aula e que se torna obrigatório nas escolas brasileiras no período.

Em 20 anos, Macedo concilia a atividade docente com a jornalística, colaborando para diversos jornais, entre os quais, o *Correio Mercantil*, *O Globo*, *Jornal do Commercio*, *Marmota Fluminense*, *Minerva Brasileira* e na *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Era comum a participação ao mesmo tempo em vários jornais, dessa forma, o autor vai experimentar novas formas literárias a fim de manter sua popularidade.

Concomitante com a produção jornalística, Macedo mantinha ambições políticas chegando a ocupar cargos públicos. Em 1852 funda e se torna redator do jornal *A Nação*, órgão responsável pela divulgação de idéias do Partido Liberal que funciona até 1854. Depois de duas suplências em 1850 e 1853, em 1854 é eleito deputado liberal na Assembléia Provincial e entre 1864 a 1868 e 1878 e 1881, deputado geral pelo Partido Liberal.

Sua ascensão como escritor, deputado, orador do IHGB e professor do Colégio Pedro II fez com que Joaquim Manuel de Macedo desenvolvesse uma relação de amizade com D. Pedro II e com membros da família imperial. Era presença constante nos saraus

literários realizados no palácio do imperador. E essa ligação próxima lhe será proveitosa, pois no final de sua carreira escreverá obras de encomenda que o identificariam como propagador da monarquia.

O Imperador D. Pedro II era leitor de Macedo e o admirava tanto que o convidava a ser professor das princesas Isabel e Leopoldina. A amizade foi tão profícua que o Imperador o convidou para ser Ministro dos Negócios Estrangeiros no gabinete progressista de 1864. Macedo recusaria a oferta, pois em sua opinião, só poderia aceitar o cargo se fosse rico, porque dessa maneira poderia ser independente e não queria que ninguém o chamasse de ladrão depois de sua passagem pelo ministério.

Em 1855, depois de intensa atividade jornalística e política apresenta uma obra diferente. Publicada na forma de folhetim no Marmota Fluminense, *A carteira de meu tio* era uma narrativa satírica acerca da vida política do país. Macedo era deputado liberal pela Assembléia Provincial do Rio de Janeiro e a sua experiência e prática política o inspirou a escrever uma narrativa onde apresentasse suas idéias sobre o funcionamento da vida política.

O personagem principal era um modelo, um estereótipo do indivíduo que só estava interessado nos benefícios materiais e econômicos que podia obter com a vida política; a discussão sobre o mundo público com o mundo privado é a tônica do texto que denunciava os problemas políticos do país que vivia a experiência da conciliação. A sátira apontava os responsáveis pela falta de respeito com as instituições políticas e as razões do descrédito em que parte da população tinha da atividade política.

*A carteira de meu tio* foi recebida com surpresa pela crítica e pelo público. Macedo abandonara os temas gerais dos romances de sucesso e arriscava outra forma de literatura. O senso crítico acerca da política nacional era apresentado através das descrições do funcionamento das instituições políticas do império. Seus leitores que esperavam a publicação de romances seguindo as fórmulas habituais não se viram representados na narrativa.

Macedo busca alcançar outro público direcionando sua análise do desenvolvimento da política nacional para os agentes políticos envolvidos na luta pelo poder. De qualquer maneira, essa obra demonstra um escritor em busca de novas formas narrativas para expressar suas idéias, rompendo com o suposto *molde* romanesco que os críticos tanto

salientam. O afastamento da fórmula romântica que ocorre ao longo de sua produção literária, trará dissabores na trajetória do autor fluminense.

Os primeiros treze anos da produção literária de Macedo (1844-1857) marcam a sua hegemonia dentro do campo literário. Sete romances são publicados e a maior parte alcançaria a terceira edição. O desenvolvimento da imprensa e sua intensa colaboração proporcionavam a manutenção de estilo e a propagação de suas idéias literárias.

A popularidade das obras de Macedo, principalmente entre 1844 a 1857 se deve às fórmulas que empregava nas narrativas, e que chamavam a atenção dos leitores como a idealização dos personagens, a existência das peripécias sentimentais que movimentavam a narrativa, proporcionando curiosidade a respeito da conseqüência e do desfecho dos fatos, a presença dos tipos caricaturais que circulavam na sociedade imperial e os seus traços decadentes que provocavam risos, a descrição cuidadosa dos costumes, das cenas e dos vestuários. Por tudo isso as obras de Macedo alcançavam leveza e simpatia.

Em 1857 no auge do prestígio publica o poema *Nebulosa*, recebendo elogios da crítica literária e do Imperador. Depois da publicação de *A Moreninha*, esse é o texto que revigora a posição de Macedo dentro do campo literário. Por esse poema é promovido ao oficialato da Ordem da Rosa. Nesse ano, um cearense chamado José de Alencar publica *O Guarani* e sem que Macedo “intuísse o sucesso estrondoso de Peri e Ceci, marcará o começo do seu declínio no gosto do público da corte” (Serra, 2004: 88).

A partir de 1857, Macedo percebe certa animosidade por parte principalmente da crítica e depois dos leitores diante das mudanças temáticas e estilísticas que promovia. Além disso, o campo literário acompanha a polêmica travada entre José de Alencar e Gonçalves de Magalhães acerca de poema *A Confederação dos Tamoios*.

Esse episódio resume bem a percepção sobre as lutas travadas no interior do campo literário. Os autores consagrados ao dominar o campo de produção se impõem também no mercado, “tornando-se cada vez mais legíveis e aceitáveis na medida em que se banalizam através de um processo mais ou menos longo de familiarização associado ou não a um aprendizado específico” (Bourdieu, 2002: 184).

Por isso quando surge no mercado um novo produtor, a imposição desse produto vem da capacidade dele de “fazer deslizar para o passado o conjunto dos produtores, dos produtos e dos sistemas de gostos hierarquizados sob o aspecto grau de legitimidade”

(p.184). Em busca de visibilidade e tentando chamar a atenção para o seu nome, Alencar apontaria que algumas passagens do poema de Magalhães não podiam ser levadas a sério, pois apresentavam problemas que iam desde a ordem métrica a referências históricas. O nome de Alencar se sobressai no debate e dessa forma consegue espaço nos jornais para publicar suas histórias.

A ascensão de José de Alencar no campo literário e a aceitação positiva de seus romances promoveu um abalo na posição de prestígio literário que Joaquim Manuel de Macedo possuía. Nesse período, o escritor continuou experimentando outros gêneros literários, entretanto, não elaborava com cuidado essas obras comprometendo a qualidade dos textos. Tem-se a impressão de que o autor precisava de outra *A Moreninha* para reconquistar seu prestígio literário. Entre 1858 e 1860 escreveu várias peças de teatro, entre elas a comédia *O primo da Califórnia*, o drama romântico inspirado na passagem bíblica de Isaac e Abraão *O Sacrifício de Isaac* e vê encenada no ano seguinte a comédia *Luxo e vaidade* e o drama *Amor e pátria*.

Em 1862 se aventura pelo relato memorialista lançando *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. A obra reúne as crônicas escritas em sua coluna no *Jornal do Commercio* sobre as histórias das ruas do Rio de Janeiro. Essa obra revelaria sua preocupação com a pesquisa histórica. Em 1863, três peças são encenadas, as comédias *O Novo Otelo* e *A Torre em Concurso* e o drama *Lusbela*.

No período de 1864 a 1868 divide a produção literária com a atividade política. Publica em 1868 *Memórias do Sobrinho do Tio*, uma continuação da sátira política *A carteira de meu tio*. Em 1869, Macedo apresenta *Vitimas Algozes*, uma obra com forte teor realista e naturalista que causa desconforto pelo tema abordado e a maneira como retrata as situações narrativas. É um panfleto da causa abolicionista.

Entre 1869 a 1873, apresenta oito romances, entre eles *A Luneta Mágica* (1869), *Nina* (1869), *Mulheres de Mantilha* (1871), *Um Noivo e duas noivas* (1871) e duas comédias de teatro *Remissão dos Pecados* (1870) e *Cincinato Quebra louça* (1873). Os romances produzidos não abordavam as temáticas que tanto o popularizaram. Ao contrário, Macedo experimentava outras formas narrativas, desde o romance psicológico com inclinações realistas (*Nina*) ao romance histórico (*Mulheres da Mantilha*).

Em 1873, Macedo é convidado pelo governo imperial para elaborar a obra *Noções de Corografia do Brasil*, que seria apresentada na Exposição Internacional de Viena. Depois do sucesso da apresentação, escreve o *Ano Biográfico Brasileiro*, outra encomenda do governo para a Exposição na Filadélfia. Essas obras de encomenda eram, na verdade, propaganda governamental do Brasil no exterior e tinham como finalidade divulgar um retrato positivo do país. Entretanto, Macedo sofrerá duras críticas de intelectuais nacionais que não concordavam com a visão idealizada que o escritor apresentava nesses textos.

A postura social e moral aparecem na produção artística elaborada entre 1867 e 1880. Assuntos polêmicos são tratados, como a emancipação da mulher, o abolicionismo, a luxúria, a obsessão pelo dinheiro, o adultério, a moralização da política. Entretanto, como veremos na análise crítica, esses temas, anunciando características realistas e naturalistas, não correspondiam aos desejos do seu público, que ignora essa postura temática do autor.

O exagero na produção literária de Macedo pode ser confirmado, por exemplo, pela extensão de suas obras. O romance *A namorada* de 1870 chega a ter 700 páginas, *Um noivo e duas noivas* quase alcança 800 páginas. A extensão desses textos prejudica a qualidade das obras. Entre 1867 e 1880, o autor está preocupado mais com o dinheiro do que com a qualidade de seus textos, “eram obras que Macedo escrevia para ganhar dinheiro; o tamanho desnecessário, com muitas digressões e, sobretudo, uma inconsistência na pintura psicológica dos personagens, como se ele estivesse esquecido o que tinha escrito 400 ou 500 páginas antes” (Serra, 2004: 177).

A partir de 1870, as obras produzidas por Macedo são desprezadas e ignoradas pela crítica e pelos leitores frente às produções renovadoras que surgiam no campo literário. Nesse momento, José de Alencar é, sem dúvida, o romancista mais importante do país, apresentando obras que reafirmavam características da sociedade nacional e atendia a necessidade de fantasia e diversão dos leitores. Alencar já havia publicado obras marcantes como os romances *Lucíola* (1862), *Iracema* (1865), *As Minas de prata* (1865), *O gaúcho* (1870), *A pata da gazela* (1871), *O tronco do Ipê* (1871), *Senhora* (1875) e peças de teatro, entre elas, *Demônio Familiar* (1857).

Em 1872, Visconde de Taunay apresenta *Inocência* e Bernardo Guimarães publica *O Seminarista* e, em 1875, *A Escrava Isaura*. Candido (1967) indica a presença de elementos novos caracterizando o movimento romântico, onde estariam presentes o

indianismo e o regionalismo. E nesses elementos, Alencar se sobressai com qualidade, sendo o maior autor da ficção romântica tanto pela capacidade básica da narrativa quanto pelo senso apurado de estilo.

O “campo funciona como espaço de competição para a legitimidade cultural, fenômeno que gera a busca de distinções culturais, isto é, de técnicas e estilos que são dotados de valor, na medida em que os grupos que os produzem são reconhecidos culturalmente, atribuindo-lhes marcas de distinção: especialidade, maneira, estilo” (Kern, 1996: 231).

O escritor que apresentar uma técnica mais elaborada e um estilo particularizado modificando as características iniciais dos gêneros, alcança a notoriedade e o aumento de seu capital simbólico. A repetição formal presente na obra de Macedo não conseguiu proporcionar a manutenção de sua hegemonia no campo literário. Nesse instante, o campo literário legitima o nome de Alencar como representativo, fazendo, com que a produção de Macedo fosse esquecida pelo público e pela crítica que não chega a analisar suas últimas obras.

A partir de 1880, a sociedade brasileira sofre transformações sociais e políticas promovendo nos leitores novas aspirações e outras formas de se relacionar com a literatura. Intelectuais e artistas estão preocupados com uma literatura realista voltada aos problemas sociais, por isso recusam a literatura de Macedo, pois ele representava a ordem política vigente. A rejeição foi tão forte que as obras de Macedo produzidas entre 1870 a 1880 são relegadas ao fracasso. No final de sua carreira chegou a ser evitado pelas editoras que só reeditavam suas primeiras obras.

*Antonica da Silva* sua última peça de teatro foi encenada em 1880. O fracasso da peça e as críticas negativas abalaram a saúde de Macedo. O abandono da vida pública coincide também com o declínio político do segundo Império. No ano seguinte, o campo literário é sacudido com a publicação de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* de Machado de Assis. A literatura brasileira entra em uma nova fase. E os escritores românticos do campo literário perderam seu espaço para a produção realista e naturalista que dominaria o ambiente cultural do país.

“Não existe campo em que o enfrentamento entre as posições e as disposições seja mais constante e incerto do que o campo literário e artístico” (Bourdieu, 2002: 290), pois a

percepção do espaço das posições e das trajetórias dependeria das disposições dos agentes e essas posições não são garantidas juridicamente, podendo a todo instante estar vulneráveis à contestação simbólica. A luta pela posição social no campo era constante, pois a cada ano autores surgiam e se destacavam com suas respectivas obras, o que podia comprometer a posição dos estabelecidos no campo.

Os últimos anos de vida de Joaquim Manuel de Macedo foram difíceis, passando por dificuldades financeiras, chegando a vender bens para pagamento de dívidas. A ascensão de um novo estilo de literatura e a perda do prestígio literário fizeram com que Macedo conhecesse o outro lado da fama: o esquecimento de sua figura na sociedade cuja imagem positiva ajudou a criar. Abandona a vida pública e literária em 1880, dois anos antes de sua morte. Suas primeiras obras *A Moreninha* e *O Moço Loiro* eram as únicas que sobreviviam ao gosto popular e seriam justamente as que proporcionariam ao autor um lugar na história da literatura brasileira.

Na trajetória biográfica de Joaquim Manuel de Macedo é possível perceber que o escritor usava a arte como veículo de ascensão social. E para alcançar esse objetivo realizava concessões que atingiam a necessidade de fantasia e diversão dos leitores. E na medida em que Macedo resolve abordar outras temáticas, modificando sua concepção de arte e sua visão de mundo, não é bem compreendido pelos seus leitores, justamente aqueles que sempre acompanhavam suas obras, mesmo quando elas não alcançavam boas críticas.

O campo literário alcança diversas categorias de público, principalmente, estudantes e as mulheres. Dessa maneira, a preocupação dos escritores e principalmente de Macedo era a de apresentar um retrato da formação da sociedade e contribuir na formação de imagens que consolidassem as mudanças culturais que aconteciam no país. O romantismo é, em sua melhor versão, o primeiro estilo “contra-cultural” do país, com senso crítico dos valores da sociedade. E paralela à elaboração dessa literatura, tem-se a formação da crítica literária que acompanharia o desenvolvimento do campo literário.

A crítica literária não acompanhou o desenvolvimento da obra de Macedo, por considerá-la inferior e de pouco valor literário. Por isso, os estereótipos presentes nos primeiros romances foram condicionantes para a apreciação do restante de sua obra fazendo mesmo com que muitos críticos sequer conhecessem o que o escritor estava produzindo.

Veríssimo (1963) em sua *História da Literatura Brasileira* foi um dos primeiros críticos que contribuiu para a depreciação da produção macediana, defendendo a tese da invariabilidade e trivialidade dos temas. Para Veríssimo (1963) sua obra literária foi realizada “sem nenhum escrúpulo de investigação e de estudo”, escrevendo “ao deus dará”. As situações de enredo e os tipos presentes em seus romances seguiriam a mesma estrutura,

os romances de Macedo são todos talhados por um só molde. São ingênuas histórias de amor, ou antes, de namoro, com a reprodução igualmente ingênuo de uma sociedade qual era a do seu tempo, chã e matuta. Cuidando aumentar-lhes o interesse, e acaso também fazê-los mais literatos, carrega o autor no romanesco, exagera a sentimentalidade até a pieguice, filosofa banalidades a fartar. São romances morais, de família; leitura para senhoras e senhoritas de uma sociedade que deles próprios se verifica inocente, pelo menos sem malícia, e que, salvo os retoques do romanesco, essas novelas parece retratam fielmente (p.173).

A idéia que Veríssimo (1963) apresenta, de que os romances de Macedo seguiriam um mesmo “molde” foi incorporada por outros críticos. Dessa maneira, as situações e os tipos dos romances seguiriam com enredos semelhantes, provocando um excesso repetitivo de temas. A repetição apareceria também na elaboração dos personagens “a moça apaixonada, amorosa ou namorada, o galã, ora fatal e irresistível, ora apenas simpático e galanteador, a velha namorada e ridícula, o estudante engraçado, dividido” (p.174) e nas situações nas quais estariam envolvidos.

Veríssimo (1963) reconhece a importância de Macedo na criação do romance brasileiro por oferecer a fórmula das narrativas românticas. Entretanto, afirma ser fraca sua perspectiva de mundo mostrando a sociedade burguesa alicerçada na valorização da moral e na existência e aplicação dos bons costumes, vendo “tudo cor de rosa”, afirmando uma sociedade onde as coisas aconteceriam da maneira mais trivial possível.

Se no romance Macedo foi um escritor menor, seu teatro mostra um momento de destaque. Neste gênero mostrava a espontaneidade e a intensa veia cômica. Ainda elogia o poema *A Nebulosa*, de 1857, que foi escrito num momento de feliz inspiração; “há neste único poema de Macedo, grandes belezas de poesia e de expressão. Mais de um trecho seu ainda nos impressiona pela força de emoção que lhe pos o poeta” (Veríssimo, 1963: 175).

Candido (1967) indicaria que o escritor de *A Moreninha* optou em sua produção pelo caminho da comunicação fácil,

na sua obra tudo se resolve, explica e perdoa. O escritor familiar timbra nas amenidades finais, que reconciliam com a vida e o semelhante. O vício é a privação momentânea da virtude; mesmo a pobreza é uma suspensão da abundância. A maldade é provisória, o bem, definitivo: eis a moral dos seus livros. Nunca escritor reduziu tanto a psicologia a moral, e esta ao catecismo. Se não fosse o vinco amargo deixado pela escravidão na sua consciência de homem e escritor, poderíamos dizer que o mal para ele, era no fundo um recurso literário, feito para realçar o bem (p.143-144).

Para Candido (1967), Macedo apresenta um “realismo miúdo” com pequeno valor literário tendendo à caricatura e usando uma linguagem desleixada com um “impulso irresistível à tagarelice”. A mediocridade seria a grande característica de sua obra e toda sua popularidade era definida pelas piadas, pela vulgaridade das situações cômicas presentes em suas obras. Só mesmo uma sociedade “chucra” seria capaz de transformar suas histórias em modelo de vida.

O aspecto moral sempre esteve presente nas obras de Macedo. O problema é que o escritor não conciliava essa proposta moral com uma visão crítica acerca das questões sociais. Alguns personagens tinham a capacidade de filosofar sobre vários assuntos sem chegar a lugar algum demonstrando a afirmação do senso comum sem compreender o jogo empreendido pelos indivíduos em suas relações sociais. A inverossimilhança seria uma de suas principais características.

A crítica de Candido (1967) nesse ponto atinge o público que não estaria interessado na qualidade dos textos. A sociedade nacional apresentada por Macedo seria, superficial e cômica, espelhando as características do público que era majoritariamente de mulheres e estudantes. Dessa forma, é importante levar em consideração a qualidade social do público que consumia essa literatura. Entretanto, as críticas literárias posteriores enfocavam suas análises como se o público do campo literário fosse composto por pessoas com alto nível intelectual participando das questões sociais, o que na realidade, não correspondia à verdade.

A consagração concedida aos gêneros e aos escritores apresenta uma característica particular, pois “é a qualidade social do público e o lucro simbólico que ele assegura que

determinam à hierarquia específica que se estabelece entre as obras e os autores no interior de cada gênero, correspondendo às categorias hierarquizadas que aí se distinguem muito estreitamente a hierarquia social dos públicos” (Bourdieu, 2002: 135).

Dessa forma, quem determinava a posição do escritor dentro do campo literário e o seu respectivo capital simbólico seria primeiro o público que, consumindo as obras se identificavam com as peripécias e proporcionava ao escritor o reconhecimento de sua figura social. Cada obra publicada era uma forma de manter a posição dentro do campo e adquirir cada vez mais capital simbólico. No segundo momento, tem-se a presença da crítica literária que promoveria as primeiras acepções acerca da literatura nacional e, ao contrário do público, analisaria a produção do escritor a partir de critérios estilísticos e literários.

Segundo Candido (1967) a popularidade de Macedo deveria ser aplaudida, pois, soube atender com precisão as temáticas que interessavam ao público, apresentando “narrativas cujo cenário e personagens eram familiares, de todo o dia; peripécias e sentimentos enredados e poéticos, de acordo com as necessidades médias de sonho e aventura” (p.137).

Apesar dessa discussão, a imagem apresentada por Candido (1967) acerca da obra de Macedo se tornou um prisma que norteou o desenvolvimento da trajetória do autor dentro da literatura brasileira. Segundo o crítico, Macedo teve pouco das três acuidades fundamentais do bom romancista,

a sociológica, a psicológica, a estética: em todo caso, mais a primeira que as outras duas. Nele a visão da sociedade e do homem era estreita e superficial; o sentimento de beleza bem fraco. Como criador e como pessoa parece-nos mediano, sem relevo de qualquer espécie. Não é também de se espantar que a sua visão seja tão pobre, e de quase todos os seus livros se desprenda uma boa vontade cheia de bonomia e otimismo (p.144).

A fraca percepção sociológica é perceptível nos romances de Macedo em diversos aspectos, como na construção superficial dos personagens, sem profundidade e acreditando no destino como elemento direcionador de suas vidas. O perdão é um sentimento que podia vir a qualquer momento a partir de uma simples reflexão pessoal ou de castigos nos quais os personagens estão envolvidos. Candido (1967) aponta que Macedo não inventaria condições socialmente impossíveis para os seus personagens e as limitações encontradas em seus destinos eram apenas de ordem física ou psíquica e não de ordem social.

Ao longo de sua produção Macedo procura reverter essa situação, escrevendo obras a partir de 1860 que vislumbravam percepções de ordem social como encontramos em *A carteira de meu tio*, *As Vítimas Algozes* e em *Memórias do sobrinho do tio*. Entretanto, o escritor não consegue realizar apreciações críticas da sociedade e da cultura política que promovessem o salto da qualidade literária e a percepção social das situações. A relação da elite política com seus fundamentos sócio-econômicos não aparece em *A carteira de meu tio*, o que deixa em aberto proposições que deveriam ser analisadas.

Sodré (1995) em sua *História da Literatura Brasileira* reconhece a importância de Macedo para a ficção romântica, mas indica algumas limitações. Seus romances seriam

romances do trivial, compostos por uma graça sem sutilezas, com um excesso de acomodações, com a presença fiscalizadora e condutora do autor em todos os instantes, com uma intenção apriorística, dentro de critérios morais fixos, rigorosamente padronizados, com o triunfo do bem e arremates bem arrumados, ficção comedida, vulgar, feita de pequenos fatos e de pequenas criaturas, sem tipos, sem relevos, sem asperezas, montadas em relações cerimoniais, obediente as pautas comuns, fiel a realidade (p.224).

Macedo refletiu os sentimentos e o cotidiano da vida social imperial. Sua ficção refletia o meio em que vivia. “Foi um pioneiro, um abridor de caminhos, sem muitas preocupações, sem demasia de orgulho, sem rigores literários, cultivando leitores fáceis, acomodando-se ao gosto deles, servindo-os da melhor maneira” (Sodré, 1995: 225).

Heron de Alencar (1989) indica que a qualidade técnica de Macedo não progrediu durante sua trajetória literária. Entretanto sua popularidade se deveria à ausência dessa qualidade devido à capacidade de atender às tendências populares do romanesco, “em especial, aquela de caráter realista, que capta e fixa com objetividade aspectos do mundo real e até pequenos detalhes da vida familiar” (p.247). Sua verdadeira vocação seria para o teatro onde realizou textos de qualidade.

As críticas indicam que Macedo faz uma descrição superficial da realidade, sem preocupação com a função artística e social. Sua única preocupação era satisfazer os leitores. Esse comportamento restringiu a visão de romancista, que confirmava “sua condição de homem típico da classe média urbana que não lhe permitiu observar e aspirar senão de acordo com os hábitos e os anseios dessa classe” (Alencar, 1999: 248).

Análises recentes sobre a obra de Joaquim Manuel de Macedo procuram rever os aspectos negativos de sua produção literária. Essa revisão reconhece as limitações estilísticas e formais do autor, mas redimensiona parte da crítica anterior mostrando que sua obra deveria ser analisada a partir da situação histórica na qual se inseria na formação do campo literário e pelas características do público que alcançava. Nessa proposta, a questão da qualidade social do público voltaria a nortear a perspectiva de análise.

O primeiro nome a se levantar em defesa de Macedo foi Temístocles Linhares (1959). O crítico percebe a existência de dois momentos em sua obra, chamando-os de “romances do princípio” e “romances do fim”. Nessa divisão é possível perceber um aperfeiçoamento na abordagem temática e social que Macedo viria desenvolver ao longo de sua trajetória, o que não confirmava a idéia a respeito do “molde” de seus romances. A primeira delas, de que os romances macedianos seriam “talhados por um só molde”, opõe que “outros livros Macedo produziu onde se observam algumas mudanças, não só quanto aos temas como aos próprios personagens. É o que ocorre em *Memórias do sobrinho do meu tio*, *A carteira de meu rio*, *A luneta mágica* e *O Rio do quarto*, por exemplo” (Linhares, 1959: 97).

As obras *A carteira de meu tio* (1855) e *Memórias do sobrinho do tio* (1867) são exemplos da fuga desse molde. Nessas duas sátiras, apresenta ironicamente as características da política nacional na intenção de denunciar os vícios das práticas políticas e dos agentes envolvidos nesse campo do poder. Macedo apresentaria as primeiras imagens que compunham aspectos da cultura política no país, apesar de não desvendar a natureza do jogo político.

O humor é o mecanismo usado para o desenvolvimento da crítica, além da presença de alegorias ampliando o significado das idéias. As narrativas ganhavam um caráter ambíguo na tentativa de corrigir ou moralizar aspectos da cultura política. Se Macedo alcança esse objetivo tentaremos responder na análise da obra *A carteira de meu tio* presente no quarto capítulo dessa dissertação.

Outro livro que aponta a diferença temática seria o trabalho pré - naturalista *As vítimas algozes* de 1869. A obra de seiscentas páginas realizava uma crítica a existência da escravidão no Brasil, mostrando as suas mazelas e os efeitos perversos dessa instituição. As três novelas presentes na obra apresentavam características naturalistas que chocaram o

público devido à agressividade da narrativa e à forte análise psicológica dos personagens que, não se enquadravam na chamada “tipologia” consolidados nas narrativas macedianas e por isso, são recebidas com desconforto pelo público e pela crítica literária.

No prefácio da obra *As Vítimas Algozes* (1999), Macedo aponta que pretende contar histórias reais para condenar a existência da escravidão, procurando analisar a questão pela ótica das suas conseqüências e a resposta que o escravo oferecia diante desse processo. Ele poderia abordar esse assunto por dois caminhos,

Um desses caminhos se estende por entre as misérias tristíssimas, e os incalculáveis sofrimentos do escravo, por essa vida de amarguras sem termo, de árido deserto sem um oásis, de inferno perpétuo no mundo negro da escravidão. É o quadro do mal que o senhor, ainda sem querer, faz ao escravo. O outro mostra a seus lados os vícios ignóbeis, a perversão, os ódios, os ferozes instintos do escravo, inimigo natural e rancoroso do seu senhor, os miasmas, deixem-nos dizer assim, a sífilis moral da escravidão infeccionando a casa, a fazenda, a família dos senhores, e a sua raiva concentrada, mas sempre em conspiração latente atentando contra a fortuna, a vida e a honra dos seus incôscios opressores. Preferimos este segundo caminho: é o que mais convêm ao nosso empenho (p.4).

*Vitimas Algozes* não reafirma os enredos tipicamente romanescos. Ao contrário, em 1870, um crítico usando pseudônimo no jornal *Vida Fluminense* chega a afirmar que “a obra pode aproveitar a homens feitos, mas é sobejamente imoral para penetrar no lar doméstico” (Serra, 2004: 160). A obra é elogiada por Candido (1967) que admite o “vinco amargo deixado pela escravidão na consciência do escritor e do homem”.

Macedo resolve se aventurar por um universo distante do romanesco em *O rio do quarto* em 1869. A obra apresenta a história de um assassinato e esquartejamento de um homem na cidade de Itaboraí. O personagem principal é um padre avaro e usurário que é assassinado por seu sobrinho Manuel Pereira por causa da herança. “Depois de julgado e enforcado, Manuel Pereira é esquartejado e seus “quartos” são espalhados pela vila para servir de exemplo. Um deles vai ficar pendurado em uma goiabeira ao lado do rio onde ocorrera o assassinato. No entanto, a carne não vai apodrecer, e é a goiabeira que vai secar” (Serra, 2004: 152)

Os exemplos apontam que a produção de Macedo não partia do mesmo “molde” e ao acompanhar as tendências literárias que estavam aparecendo na tentativa de atualizar sua obra, o escritor não conseguia resultados satisfatórios devido à dificuldade de abordar as

questões sociais com uma percepção crítica. Para Sousa (1959) dizer que o romance de Macedo era apenas uma “leitura para senhoras e senhoritas” serviu para

Depreciar apenas o romancista, porque o tipo de leitores a que o crítico se refere é a mulher produto ainda de uma educação a século XVIII e, como ele próprio define, tão “inocente, pelo menos sem malícia”, quanto aquela que tais histórias retratam. De qualquer forma, é uma generalização que o exame da obra, no seu conjunto, não confirma (p.157).

Sousa (1959) reconhece que os romances de Macedo retratam a crônica viva do Rio de Janeiro, fixando aspectos da vida carioca e foi por causa desse retrato que conquistou a simpatia e preferência do público. Sua produção poética não resistiria a um confronto direto com outros poetas, reconhece que a melhor parte de sua obra estaria no teatro, entretanto “foi no romance que ele conseguiu perdurar. E ficou não através da crítica, que por muito tempo o esqueceu, mas a custa da preferência do grande público” (p.155).

Outra crítica atribuída à literatura de Macedo se refere à linguagem despreziosa, sem estilo, que se aproximava da vulgaridade. Sousa (1959) afirma que

a linguagem dos seus romances é aquela que se ouve e se fala na conversa cotidiana, até mesmo com os desmazelos e erros comuns à comunicação oral. Macedo não procura substituir a palavra necessariamente repetida, não evita cacofonia, não tem regularidade sintática, dá a impressão de não reler o que escreve. (...) Mas o que compensa todos os defeitos que se possam apontar ao cronista da vida carioca do século XIX e o mantém na preferência do público é aquilo que Antonio Candido denomina “tagarelice” e Cavalcanti Proença diz “oralidade”, isto é, a facilidade de contar histórias, sem preocupação de mensagem ou de estilo. A isso junte-se a capacidade de retratar fielmente tudo o que caracterizou a sua época e que funciona como ilustração daquelas mesmas histórias (p.157).

Acompanhando a produção romanesca de Joaquim Manuel de Macedo, percebe-se a irregularidade no que diz respeito à linguagem; na verdade, o autor não se preocupava com o aprimoramento de sua obra, procurando a comunicação mais direta possível. Sua intensa produção provocou esse descuido abusando da linguagem coloquial. Mas Sousa (1959) indica que mesmo assim,

O seu trabalho de estilo, se, de fato, houve algum, caracterizou-se por uma espécie de inércia resistente as modificações, o que equivale a dizer que a sua simplicidade é nativa, não trabalhada;

suas histórias não são escritas, são faladas. E com isso, a sua obra se torna material importante para pesquisas de natureza lingüística (p.157).

Sousa (1959) ao apresentar sua apreciação sobre a obra de Macedo rebate algumas análises respondendo sobre as proposições negativas atribuídas pela crítica literária. A longa citação é justificada, pois mostra os aspectos positivos e negativos que o crítico enxergaria em sua obra rebatendo premissas das análises anteriores,

A crítica tem sido quase unânime ao apontar-lhe a puerilidade dos enredos, a mediocridade das idéias, a pobreza da invenção, o convencionalismo de seus tipos e a incapacidade de buscá-los fora da sua classe social, a prolixidade a que muitas vezes não consegue por freio, a preocupação excessiva de moralizar e a falta de conteúdo psicológico em suas histórias. Ninguém lhe pode negar, entretanto, o caráter essencialmente brasileiro da obra, a simplicidade do estilo, o senso de observação dos nossos costumes, a fidelidade da minúcia na descrição de nossa vida familiar aquele momento e a exatidão no retrato da sociedade de uma época, que foi a sua e da qual ele é indiscutivelmente, no terreno da ficção, se não o primeiro, o mais fiel fotógrafo (p.155).

As críticas de que sua obra seria superficial, ingênua ou pueril deveria ser revista, pois seria “imprescindível ter presente a época nos seus costumes domésticos, sociais e políticos, no seu espírito e na sua filosofia de vida, para não perder de vista o muito que há de intencional na obra do escritor que, se não foi um moralista, mostra a cada passo sua preocupação moralizante” (p.163). Entretanto, Sousa não rebate as críticas acerca dos aspectos formais da obra de Macedo. Essa posição deixa em aberto a discussão sobre as limitações estilísticas presentes no autor.

Sousa (1959) mostra que apesar das limitações presentes na produção literária de Macedo, o escritor ajudou a consolidar uma proposta literária para a sociedade nacional. E ao abrir as portas do campo literário, procura alcançar primeiro o desejo pessoal do reconhecimento público para depois tentar aprimorar a sua produção literária. Entretanto, dificuldades financeiras e emocionais impediram o escritor de realizar esse intento.

A revisão do valor literário da obra de Macedo tem na figura de Tânia Serra (2004) uma de suas principais expoentes. Em *Joaquim Manuel de Macedo ou os Dois Macedos*, a pesquisadora mostra a importância social e literária de Macedo, minimizando as críticas sobre a produção do autor de *Lusbela*, realizando uma extensa pesquisa bibliográfica.

Serra (2004), assim como Linhares (1958), aponta a existência de duas fases na literatura do autor, chamando-o de Macedo das “mocinhas”, fase em que prosa de evasão romântica predomina entre 1844 a 1865; e a segunda fase, o Macedo dos “adultos”, entre 1866 a 1876 onde alcança outro público, realizando narrativas de caráter social iniciando a transição para a literatura realista. Esse período marca sua decadência literária.

Para Serra (2004) esses períodos delimitam a presença de Macedo dentro da literatura brasileira. A autora propõe uma discussão cronológica mostrando que sua produção literária acompanhava o desenvolvimento social da sociedade brasileira. Macedo alcança a sua popularidade e hegemonia no campo literário na fase “alegre”; momento em que registra os primeiros modelos da sociedade nacional através dos sucessos de *A Moreninha* (1844), *O Moço Loiro* (1845), e *Os dois amores* (1848). Seriam estes, os primeiros romances onde encontraríamos a representação do homem brasileiro do século XIX inserido dentro da sociedade nacional em formação.

Existe uma diferença significativa quanto à receptividade das obras de Macedo a partir dessas duas fases de sua produção. Pouquíssimas obras da segunda fase (1866-1876) foram reeditadas. Para Serra (2004) os romances dos adultos “foram rejeitados pelo povo, que não queria saber de análises psicológicas; queria mesmo era sonhar e se divertir com os livros do talentoso contador de histórias” (p.236).

A própria crítica literária não se preocupa em analisar essa fase da literatura de Macedo, relegando-o ao esquecimento e ao fracasso. A situação do escritor chega a ser constrangedora, pois enquanto as obras da primeira fase são constantemente reeditadas, as editoras passam a recusar a publicação de seus novos livros, o que leva o autor a se dedicar ao jornalismo ou a produção de obras de encomenda o que o identificava mais como representante do regime monárquico.

“Os livros da segunda fase, mais engajados, deixaram de corresponder a mentalidade do nível intelectual e aos interesses do grande público e contribuíram para relegá-lo ao segundo plano, mas são até agora um dos melhores espelhos para a visualização do segundo império” (Schlafman, 1995: 10). Na medida em que essas obras foram produzidas, a falta de interesse de seu público foi evidente, que se sentiu “traído” pela mudança literária.

No debate apresentado percebemos a existência de uma revisão crítica acerca da contribuição de Joaquim Manuel de Macedo para a história da literatura brasileira. Entretanto, Serra (2004), Sousa (1959) e Linhares (1959) não conseguem responder de maneira satisfatórias as indicações apresentadas por Coutinho (1967) e Veríssimo (1963) sobre as diversas limitações formais e estilísticas que Macedo apresenta.

Joaquim Manuel de Macedo ao escolher a popularidade, como objetivo principal do seu trabalho literário não conseguiu criar textos que contribuíssem para o desenvolvimento moral e intelectual dos seus leitores sem cair no discurso banal e superficial. Se a fórmula que usava em seus romances lhe trazia vantagens econômicas e de prestígio, Macedo se torna um escritor profissional vendo em sua atividade o mecanismo rápido de ascensão social.

O que fica perceptível nesse debate é que Macedo ao se preocupar com os benefícios materiais e sociais que a literatura lhe trazia, não soube realizar acepções que oferecessem ao leitor aspectos que produzissem uma atitude crítica de sua literatura. Macedo abusava das concessões literárias para alcançar sua popularidade o que trouxe problemas para a sua literatura.

Candido (1967) aponta a pouca perspectiva sociológica das obras de Macedo. Partindo dessa constatação, investigaremos se na obra *A carteira de meu tio*, Macedo apreende a realidade de maneira superficial, como era comum em suas obras anteriores, ou se desvenda através de sua crítica, os mecanismos de poder que envolveriam as características do exercício político.

Os trabalhos realizados acerca da produção literária de Joaquim Manuel de Macedo praticamente se resumem às características romanescas em suas obras chaves ou às apreciações de suas crônicas e produção teatral. Essa dissertação procura abordar uma obra pouco conhecida e de repercussão pública limitada. A partir dessa obra indicaremos se Macedo consegue desvendar através da sátira os mecanismos de funcionamento da política nacional.

**A representação da cultura política brasileira  
em *A carteira de meu tio***

## O Sobrinho do Tio e a Constituição Imperial: Literatura e Sociologia

A personagem é um elemento importante no desenvolvimento da obra literária, pois suas impressões podem demonstrar ou esconder as teias de significados nas quais está envolvida. Ao guiar o leitor em seu cotidiano, a personagem pode ganhar a simpatia do leitor ou provocar um estranhamento dependendo da maneira como se apresenta e conduz sua história.

“A personagem é um ser fictício, expressão que soa como paradoxo e o problema da verossimilhança no romance, dependem da possibilidade de um ser fictício, isto é, algo que, sendo uma criação da fantasia, comunica a impressão da mais lídima verdade existencial. Podemos dizer, portanto, que o romance se baseia, antes de tudo, num certo tipo de relação entre o ser vivo e o ser fictício, manifestada através da personagem, que é a concretização deste” (Candido, 2002: 55).

As personagens de *A carteira de meu tio* apresentam em suas falas e pensamentos concepções encontradas naquele período histórico. São tipos sociais representados bem ao sabor da descrição leve e bem humorada que Macedo elaborava em seus romances.

Para Bourdieu (2002), a personagem de uma obra literária deveria ser descrita a partir de sua posição inicial no enredo ou da sua posição econômica. Nem sempre, entretanto, esses dados são imediatamente visíveis ao leitor, que pode não perceber nas entrelinhas símbolos que reafirmam aspectos centrais da narrativa.

Em *A carteira de meu tio*, encontramos um narrador em primeira pessoa<sup>3</sup> que demonstra ter preocupação apenas com o seu bem estar e com a satisfação de suas necessidades e desejos. A primeira visão que o leitor tem é estar diante de um personagem egoísta e egocêntrico. Sem nenhum tipo de compromisso com a ética e a moral, demonstra arrogância e desprezo pelas convenções sociais, o que segundo ele, o coloca como um homem de sua época, seguindo os ditames dos grandes estadistas e dos que enxergam a frente do seu tempo.

O narrador se apresenta como sobrinho do tio e afirma que “segue as lições dos mestres”, pois como homem de sua época cultiva a “religião do Eu”, pois “só há uma

---

<sup>3</sup> O foco narrativo estabelece as condições de penetração do leitor no universo ficcional, orientado pelo narrador.

verdade neste mundo, é o Eu; isto de pátria, filantropia, honra, dedicação, lealdade, tudo é poeta, tudo é história, ficção, parvoíce; ou tudo é poesia” (2001: 8). Coerente com seus pressupostos, este personagem-narrador usa a mentira, a arrogância, o atrevimento ao apresentar suas idéias. Somente após a apresentação da religião do EU, ele faz sua própria apresentação aos leitores,

Senhores, eu sou nem mais nem menos o sobrinho de meu tio: não se riam, que não há razão para isso: queriam o meu nome de batismo ou de família?...Não valho nada por ele, e por meu tio sim, que é um grande homem. Estou exatamente no caso de alguns candidatos ao parlamento e a importantes empregos públicos, cuja única recomendação é neste ser o filho do Sr. Fulano, naquele ser neto do Sr. Beltrano, e até às vezes naquele outro ser primo da Sra. Sicrana. Querirão observar-me que, em vez de me declarar sobrinho do meu tio, deveria antes apresentar-me como filho de meu pai?... Eis aí uma asneira como tantas outras! Eu gosto de cingir-me aos usos de minha terra, e há nela muita gente, mesmo, ou principalmente entre os senhores fidalgos, que costuma esquecer-se (2001: 9).

O narrador não se sente mal ao se apresentar como sobrinho do tio, pelo contrário, tem orgulho desse fato. Sua viagem a Europa aos vinte anos foi patrocinada pelo tio que acreditava que o sobrinho se dedicava à formação intelectual. Festas, mulheres, bebidas foram a sua rotina, passando longe da Academia, das bibliotecas e, depois de cinco anos de viagem, arranja uma carta de doutor na Alemanha, (*não teve a curiosidade de examinar em que espécie de ciência*) e apresenta ao tio o diploma como um prêmio.

O tio idealista e nacionalista, cheio de qualidades, “homem que sabe muito e fala pouco” se emociona com o diploma do sobrinho. Abraços, beijos, perguntas respondidas com milhares de mentiras. Um mês de descanso aumentaram a felicidade do tio que sentia enorme prazer em estar na presença de seu sobrinho. Um dia, pergunta ao sobrinho que profissão ele seguiria. O sobrinho que nunca havia pensando no assunto revela, sem convicção, que queria ser político. O tio fica surpreso com a resposta e diz que a política não deveria ser meio de vida, mas apóia a escolha reconhecendo que o sobrinho tinha qualidades de homem que desejava alcançar o sucesso; pois era impostor e atrevido.

O tio resolve ajudar o sobrinho a realizar essa tarefa, entretanto aponta que ele deveria primeiro conhecer a realidade nacional para depois, a par dos problemas do país, propor as ações que estariam em seu programa político. Ao invés de estudar novamente na

Europa, nos livros dos “grandes homens”, como os políticos nacionais, o sobrinho estudaria no “livro que só se pode ler viajando e observando”. Uma viagem pela província do Rio de Janeiro é marcada para o dia seguinte com a intenção de apresentar ao sobrinho a realidade brasileira para, através dela, elaborar o seu programa político.

Segundo o tio, os políticos nacionais empregavam um estilo de governo que não tinha nenhuma relação com a realidade nacional, eles “empregam no Brasil uma governação que aprendem nos livros da França e da Inglaterra; improvisam no mundo novo as instituições do mundo velho” Dessa maneira, revela ao sobrinho que ele deve “estudar o que convém ao teu país, no que se passa nele, e nos costumes do nosso povo” (2001: 13).

O sobrinho não gosta das proposições do tio, fica atordoado, mas sabe que a viagem é inevitável. O tio avisa que ele terá na viagem, a companhia de uma respeitável, adorável e bela senhora de trinta anos a quem deve respeitar e ser fiel a ela. O sobrinho fica animado com a notícia, mas se assusta ao saber que essa senhora nasceu morta e morava enterrada em um túmulo no jardim da casa do tio.

No dia seguinte, o tio leva o sobrinho até o jardim e mostra um túmulo. “Sobre este túmulo uma pintura rude, que representa uma lindíssima donzela escorregando de um berço para uma cova: é célebre!” (2001: 18). O sobrinho nervoso, achando que o tio está louco, antes de desenterrar a defunta lê o epitáfio que continha cinco palavras “AQUI JAZ QUEM NUNCA VIVEU”,

Abri o túmulo, e encontrei primeiro um caixãozinho de ouro; abri também este, e encontrei um outro caixãozinho de prata; abri ainda este e encontrei um terceiro de chumbo, e dentro deste, finalmente, envolvido em uma espécie de mortalha de veludo verde e amarelo, vi um pequenino livro, em cuja primeira página li o seguinte título: CONSTITUIÇÃO DO IMPÉRIO DO BRASIL; 25 de março de 1824. Olhei para meu tio: o nobre velho tinha os olhos cheios de lágrimas (2001: 19).

O sobrinho fica surpreendido com a revelação e com o discurso do tio

Eis aí, pois, a santa mártir, meu sobrinho: quando ela nasceu, um povo inteiro saudou-a, como a fonte inesgotável de toda a sua felicidade, como o elemento poderoso de sua grandeza futura: saudou-a com o entusiasmo e a fé com que os hebreus receberam as doze Tábuas da Lei: pobre mártir! Não a deixaram nunca fazer o bem que pode: apunhalaram-na, apunhalam-na ainda hoje todos os dias, e, entretanto cobrem-se com o seu nome e fingem amá-la os

mesmos sacrilégos que a desrespeitam, que a ferem, que a pisam aos pés!... (2001: 19).

A constituição de 1824 é o documento que acompanhará o sobrinho na viagem em busca do verdadeiro “país” e realiza o contraponto para as descobertas e decisões que o personagem será obrigado a tomar. A idealização da constituição imperial é um dos principais momentos da obra. A imagem que o tio tem da primeira constituição do país é harmoniosa e o Brasil só seria feliz e teria todos seus problemas solucionados quando ela fosse realmente respeitada e executada por todos os cidadãos brasileiros, e em especial, pela classe política.

Para o tio, à tábua de salvação do Estado estaria no cumprimento da constituição. Ela seria “o remédio santo e exclusivo para curar todos os nossos sofrimentos políticos”. Demonstrando simpatia pela monarquia, o tio encontra no futuro político do sobrinho a esperança de uma prática política que atendesse as necessidades da nação. A aplicação da constituição traria benefícios para a população, pois o documento representava em seus artigos as vontades e as aspirações do povo brasileiro.

A despedida é emocionante e as lágrimas do tio comovem o sobrinho que recebe uma carteira onde deveria notar as impressões de viagem. O sobrinho não deveria escrever mentiras na carteira, e ao contrário dos viajantes, devia escrever sempre a verdade. O sobrinho gosta da idéia de escrever o que vai encontrar nessa imprevisível viagem. Outros filhinhos da bela *donzela* são entregues ao viajante, “alguns são muito mal criados, outros verdadeiros inimigos de sua mãe, achando-se com ela em evidente contradição, mas, enfim, são as leis do Império, e é preciso respeitá-las” (2001: 21).

Essa é a primeira imagem que Macedo apresenta da vida política nacional: a crença na eficácia da constituição de 1824 e na sua capacidade de garantir o desenvolvimento da nação; crença que permeia toda a obra e que ocupa papel de destaque nas polêmicas estabelecidas pelas personagens.

O discurso inflamado do tio, entretanto, elide as circunstâncias históricas de sua elaboração e promulgação assim como oculta os debates acerca da constituição de 1824. Ao proclamar que “um povo inteiro saudou-a como a fonte inesgotável de toda a sua felicidade”, o tio valida uma idéia que não corresponde aos fatos históricos. Para o tio, a constituição de 1824 responderia aos anseios da nação, sendo resultado da participação

popular que esperava por um documento que promovesse a autonomia do país. Essa percepção, entretanto não corresponde a verdade dos fatos, pois não houve a participação efetiva da sociedade nacional na elaboração da carta de 1824.

Quem não conhece o processo que culminou na dissolução da Assembléia e no arquivamento do projeto de 1823 teria uma visão equivocada do processo político ao ler a sátira *moralizante* de Macedo. O tio pede ao sobrinho para não escrever mentiras em sua carteira, para buscar sempre a verdade como caminho seguro. No entanto, apresenta de forma idealizada a constituição do império, não revelando as características autoritárias de sua elaboração. A sátira de Macedo que pretendia denunciar o sistema político imperial pelo seu afastamento dos ditames do texto constitucional apresenta sua primeira fragilidade.

O debate sobre a constitucionalização da monarquia brasileira foi polêmico e acirrou os ânimos dos envolvidos. As idéias apresentadas demonstram a força do pensamento liberal que circulava nos salões da elite brasileira e parte das proposições constitucionais procuram implantar esse pensamento, sem, entretanto, modificar o poder dos proprietários de terra. Além disso, a constituição de 1824 atendia aos interesses pessoais do imperador, tornando-o chefe supremo da nação através do poder moderador.

Marília Garcia (1985) aponta a importância da constituição na organização do poder de uma nação. “Ela fixa os direitos dos cidadãos e os limites até onde o Estado pode interferir nas liberdades individuais. Indica também como vão ser feitas às leis e cumpridas outras leis. Indica quais são as responsabilidades de cada um, governo e cidadãos, para que seja assegurado o funcionamento do estado” (p.9). Em linhas gerais, a constituição é um documento que representa os interesses e consolidam os direitos sociais dos cidadãos, e estes participam do processo através dos seus representantes eleitos.

No dia três de maio de 1823, D. Pedro I iniciava a sessão de abertura da Assembléia Constituinte que prepararia a primeira constituição do país recém independente. O discurso do imperador mostra, de maneira eloqüente, os caminhos que a carta deveria seguir,

Dignos representantes da Nação Brasileira. É hoje o dia maior, que o Brasil tem tido, dia em que ele pela primeira vez começa a mostrar ao mundo, que é Império, e Império livre. Ratifico hoje mui solenemente perante a vós esta promessa, e espero que me ajudeis a desempenhá-la, fazendo uma constituição sábia, justa, adequada, ditada pela razão, e não pelo capricho, que tenha em vista tão somente a felicidade geral, que nunca pode ser grande, sem que esta

constituição tenha bases sólidas, bases que a sabedoria dos séculos tenha mostrado, que são as verdadeiras para darem uma justa liberdade aos povos, e toda força necessária ao poder executivo... Afinal, uma constituição, que pondo barreiras inacessíveis ao despotismo, quer real, quer aristocrático, quer democrático, afugente e anarquia, e plante a árvore daquela liberdade, a cuja sombra deve crescer a união, a tranqüilidade e independência deste Império, que será o assombro de um mundo novo e do velho (Alves, 1985: 9).

O discurso do imperador afirma a importância do início do trabalho da constituinte. A nova pátria necessitava de uma constituição que a legitimasse e estabelecesse os marcos legais para sua consolidação; e esta deveria ocorrer nos marcos do regime monárquico, atendendo aos interesses do imperador e dos grupos políticos hegemônicos na distribuição do poder. Segundo o imperador, a constituição não poderia seguir proposições despóticas e anárquicas, deveria ser sábia, justa, colaborando para o exercício da liberdade assegurando os direitos civis e sociais.

Em resposta ao imperador que esperava uma constituição digna *dele e do Brasil*, a Assembléia Constituinte demonstrará sinais de oposição ao responder que faria “uma constituição digna da nação brasileira, de si e do Imperador, em que a referência a D. Pedro era acintosamente colocada em último lugar” (Fausto, 1996: 48). A harmonia que se estabeleceu no início dos trabalhos deixa de existir.

O projeto limitava os poderes de decisão do imperador, afirmava a indissolubilidade da câmara que, por sua vez, comandaria as forças armadas. O parlamento seria um órgão que legitimaria as ações do imperador e este ficaria subordinado aos interesses da câmara. A carta de 1823 ampliava as atribuições do poder legislativo, se sobrepondo à participação do imperador na vida política nacional.

Para Caio Prado Júnior (1979) o projeto de 1823 refletia as condições políticas do país, sendo um documento político importante no estudo das origens do império brasileiro,

afastando o perigo da recolonização, excluindo dos direitos políticos as classes inferiores e praticamente reservando os cargos de representação nacional aos proprietários rurais; concentrando a autoridade política no Parlamento e proclamando a mais ampla liberdade econômica, o projeto consagra todas as aspirações da classe dominante dos proprietários rurais oprimidos pelo regime de colônia, e que a nova ordem política vinha justamente liberar (p.48-49).

Apesar do caráter liberal, o projeto não fazia qualquer menção à escravidão. O poder político centralizava para os proprietários rurais todas as vantagens econômicas,

os grandes proprietários rurais, principais responsáveis pela Independência, reservam-se todas as vantagens políticas dela. Com este fim, adota o projeto uma complicada hierarquia de direitos políticos, que do simples direito de votar nas assembleias primárias ao de ocupar os assentos do Parlamento, vai sucessivamente restringindo o círculo dos cidadãos deles investidos (Prado, 1979: 48).

D. Pedro I, com o apoio das tropas imperiais, decreta a dissolução da Assembleia em novembro de 1823. Esse ato de autoritarismo consolidaria o seu poder, “afastando por completo a interferência dos adversários nos negócios públicos”. Logo após, o imperador convida um conselho de notáveis para elaborar a carta magna. Escolhendo pessoalmente os notáveis e participando das discussões, no dia 25 de março de 1824 D. Pedro I outorgou a Constituição à nação brasileira.

A Constituição de 1824 não era muito diferente da proposta da Assembleia, mas um ponto deveria ser ressaltado, “a primeira constituição brasileira nascia de cima para baixo, imposta pelo rei ao povo, embora devamos entender por povo a minoria de brancos e mestiços que votava e que de algum modo tinha participação na vida política” (Fausto, 1996: 149).

A Constituição de 1824 era liberal para os padrões da época. Segundo Carvalho (1996) “podiam votar todos os homens de 25 anos ou mais que tivessem renda mínima de 100 mil réis. Todos os cidadãos qualificados eram obrigados a votar. As mulheres não votavam, e os escravos não eram considerados cidadãos. A limitação de renda era de pouca importância. A maioria da população trabalhadora ganhava mais de 100 mil réis por ano” (p. 29-30). O critério de renda não impedia a população pobre de votar e exercer os direitos políticos.

Os ministros desempenhavam um papel central na política imperial principalmente por representar os interesses partidários. “Após a introdução da figura do presidente do Conselho de Ministros em 1847, o papel do imperador limitava-se geralmente a escolher o presidente que por sua vez escolhia seus auxiliares em consultas com o chefe supremo.

Quando o ministro escolhido era deputado, tinha que submeter-se a nova eleição e deveria renunciar se não fosse eleito. Com exceção dos militares, era rara a escolha de ministros que não fossem parlamentares” (Carvalho, 1996: 49).

A presidência do conselho de ministro proporcionou uma experiência parlamentarista no Brasil. Rodrigues (1974) afirma que nada na constituição determinava essa forma de governo, mas no cotidiano foi essa prática que vigorou durante mais de 45 anos e com ela tivemos a consolidação do regime político nacional. Em toda história do império, o Brasil foi governado por 36 gabinetes, 15 liderados pelo partido liberal com 13 anos de duração e 16 gabinetes do partido conservador com 26 anos de duração.

A constituição de 1824 apresentava artigos com características liberais, mas não representava os desejos da nação. ”Ela foi um grande código político, dos maiores produzidos pela ciência e experiências políticas do século XIX. Antes de tudo, ela se constituiu no guia da existência política brasileira e por isso assegura-lhe toda consideração. Nada obstante as tantas circunstâncias adversas que acompanharam seu advento, ela soube conceber nobres agitações constitucionais. Nela foram desenvolvidos e sistematizados os primeiros conceitos do Direito Constitucional Brasileiro” (Alves, 1985: 6).

A constituição do império apontava a inviolabilidade dos direitos civis e políticos da população brasileira. Nenhum cidadão poderia ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei, estava garantida a liberdade de pensamento em todos os setores da sociedade, a casa se torna um asilo inviolável, ninguém poderia ser preso sem culpa formada, nenhum gênero de trabalho, cultura, indústria ou comércio seria proibido uma vez que não atentasse a saúde dos cidadãos, ninguém seria perseguido por motivo religioso e todo cidadão podia ser admitido aos cargos público civil, político e militar desde que demonstrasse os seus talentos e as suas virtudes.

A constituição abolia as penas cruéis como os açoites, a tortura, as marcas de ferro, as cadeias deveriam ser limpas, seguras e arejadas, o direito de propriedade estaria garantido em sua plenitude, o segredo de cartas era inviolável, a instrução primária seria gratuita a todos os cidadãos. Entretanto, os direitos civis assegurados na carta de 1824 eram ineficientes diante dos interesses da elite política que participava da distribuição do poder. As próprias ações do imperador contribuíram para a ineficiência das propostas constitucionais, ignorando-as de acordo com seus interesses. Para Emilia Costa (1990)

A Constituição de 1824 procurou garantir a liberdade individual e econômica e assegurar o pleno direito à propriedade. Para os homens que fizeram a independência, gente educada à moda européia, representantes das categorias dominantes, o direito à propriedade, liberdade e segurança garantido pela Constituição era algo bem real. Não importava a essa elite se a maioria da nação era composta de uma massa humana para a qual os direitos constitucionais não tinham a menor validade (p.123).

Costa (1990) mostra que as contradições da constituição eram visíveis.

A constituição afirmava a liberdade e a igualdade de todos diante da lei, mas a maioria da população permanecia escrava. Garantia-se o direito à propriedade, mas, segundo algumas estimativas, 95% da população, quando não era escrava, compunham-se de “moradores” de fazendas, em terras alheias, que podiam ser mandadas embora a qualquer hora. Aboliam-se as torturas, mas nas senzalas, os instrumentos de castigo como o tronco, a gargalheira e o açoite, continuavam sendo usados, e o senhor era o supremo juiz da vida e da morte de seus homens. Reconhecia-se o direito de todos serem admitidos aos cargos públicos sem outra diferença que não fosse a de seus talentos e virtudes, mas o critério da amizade e compadrio, típico do sistema de clientela vigente, prevaleceria nas nomeações para os cargos burocráticos (p.124).

Esse retrato mostra que os direitos sociais da população só existiram no papel, não representando de maneira real a organização da sociedade política. Diante desse painel, a população brasileira não tinha poder de decisão diante do jogo político e a ausência dessa participação e identificação com os resultados eleitorais proporcionariam uma imagem desfavorável das eleições e de toda estrutura política. O medo da violência fazia com que os eleitores votassem nos candidatos indicados pelos proprietários de terra que viam na eleição de seus correligionários a possibilidade de se apropriar dos benefícios econômicos que o poder trazia.

Retomando o discurso ficcional, percebemos que Macedo não apresenta uma percepção crítica relevante, abordando o tema de maneira superficial; o que reforça a idéia da fraca acuidade sociológica de seus textos. A crítica que pretende fazer não consegue desvendar os mecanismos responsáveis pela formação da cultura política nacional. Durante a narrativa, a idealização da constituição continua presente. Essa exaltação indica a perspectiva positiva que Macedo tinha do regime monárquico e das instituições políticas que a compõem.

Durante a análise empreendida, percebemos que a abordagem do autor sobre a questão social não deixa de ser superficial, reproduzindo acriticamente opiniões do senso comum, ou as próprias convicções. Pierre Bourdieu (2002) afirma que para compreender uma obra de arte seria necessário

Compreender a visão do mundo própria ao grupo social a partir ou na intenção do qual a artista teria composto sua obra e que, comanditário ou destinatário, causa ou fim, ou os dois ao mesmo tempo, ter-se-ia de alguma maneira exprimido através do artista, capaz de explicitar a sua revelia verdades e valores dos quais o grupo expresso não é necessariamente consciente (p. 230).

Joaquim Manuel de Macedo conseguiu através da literatura sua ascensão social. Não se preocupando em fazer concessões e realizando uma sátira política, tenta delimitar um outro lugar dentro do campo político onde pudesse revigorar a posição que tinha no campo literário. Os personagens são extensões de suas perspectivas políticas. É através do jogo proposto pelo narrador que podemos desvendar nas situações narrativas “as opções daquele que correspondem, por seu turno, ao lugar que ocupa nas relações de poder” (Teixeira, 1996: 238). A realidade social recriada mostra os primeiros anos de implantação da política da conciliação iniciada em 1853 pelo marquês de Paraná.

Joaquim Manuel de Macedo ao satirizar as mazelas do sistema político justamente no primeiro ano de mandato político estaria dessa maneira seguindo os mesmos passos que o sobrinho aponta ao escolher a carreira política. Não satisfeito em ser apenas sobrinho do tio, o narrador quer usufruir dos benefícios que o poder é capaz de trazer, e através desse, alcançar uma posição privilegiada dentro da sociedade.

A política é um campo que se distingue dos demais por ser um espaço de luta pelo poder “entre detentores de poderes diferentes que tem em comum o fato de possuírem uma quantidade de capital específico suficiente para ocupar as posições dominantes” (Bourdieu, 1989: 375).

Joaquim Manuel de Macedo inicia sua participação na vida política do país como deputado liberal pela Província do Rio de Janeiro. Sua posição de destaque no campo literário nacional é fundamental para alcançara a nova posição. Nesta, ele utiliza imediatamente uma obra literária para tentar demarcar suas primeiras idéias políticas. A

repercussão da narrativa proporcionaria ao autor, o começo de uma nova configuração de sua posição no campo político.

Pensar teoricamente a função da política elucida indagações presentes na narrativa de Joaquim Manuel de Macedo. Entre os clássicos da sociologia, Max Weber (1967) se destaca ao abordar o fenômeno da política. Sua análise sobre poder, dominação, Estado, e partidos políticos são referências na compreensão das características da atividade política e servirão de base para discussão sobre a representação política encontrada em *A carteira de meu tio*.

Max Weber (1967) entende por política “o conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado” (p.56). O Estado é o agrupamento político por excelência e dentro dele são travadas conflitos e disputas pela distribuição de poder. Para Weber (1967) “o poder é o instrumento inevitável da política, sendo o desejo do poder, conseqüentemente, uma de suas forças motrizes” (p.107). Participar do poder e influenciar nas decisões são exemplos de prática política que todos os sujeitos poderiam praticar ao participar desse agrupamento.

Segundo Weber (1967) “há duas maneiras de fazer política. Ou se vive *para* a política ou se vive *da* política” (p.64). “Quem vive *para* a política a transforma, no sentido mais profundo do termo, em *fim de sua vida*, seja porque o exercício dessa atividade lhe permite achar equilíbrio interno e exprimir valor pessoal, colocando-se a serviço de uma causa, vive também dela” (p.65). O homem ao se dedicar à política como valor pessoal deveria ter fortuna econômica, pois sua riqueza asseguraria independência econômica e mediaria o seu comportamento não direcionado suas ações para vantagens que o cargo lhe pudesse oferecer.

Por outro lado, quem procura viver *da* política encarara a atividade como uma mera fonte de rendas, visando à ascensão social e a satisfação dos bens materiais. Esse homem não defende nenhuma causa útil e não apresenta posições ideológicas. Empregados de partidos, jornalistas, consultores são exemplos de profissionais que viveriam *da* política, caçando empregos dentro do serviço público para assegurar benefícios de toda ordem.

O Estado e os partidos políticos deveriam ser dirigidos por homens que vivessem *para* a política e não *da* política. “Ou a atividade política se exerce honorificamente”, ou

seja, por pessoas que tenham fortuna pessoal ou “as avenidas do poder são abertas a pessoas sem fortuna, caso em que a atividade política exige remuneração” (p.67).

O comportamento político variava de acordo com as características dos agentes, que ora podiam viver *da* ou viver *para* a política dependendo da situação na qual estava inserido e pelo grupo representado. A política proporciona vantagens que podem se tornar essenciais na vida do indivíduo. Para Weber (1967) a carreira política

concede, antes de tudo, o sentimento de poder. A consciência de influir sobre os outros seres humanos, o sentimento de participar do poder e, sobretudo, a consciência de figurar entre os que detém nas mãos um elemento importante da história que se constrói podem elevar o político profissional, mesmo que, só ocupa modesta posição, acima da banalidade da vida cotidiana (p.105).

Weber (1967) afirma que o político deveria ter três características para alcançar seus objetivos: paixão, sentimento de responsabilidade e senso de proporção. Entretanto, a vaidade deveria ser um sentimento vigiado, pois o desejo do poder o moveria intensamente. Dois pecados mortais deveriam ser evitados pelo político: não defender causa nenhuma e não ter responsabilidade, por isso, a vaidade levada ao extremo permitiria o surgimento desses pecados o que comprometeria o exercício político.

É o sentimento do poder que move a ação política do indivíduo. Max Weber (1967) aponta que “todo homem que se entrega a política, aspira ao poder seja porque o considere como instrumento a serviço da consecução de outros fins, ideais ou egoístas, seja porque deseje o poder “pelo poder” para gozar do sentimento de prestígio que ele confere” (p.57).

Existem dois caminhos éticos para os governantes. O primeiro seria a ética da convicção, nesta o político permaneceria fiel as suas idéias e aos seus valores, sem pensar nas conseqüências de suas ações. O segundo, seria o ética da responsabilidade, que era o caminho que todo político deveria assumir, pois nela o indivíduo estaria atento às suas decisões e às conseqüências de suas ações.

O sobrinho do tio encara a política como espaço de prestígio e ascensão. Esse comportamento é reproduzido em setores da sociedade imperial, consolidado pelos arranjos políticos e formação do estamento. Dessa maneira, a atividade política seria uma vitrine onde a exposição pública traria benefícios de ordem material. O sobrinho resolve viver *da*

política. E com o apoio e a influência do tio, seu futuro seria promissor. Macedo usa a figura do sobrinho para criticar políticos que não apresentam qualquer comportamento ético, seja a da convicção ou de responsabilidade.

Entretanto, o tio não pensa dessa forma e pretende proporcionar outra visão ao sobrinho, mais idealista, compromissada com a realidade e, fazê-lo se apropriar de uma causa e a partir dela viver *para* a política. O tio enxerga no futuro político do sobrinho a possibilidade de mudança no comportamento dos agentes políticos. Mas a composição da figura do tio mostra a fraqueza na composição social da sátira que Macedo realiza. A imagem que apresenta da primeira constituição brasileira é totalmente idealizada. Ao contrário do que diz para o sobrinho, a constituição de 1824 não foi o resultado da vontade do povo brasileiro. Por isso, a primeira crítica que Macedo apresenta não alcança resultados significativos, reproduzindo opiniões do senso comum além de ocultar informações importantes para a análise da formação da primeira constituição nacional.

Antonio Candido (1967) defende que Macedo não foi capaz de explorar em suas obras os fatos por uma perspectiva sociológica, o que comprometia as ações dos personagens, apresentando uma visão otimista do homem, já que tudo poderia ser corrigido através da moralização das condutas sociais. A crítica que empreende em *A carteira de meu tio* não alcança a especificidade das relações sociais empreendidas pelos agentes políticos em suas ações sociais.

*A carteira de meu tio* insere no plano ficcional as estruturas do funcionamento da política imperial. Iniciada a viagem, o sobrinho recorda das palavras do tio acerca da constituição. O sobrinho abomina esse documento e acha ridículo aqueles que ainda acreditam nela e lhe prestam homenagens. Em sua ironia, o sobrinho afirma que a constituição seria “um poema em oito cantos, contendo 169 estrofes de metrificação variada, e, como todas as composições poéticas e de literatura amena, serve bastante de entretenimento das horas vagas” (p. 78).

O sobrinho aponta que muitos estadistas adoram a constituição pelo que ela devia ser e não pelo que ela é. A crítica à postura dos ministros de Estado é contundente e seriam estes os primeiros a desrespeitar as leis em benefício próprio,

A Constituição do Império *devia ser* como as asas de um anjo, a cuja sombra se acolhesse sempre todos os brasileiros; é, porém, como dizia aqui alguns anos um dos tais entusiastas, uma espécie

de chapéu de chuva, que os ministros trazem aberto ou fechado, conforme o tempo que faz. A Constituição *devia ser* uma virgem formosa, de quem os ministros e magistrados da nação fossem amantes apaixonados; mas é, pelo contrário, uma velha, pobre, coberta de cicatrizes, de quem eles se riem e zombam constantemente. A Constituição *devia ser* a arca santa do *povo*; e que não é mais do que a peteca dos opressores do mesmo povo. A *constituição devia ser* um objeto sagrado, na qual nenhuma mão sacrílega tocasse sem que ficasse mirrada; e é como a terra aurífera, que vê enriquecerem-se e engrandecerem-se aqueles cujas mãos lhe rasgam o seio e as entranhas. A Constituição *devia ser* uma grande realidade, e é apenas uma grande peta. *Devia ser* como uma divindade, pelo culto da qual estivessem prontos a sacrificar a vida os seus sacerdotes; e é como os oráculos antigos, cujas respostas às pitonisas interpretavam e faziam sempre favoráveis aos que melhor lhas pagavam (2001: 81) [grifos do autor].

O sobrinho responsabiliza os ministros de Estado como os principais responsáveis pelo desrespeito à constituição. Os ministros representam o poder executivo e organizavam a estrutura política para satisfazer os interesses de seus partidos. A mobilidade do cargo favorecia o remanejamento de funcionários que garantiam resultados eleitorais favoráveis ao gabinete que estava no poder. Cargos eram oferecidos aos amigos que garantiam as respectivas vitórias. Essa mobilidade revelava o descaso dos ministros com as posições ideológicas e as práticas de governo, e esse comportamento aconteciam tanto do lado liberal quanto do conservador. Parece que Macedo ignora essa postura e atribui toda a responsabilidade dessas ações no gabinete que governava o país em 1855.

Ao trazer aberto e fechado o chapéu de chuva, ao rirem e zombar constantemente das cicatrizes da constituição, os ministros burlam a lei atendendo as necessidades pessoais, abandonando as premissas da carta magna. Ao jogar a culpa nos ministros de Estado, o sobrinho, entretanto não percebe que toda a estrutura política em volta dos ministros colabora para o exercício negativo da política e condiciona o comportamento dos políticos.

Segundo o sobrinho, os ministros ao tomar posse deveriam se preocupar em primeiro lugar em escolher os caminhos que permitiriam o livre exercício dos seus atos. Para os ministros de Estado,

A constituição é o pesadelo, o trambolho, o peguilho de um ministro; as leis do Império são acanhadoras como soltas, ou maniotas e incômodas como se fossem espinhos e carrapichos que se apegassem excelentíssimas fardas. (...) A meditação da primeira

noite de um ministro novo devem dizer respeito exclusivamente a melhor maneira de dar férias à Constituição e sueto as leis do Império. Um programa ministerial é um agregado de palavras que servem para exprimir o contrário do que os ministros têm no pensamento e pretendem fazer (2001: 46).

Na formação dos gabinetes ministeriais, o imperador dialogava com os principais nomes dos partidos satisfazendo as possibilidades de poder dessas agremiações. O gabinete ministerial em crise colocava em risco a estabilidade política. Era do imperador a prerrogativa de exonerar o gabinete e nomear outro presidente do conselho de ministros do partido de oposição. A renovação dos gabinetes assegurou certa estabilidade política e atendia, de maneira alternada, as reivindicações de poder por parte do partido liberal e do conservador.

Em *A carteira de meu tio*, são os ministros de Estados os responsáveis pela corrupção, pela falta de moralidade pública e pelo aparelhamento político da administração pública. O sobrinho ao mesmo tempo em que realiza essa crítica pretende reproduzir esse comportamento. A ironia se faz presente, a denúncia feita não acontece na perspectiva de moralizar a ação política, ao contrário, a desmoralização da atividade é clara, e esta perpassa pela maneira como os agentes lidam com a coisa pública que é defendida pelo personagem do sobrinho do tio. Esse personagem ao se recusar a apresentar o seu nome reafirma outra característica da cultura política nacional: a existência do patronato.

Para o sobrinho “o patronato é a placenta da sabedoria e a medida do mérito: tomara eu ser afilhado de algum bom padrinho, que verã como fico imediatamente sábio e até mesmo benemérito da pátria!” (2001: 14-15) O sobrinho tem orgulho do seu parentesco com o tio, pois ele abrirá portas para o seu futuro independentemente de seu caráter moral.

Raimundo Faoro identifica o tema da formação do patronato brasileiro em *Os donos do poder* (2001) O patrimonialismo é a estrutura política social que resistiu a várias transformações históricas organizando a distribuição e as características do poder político no Brasil. Na estrutura patrimonial

A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas gerais que se demarcam gradualmente. O súdito, a sociedade, se compreendem no âmbito de um aparelhamento a explorar, a manipular, a tosquiar nos casos extremos. Dessa realidade, se projeta, em florescimento natural, a forma de poder

institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo (p.819).

O patrimonialismo pessoal se converte em estatal através do domínio tradicional. O estamento garantiu a formação do quadro administrativo que organizava a estrutura política e as instituições nacionais. Presente desde o início da colonização até a independência o patrimonialismo evoluiria, ao longo do tempo, da forma aristocrática para a burocrática.

No estamento “poucos dirigem, controlam e infundem seus padrões de conduta a muitos. O grupo dirigente não exerce o poder em nome da maioria, mediante delegação ou inspirado pela confiança que do povo se irradia. É a própria soberania que se enquista, impenetrável e superior, numa camada restrita, ignorante do dogma do predomínio da maioria” (Faoro, 2001: 108). A esfera pública seria uma extensão do privado.

Laura de Mello e Souza (2002) aponta que “as ameaças à posse e a integridade da colônia levaram a coroa a criar um sistema de delegação de autoridade que utilizava os agentes locais, proporcionando-lhes vantagens em troca de encargos e, ao mesmo tempo, preservando os monopólios e os sistemas de tributos” (p.339). A colonização do país forçou a formação do estamento burocrático.

O “patrimonialismo fecha-se sobre si próprio com o estamento, de caráter marcadamente burocrático. Burocracia não no sentido moderno, como aparelhamento racional, mas da apropriação do cargo, o cargo carregado de poder próprio, articulado com o príncipe, sem a anulação da esfera própria de competência” (Faoro, 2001: 102).

O estamento comanda o ramo civil e militar dirigindo a esfera política, econômica e financeira, ela seria a elite política do patrimonialismo. A exploração dos cargos é uma de suas características,

esta camada muda e se renova, mas não representa a nação senão que, forçada pela lei do tempo, substitui moços por velhos, aptos por inaptos, num processo que cunha e nobilita os recém-vindos, imprimindo-lhes os seus valores. Não impera a burocracia, a camada profissional que assegura o funcionamento do governo e da administração, mas o estamento político (Faoro, 2001: 824-825).

A figura do chefe é importante no estamento. Para Max Weber (1967) uma maneira de legitimar o poder político estaria na autoridade atribuída ao chefe na condução administrativa do Estado, que entregaria aos seus “súditos” cargos criando um “exército

que depende exclusivamente de sua autoridade pessoal”. Profissionais de carreira são substituídos por outros que a princípio assumiriam cargos beneficiando gestões e atendendo aos interesses particulares.

A formação da sociedade nacional baseou-se na existência de um domínio patriarcal que legitimava a máquina política. A obediência ao proprietário de terra é central para o desenvolvimento de um estado maior administrativo. Weber (1967) afirma que

a obediência funda-se, antes, em duas espécies de motivo que se relacionam a interesses pessoais: retribuição material e prestígio social. De uma parte, a homenagem dos vassallos, a prebenda dos dignitários, os vencimentos dos atuais servidores públicos e, e outra parte, a honra do cavaleiro, os privilégios das ordens e a dignidade do servidor constituem a recompensa esperada (p.59).

O medo de perder as vantagens econômicas e os privilégios do poder proporcionaria a solidariedade ligando o estado administrativo aos detentores do poder local. E dessa maneira, a entrada na carreira política e os acordos atribuídos no jogo do poder legitima a dominação que vigora no plano político. Participando da estrutura do poder os indivíduos almejam postos sociais que garantiam o prestígio social para o grupo que representava. Carvalho (1996) afirma que “Estado era o principal empregador do tipo de gente que seria normalmente levada a postos políticos” (p.87).

Segundo Souza (2002) depois da independência, a estrutura política brasileira repousaria na burocracia e no absolutismo e suas ramificações liberais, “entre a democracia e a liberdade, a Constituição de 1824 optava pela última, assegurando os direitos individuais e políticos garantidos pelas instituições sem, contudo, tocar no problema da partilha do poder entre os cidadãos: a soberania é nacional e não popular” (p.342).

Em sua viagem o sobrinho vai se deparando com situações que reproduzem a sistemática apresentada por Faoro (2001). A estrutura política foi montada para assegurar privilégios na consolidação do poder dos proprietários de terras. A ausência da participação popular reforça a farsa que era a soberania popular deixando livre a ação dos proprietários rurais que impunham suas próprias leis.

Dessa forma, ao afirmar que o “patronato é a placenta da sabedoria e a medida do mérito” o sobrinho conhece a característica da política nacional e ao invés de condenar essa estrutura, aceita-a reafirmando sua origem e negando as proposições que o tio havia

indicado como importantes para sua viagem. Os grandes estadistas da escola do *Eu* sentem orgulho em fazer parte dessa instituição imperial.

O sobrinho do tio é um aprendiz de estadista da escola do *Eu* e o legítimo representante de um comportamento inadequado, colaborando para a desagregação do sentimento ético e político. O sobrinho do tio, na visão de Joaquim Manuel de Macedo resume características psicológicas e sociais do homem político nacional. Essa percepção indica que a crítica que o autor aponta é claramente moralista e não consegue aprofundar nos condicionamentos sociais das condutas dos agentes envolvidos nas relações políticas.

A seguir, apontaremos de que forma, algumas características da cultura política são retratadas em *A carteira de meu tio* e verificar em que medida a visão de Joaquim Manuel de Macedo consegue desvendar as especificidades do jogo político empreendido pelas relações políticas ou se o autor oculta por um determinado motivo as especificidades do processo.

### **As Assembléias Provinciais**

O sobrinho decide seguir a risca a recomendação do tio em escrever apenas verdade na carteira. Quando a abre, encontra 600 mil réis em um bolso, exatamente o salário de um deputado da câmara. Surpreso com o dinheiro, pensa em abandonar a viagem e gastá-lo de maneira irresponsável. Entretanto, resolve executar a risca a vontade do tio iniciando sua viagem.

O sobrinho viaja montado em um cavalo ruço queimado. Nas primeiras horas de viagem, o que chama a atenção do sobrinho é a situação de abandono e penúria em que se encontravam as estradas da província do Rio de Janeiro, “cheia de sovacões, atoleiros e precipícios”. A viagem lenta o deixa angustiado e a culpa não deveria ser atribuída ao ruço queimado que fazia milagres de ginástica. Diante dessa situação o sobrinho concluiu que naquela região provavelmente não moraria nenhum parente nem amigo do presidente da província, pois se morasse com certeza a estrada seria mais transitável

um passeio ou viagem do presidente da província é, no meu entender, o que melhor esclarece a urgência do conserto de uma

estrada: enquanto as tropas carregadas dos fazendeiros e lavradores se estropeiam no caminho, e algumas bestas morrem atoladas na lama, ainda se pode sofrer o mal; mas dar um solavanco a carruagem de S. Exa.!... misericórdia, ficava a pátria em perigo (2001: 33).

Mas a situação parece mudar quando chega à barreira. O sobrinho paga o tributo na certeza de que dali em diante teria uma estrada transitável. Mero engano, a estrada piorou e o sobrinho fica indignado, “Depois da barreira a estrada tornara-se ainda pior. Ah! Se eu chegar a ser deputado, hei de propor que os presidentes da província do Rio de Janeiro sejam obrigados a viajar no cavalo de meu tio pelas nossas estradas quinze dias de alguns meses de chuva” (2001: 34).

O sobrinho se depara com um soberbo lamarão no meio da estrada. Ele vê no lamarão a negligência do governo da província e o primeiro exemplo de descaso político. Como era homem de coragem tenta atravessá-lo, mas não consegue. O ruço queimado atola no meio da travessia. Do outro lado da estrada um homem de botas observa a cena com atenção. Nesse momento, o sobrinho atolado na lama e depois de dar “um viva estrepitoso ao governo da província” descobre um pensamento político,

meu caro, sentindo-me enterrar até os joelhos neste inevitável atoleiro, compreendi que a tal instituição das assembleias provinciais é um traste de luxo, que para nada presta, e que e nada serve ao país; quando muito, convém unicamente a certos meninórios, que delas fazem escadas para subir a assembleia geral. Assembleias provinciais, que não abrem nem consertam estradas, que não cavam canais, que não levantam pontes, não valem decerto as despesas e os incômodos que se tem com elas; e o que se observa é que o povo se afoga nos rios, e se atola nas estradas, portanto, fora com tais assembleias provinciais (2001: 36).

O abandono da estrada era a prova de negligência do governo e da ineficiência das assembleias provinciais. O homem de botas que se apresenta como compadre Paciência, observando a reflexão, recusa essa idéia e defende a existência das assembleias,

diga-me cá, meu amigo: que podem fazer as pobres assembleias provinciais, no que diz respeito ao ponto de que se queixa?... Nada mais do que isto: ordenar a construção das obras, e conceder para esse fim os fundos necessários; ora, as assembleias provinciais, de que o senhor tanto se está queixando, não se descuidam de cumprir com esse dever, e as vezes cumprem-no até demais: entretanto, além do poder que legisla, há o poder que executa; além da

assembléa provincial, há o presidente da província: e o senhor sabe o que é um presidente de província?...Entendo e digo que o presidente da província é uma autoridade encarregada de não executar as leis do Império, nem as da província que administra ... As assembléas provinciais mandam fazer obras, abrir e consertar estradas, levantar pontes, etc. a prova disso está nesses livros de letra morta, que tem o nome de Legislação Provincial; que acontece, porém?...O presidente da província ou não executa as disposições da assembléa, ou quando as executa o faz pelo modo por que o senhor está vendo neste lamarão (2001: 37).

O sobrinho fica surpreso com as colocações do estranho apontando o presidente da província como o verdadeiro culpado pelo abandono da estrada. As assembléas provinciais não podiam fazer nada, pois no que lhe compete, segundo a lei, o trabalho foi realizado. O início das obras não dependia dela e sim das ações do presidente da província que era o responsável pela administração. Os deputados provinciais por sua vez não fiscalizam a aplicação dos recursos e não possuem poder de cobrança, pois “são, em geral, escolhidos a dedo pelos presidentes de província” (p. 38).

Na sátira de Macedo, toda a responsabilidade da ausência de compromisso político seria do presidente da província. Ao conceder títulos, empregos públicos, contratos artificiais, o presidente ia constituindo seu futuro político criando uma maioria na assembléa. A versão que o escritor apresenta é resultado de sua divergência com o gabinete que governava o país em 1855, proporcionando a visão superficial do processo político.

No sistema político imperial, o presidente da província era nomeado pelo presidente do conselho de ministros - a partir de 1847. Por isso, o cargo se transformou em um mecanismo de cooptação de membros que satisfaziam as ambições políticas de seus correligionários.

A mobilidade dos presidentes de províncias mostra que ele era mais um cargo político do que administrativo. Ela dava aos ministros a possibilidade de agradar aos companheiros além de ter um efeito unificador. O tempo médio de permanência no cargo era de um ano e dois meses. Alguns se profissionalizaram no cargo governando várias províncias, como exemplo, o fluminense José Fernandes Costa que presidiu o Espírito Santo (1861-1863), Ceará (1871), São Paulo (1871-1872), Rio Grande do Sul (1872) e Pernambuco (1885-1886), o pernambucano Francisco Xavier Barreto, presidente da Paraíba

(1854), Ceará (1855), Maranhão (1857) e a Bahia (1858) e Couto de Magalhães que presidiu as províncias de Goiás (1863), Pará (1864), Mato Grosso (1867) e a de São Paulo (1889).

Ao escrever *A carteira de meu tio*, em 1855, Joaquim Manuel de Macedo exerce mandato de deputado na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro e como intelectual sabe que as coisas não aconteciam exatamente da maneira como retrata em sua sátira. A crítica realizada pelo escritor através do sobrinho do tio não desvenda os mecanismos que orientam a estrutura política e que são responsáveis pela formação da cultura política nacional, realizando uma abordagem superficial.

Importante notar que, nesse período, o país passa pela experiência da política da conciliação. E os presidentes das províncias foram indicados pelo marquês de Paraná. Para Macedo, a conciliação procurava eliminar o debate político, enfraquecendo os partidos políticos através de cooptação e da corrupção eleitoral. Os deputados teriam uma relação de dependência com o presidente da província que tinha influência na condução da máquina, atendendo aos interesses particulares de cada um e influenciando no resultado das eleições.

A influência do governo no resultado das eleições acontecia com frequência após as leis de centralização de 1840 e com a consolidação dos partidos políticos. O governo interferia no processo através das ações dos magistrados, dos delegados e subdelegados, a atuação da Guarda Nacional e do presidente da província e funcionários públicos na câmara e senado,

percebia-se, era evidente, que a influência do governo falseava totalmente o sistema parlamentar e, ao mesmo tempo, representava o perigo da perpetuação de poder de um partido no poder. Era, portanto, do interesse, tanto dos que se preocupavam com a verdade do sistema, como dos que temiam ver-se alijados do poder, lutar contra tal interferência (Carvalho, 1996: 366).

Na sátira de Macedo tem-se a reprodução da influência do governo mascarando o resultado eleitoral e anulando a participação consciente do eleitor. O sobrinho do tio e o compadre Paciência se encontram a beira da estrada um senhor de meia idade, acompanhado de sua esposa e filha. A cena é desoladora. Todos choram em frente a sua casa incendiada. Solidário com a cena o compadre Paciência pergunta ao homem o que havia acontecido,

- É uma coisa bem simples senhores: é que eu estou em Roma e não vejo as casas! Sou pobre, e pesava que tinha direitos civis e políticos, assim como os ricos; sou enfim um estúpido e mais nada.  
- Mas que foi que deu a causa esta desgraça?  
- A peste, que dá lugar a muitas outras. Vão em breve fazer-se as eleições primárias, e eu não me quis sujeitar a votar em um chapa que o dono desta terra, onde morei até hoje, e do qual sou foreiro, me mandou impor pelo seu feitor; despeitado por isso, ordenou-me que me mudasse logo e logo; e como eu pedi que me pagasse primeiro minhas benfeitorias, ele cortou a questão, incendiando-me a casa! (2001: 71-72).

O proprietário colocou fogo na casa do agregado e o expulsou de sua terra porque este queria votar livremente nas eleições primárias. Não poderia procurar o delegado de polícia, pois ele era o autor do atentado e chefe do partido governista e outras autoridades como o subdelegado e o inspetor de quarteirão não se envolveriam na questão, pois não queriam problemas com o delegado. A chapa que deveria votar era a governista e por isso o homem não tinha a quem recorrer.

O senhor afirma que sua pobreza suprimia os direitos sociais que eram garantidos pela constituição. O sobrinho assistindo ao desabafo afirma que não existe liberdade de voto, ela é “uma burla que todos os partidos pregam, quando estão debaixo, e que nenhum admite, nem respeita, nem tolera, quando está de cima” (2001: 73). E além do mais, apóia a ação do delegado, pois considera que este tinha razão ao impor sua vontade já que o senhor morava em suas terras. Também defende a prepotência do rico sobre o pobre dizendo que ela seria natural e “segundo a ordem natural, o pobre devia obedecer também a alguém, e, portanto, cumpre que obedeça ao rico, assim como o cachorro e o gato obedecem ao pretinho escravo, e este ao pobre” (2001: 74).

Logo em frente chegam à casa do delegado que está na calçada acompanhando na distância o incêndio. Junto com ele seu filho pequeno lê uma cartilha com o olhar atento e orgulhoso do pai: *todo cidadão tem em sua casa um asilo inviolável, etc.; É garantido o direito de propriedade em toda sua plenitude, etc.* O sobrinho explica a cena ao compadre Paciência

-Que irrisão!... exclamou o compadre.  
-É uma utopia constitucional desmentida pela lógica dos fatos. O nenê podia muito bem ler os incisos 7 e 22 do artigo 179 da Constituição do Império, e alguns dos artigos da Lei de Eleições, ao

clarão do fogo, que está acabando de queimar a pobre casinha do atrevido que quer votar conforme sua consciência.

- E que me diz do belo inspetor de quarteirão?...

- Ora! é um inspetor *comme il faut*; faz o filho decorar a Constituição, e ele pela sua parte a executa, ou viola, conforme os casos e as circunstâncias.

- Um inspetor de quarteirão consentido que ao pé de sua casa, quase debaixo de seus olhos, se ofendam as garantias de um cidadão, e se menospreze a lei!... isto é insuportável.

- Oh, compadre?... pois deveras queria que o desprezo das garantias do cidadão e das leis fosse um direito exclusivo dos ministros de estado?... nada não senhor, os inspetores de quarteirão fazem também das suas (2001: 76)

É a segunda vez na narrativa que o sobrinho faz a correlação entre a constituição com a realidade. A pobreza do homem, consolidada pela sua submissão ao proprietário de terra demonstra a desigualdade do sistema eleitoral. As autoridades que deveriam estar atentas à aplicação dos direitos sociais infringem as normas em nome dos interesses particulares ou de agrupamentos políticos.

Compadre Paciência prega a necessidade de o governo se afastar do processo eleitoral para que este realmente representasse a vontade do povo. O voto livre provocaria o desenvolvimento do sistema representativo e deveria conviver com as diversidades partidárias, sem eliminá-las, assegurando o desenvolvimento do exercício político sem nenhum tipo de ação intransigente.

Medidas ao longo do período foram adotadas na tentativa de evitar essa influência, como a inelegibilidade de funcionários públicos, a proibição da candidatura de vigários e bispos, a proibição da eleição de empresários de obras públicas. Em 1875 passa a ser emitido o título de eleitor. Nem sempre as medidas eram eficientes e não corrigiam as deficiências do processo eleitoral.

A maioria das eleições era fraudulenta. Vários mecanismos eram utilizados para a manipulação dos votos, como o suborno, o uso da violência, as promessas de emprego. O voto não era secreto o que impedia os eleitores de afirmar as suas escolhas, pois em muitas mesas eleitorais era comum encontrar jagunços ou membros da Guarda Nacional representando a elite agrária ou o governo da província.

Para evitar a permanência de situações de dominação, a legislação das eleições sofreu mudanças no período imperial. As eleições deveriam evitar influências dos presidentes das províncias e dos proprietários rurais ligados ao poder central, entretanto, as medidas não

alcançavam resultados satisfatórios pelo descaso que as autoridades tinham com a realidade regional de cada província.

O problema político do império era falta de autenticidade das eleições. “No sistema parlamentar, convocar eleições é convocar a nação, a opinião pública, para decidir os impasses sobre o gabinete e a Câmara, entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. O imperador poderia até escolher presidente do Conselho dos ministros em minoria na Câmara, mas, se o partido majoritário tivesse apoio na opinião pública e se esta pudesse manifestar-se nas eleições, o gabinete continuaria em minoria na nova Câmara e teria que ser substituído” (Carvalho, 1996: 369).

A crítica que o sobrinho apresenta entre as atribuições do poder executivo e do poder legislativo e as relações que empreendem no processo eleitoral não podem ser vistas de maneira isolada, pois são peças que se completam na organização do sistema político. Nesse sistema os interesses dos integrantes dos poderes acabavam se misturando abrindo espaço para um comportamento inadequado.

Na discussão que Paciência faz com o sobrinho acerca do incêndio encontramos uma correlação do discurso do personagem com a figura do marquês de Paraná, na época, o presidente do conselho de ministros e o homem mais influente da política imperial. Uma das principais propostas do gabinete conciliador foi à reforma eleitoral realizada em 1855 que instituiu a lei dos círculos.

Essa lei reformulava o sistema eleitoral e seus dispositivos buscavam diminuir a influência do governo nas eleições, evitando as fraudes. Ela coloca o eleitor em contato direto com o candidato possibilitando a fiscalização dos seus atos. Mas sua principal característica foi proibir a elegibilidade de grupos que estavam proibidos de assumir postos políticos. As incompatibilidades atingiram os presidentes de província, seus secretários, chefes de polícia, delegados, magistrados.

Segundo Joaquim Nabuco (1997) “Paraná queria a representação do país real; que a eleição fosse uma verdade, a expressão das maiorias locais, fosse quem fosse o deputado” (p.207) Entre as principais características da lei dos círculos, Nicolau (2002) indica que

as províncias foram divididas em distritos eleitorais, cada um elegendo um deputado. A mesa eleitoral passou a fornecer o papel no qual o eleitor devia escrever o nome do candidato. O sistema eleitoral utilizado era o de maioria absoluta: se nenhum nome

obtivesse 50% mais 1 dos votos, havia no dia seguinte uma disputa entre os quatro mais votados. (...) O sistema de círculo de um representante favoreceu a eleição de um número expressivo de lideranças locais, sobretudo padres e médicos (p.20).

Iglesias (1967) afirma que a “eleição por círculos de um deputado era a busca da real expressão do país, da representação autêntica”, pois, nesse processo seria eleita a pessoa com maior prestígio eleitoral e não mais os protegidos e apadrinhados pelo patrimonialismo. Para Nabuco (1997) o pensamento de Paraná era “fazer uma eleição livre, submeter à conciliação ao voto do país e demonstrar as vantagens dessa política pelos seus resultados” (p. 346).

Na narrativa de Macedo, o compadre Paciência afirma que o voto livre no Brasil exprimia sempre a vontade de quem domina, pois o povo vota sempre em quem está no poder por medo de represálias, por isso era necessária uma transformação no processo eleitoral em que o governo não deveria interferir no resultado final,

bastava que o governo se ocupasse unicamente daquilo que lhe compete, e não se metesse com a vida de um povo, envolvendo-se nas eleições, que são a pedra angular do sistema que nos rege; é endireitarem o carro para essa verdadeira estrada, que verão a boa viagem que faz! Com eleições livres os ministros tratam de andar direito, porque sabem que tem de dar contas as câmaras; os deputados procuram zelar os interesses públicos, porque sabem que tem de dar contas ao povo; e o povo quase sempre vota bem, porque sabe que votando escolhe o juiz de sua demanda (2001: 38).

O compadre Paciência se aproxima das acepções que Paraná tinha do processo eleitoral. Respondendo as críticas sobre a lei dos círculos na Assembléia, o ministro afirma que não inibiria “ao governo de se interessar por eleições sinceras e livres; o que não permito ao governo são as fraudes, as trocas, e a imoralidade. O governo é assaz interessado na marcha da sociedade para ser desinteressado nas eleições” (Torres, 1957: 297).

A lei dos círculos, entretanto só foi utilizada no processo eleitoral de 1857, ano em que, prematuramente, Paraná veio a falecer. Sua morte pegou de surpresa o cenário político brasileiro que perdia um homem político notável. Com a sua morte, a conciliação perde seu principal defensor e vai perdendo força na conjuntura política do país.

Nabuco de Araújo como ministro do gabinete da conciliação acreditava no resultado positivo da lei dos círculos

Quanto aos círculos, tenho muita confiança neles como uma regeneração do parlamento desmoralizado por todos, sem prestígio, sem confiança. Não dissimulo os inconvenientes da medida, a revolução moral que ela vai operar nas relações do governo com o parlamento, mas sobrepõe-se a tudo a necessidade por todos sentida de popularizar a representação, torná-la mais crida, capaz de dirigir a opinião e de dar a autoridade um apoio, quando por ela for ou se decidir. Virá talvez o pior, mas virá a verdade, ou ao menos a presunção da verdade. Que fé e confiança pode inspirar uma eleição que todos vencedores e vencidos dizem que não é sincera e genuína? (Nabuco, 1997: 347).

A instabilidade dos processos eleitorais e suas inúmeras modificações atendendo as características do momento histórico mostram uma faceta da cultura política nacional. A legitimidade do sistema representativo encontrou dificuldades em se consolidar devido a uma sociedade autoritária que negava a participação da população nas decisões políticas do país.

Essa interferência constante do governo nas decisões políticas questiona a existência das instituições responsáveis pelo processo eleitoral. Depois da experiência monárquica, a situação não se alterou, e ao contrário, houve um remodelamento desse sistema, permitindo que a elite agrária que influenciava as decisões da República Velha continuasse participando na distribuição de poder dentro da administração pública interferindo no resultado das eleições e na condução administrativa.

Para Joaquim Manuel de Macedo, a população deveria participar das eleições da forma mais legítima possível. Escolhendo os seus representantes de maneira livre permitiria uma maior fiscalização dos atos dos políticos que teriam que prestar contas ao eleitorado e não apenas a um pequeno grupo político. As disputas políticas, por sua vez, não permitiam que a maior parte da população tivesse suas necessidades atendidas. Na medida em que apresenta a narrativa, Macedo incorpora sua visão sobre o momento político. Neste capítulo precisamente defende o exercício do voto livre como algo importante na consolidação do sistema político nacional.

## Partidos Políticos Imperiais

A experiência do incêndio promove uma discussão entre o sobrinho e o compadre Paciência sobre os partidos políticos no regime imperial. O compadre pergunta ao sobrinho a que partido político ele se filiaria. O sobrinho responde que escolheria o partido que estivesse no poder, pois “quem está de cima teria sempre razão” (2001: 63).

A ironia na compreensão da função dos partidos imperiais aparece na narrativa de Macedo quando Paciência conta uma história ao sobrinho que segundo ele explica a natureza dessas agremiações,

Houve um tempo em que eu tive uma fazenda em Cantagalo. Plantava e colhia café, e por distração criava porcos. Criava eu pois os meus porquinhos, e, conforme o uso, mandava todas as tardes dar-lhes uma ração de milho, assistindo ordinariamente a ela, porque na verdade a coisa me divertia muito. A hora do costume, vinham todos os porcos aproximando-se da casa já com sentido na ração. Mandava deitar o milho no cocho, para esse mister destinado; acontecia, porém, sempre uma dos diabos! O cocho era de bom tamanho, e não podiam comer mais que duas ou três dúzias de cada vez. Apenas os porcos viam cair o milho dentro do cocho, corriam atropeladamente para ele, e os primeiros que chegavam enterravam os focinhos no milho, e começavam a comer com uma disposição verdadeiramente devoradora! Os outros, que tinham vindo logo atrás, trepavam nas costas dos primeiros e lhes ferravam os dentes nos lombos, grunhindo com raiva e desespero, e finalmente ainda que os outros, que mais tarde chegavam, mordiam os segundos, e grunhiam tão fortemente como eles, de modo que era uma desordem dos meus pecados! Quando os primeiros se sentiam fartos ou não podiam mais sofrer as dentadas que lhes davam, cediam o posto e o milho aos outros que mais perto se achavam, e que por sua vez sustentavam a mesma luta. Os que tinham o focinho no cocho e comiam o milho não faziam o menor ruído; e os outros, pelo contrário, grunhiam com um furor indizível até chegar a sua vez de comer (2001: 68-69).

Paciência demonstra ao sobrinho que a razão da gritaria e do espalhafato dos homens que usam a política como *meio de vida* é por causa do cocho ser pequeno e dessa maneira, não dá para todos comerem ao mesmo tempo. Daí existir gente “para quem a política é o *milho*, a pátria é o *milho*, o futuro e a glória é o *milho*; e está acabada a história” (2001: 70).

A conclusão da conversa entre o sobrinho e Paciência é de que entre os chefes dos partidos políticos do império “não há luta pelas idéias, há briga por causa do poleiro: os princípios políticos deles são idênticos, porque se resume no pronome *Eu*, e quer subam uns, quer subam outros, a coisa anda, pouco mais ou menos, sempre do mesmo modo” (2001: 65).

Ser membro dos partidos significava trabalhar para atender os interesses materiais. E a política da conciliação fazia com que cada político pudesse satisfazer a sua fome sem que fosse preciso entrar em conflito. A administração pública necessitava de uma trégua nas discussões partidárias. Ela era fundamental para assegurar a expansão dos melhoramentos materiais tão propagados pelo gabinete conciliador.

A discussão da prática partidária no Brasil foi problemática. Ao longo da história nacional sempre existiu uma instabilidade política, refletida, por exemplo, nas mudanças constitucionais que atendiam a interesses do momento. A estrutura partidária sofreu grandes variações ao longo da constitucionalização política do país respondendo a anseios não da população, mas de grupos políticos que detinham o poder. O período imperial, mais precisamente o segundo império, é o período de maior estabilidade dos partidos políticos.

Carlos Dalmiro da Silva (1999) aponta a existência dos partidos políticos como um princípio essencial para o exercício da democracia

Os partidos têm um papel muito importante na preparação das eleições e na escolha dos candidatos, porque o partido deve levantar perante o eleitorado todos os problemas que hão de ser respondidos e, além de apresentar os problemas, deve apresentar o plano de programa que propõe realizar, caso conquiste o poder.(...) Os partidos servem para exprimir e para formar a opinião pública. São um foco permanente de difusão do pensamento político, além de estimular os indivíduos a manter, exprimir e defender suas opiniões

O partido político deve representar os anseios e organizar a participação da população na atividade política. Todas as ações empreendidas dentro desse espaço condicionariam a luta pela organização do poder. Os partidos fornecem os instrumentos que legitimam a participação dos agentes na administração pública e o debate das proposições teóricas.

Para Weber (1967), os partidos vivem sob o signo do poder e são instrumentos de distribuição de poder. Representam interesses dentro de comunidades que possuem uma

ordem racional e um conjunto de indivíduos que asseguram a sua existência Os meios usados pelos partidos políticos de alcançar o poder são diversos “indo desde a violência pura e simples, de qualquer espécie, a cabala de votos através de meios grosseiros ou sutis: dinheiro, influência social, a força de argumentação, sugestões” (p.227).

A meta do partido político pode segundo Weber (1967), visar tanto à realização de um programa definido por idéias políticas definidas, como servir apenas de vitrine, espaço de promoção pessoal para os “seguidores do partido”. No caso brasileiro, o partido liberal e conservador recusam a luta por uma causa pública em nome de uma causa privada. Por outro lado, a personalização da atuação política contribui para a existência de um sistema partidário fraco e ineficiente, reforçando a imagem de negócio e defesa de privilégios dos grupos que participam dos partidos políticos.

Ferreira Neto (1995) aponta que um partido político é uma forma de organização datada historicamente e marcada socialmente por indivíduos unidos em função do poder a ser mantido ou conquistado; “os partidos estão ligados ao seu tempo, ao meio social em que se organizam, e a consciência de cidadania que expressam.” (p.13) Dessa maneira, os partidos políticos estariam ligados a momentos específicos de organização do poder e de instalação do Estado.

Na obra de Macedo, a indefinição das propostas partidárias promove a banalização da existência dessas agremiações. Para o compadre Paciência

Entre os chefes dos dois partidos, com exceção, repito dos poucos que são sinceros e dedicados; não há luta pelas idéias, há briga por causa do poleiro: os princípios políticos deles são idênticos, porque se resumem, como já disse, no pronome *Eu*, e quer subam uns, quer subam outros, a coisa anda, pouco mais ou menos, sempre do mesmo modo. Vejo, enfim, os partidos sem crenças políticas, porque a maior parte dos seus chefes trata exclusivamente de se arranjar, e de arranjar seus parentes mais chegados (2001: 65).

Os partidos políticos imperiais estão inseridos na lógica da estrutura patrimonialista. Segundo Fausto (1996) a política imperial não se fazia a partir de objetivos ideológicos, “chegar ao poder significava obter prestígio e benefícios para si próprio e sua gente. Nas eleições, não se esperava que o candidato cumprisse bandeiras pragmáticas, mas as promessas feitas a seus partidários. Conservadores e liberais utilizavam-se dos mesmos

recursos para lograr vitórias eleitorais, concedendo favores aos amigos e empregando a violência com relação aos indecisos e aos adversários” (p.181).

O segundo império consolida a estrutura partidária, através da alternância de poder que ocorre nos gabinetes ministeriais. As diferenças entre os partidos não se enquadravam pelas ideologias, e sim pelos grupos que representavam. Dessa forma, cada partido político possuía seu órgão de imprensa e através dele impunha as suas proposições. O debate das questões políticas encontrava na imprensa o principal veículo de comunicação.

O partido conservador era conhecido como “saquarema”, nome de um município do Rio de Janeiro onde morava o líder do partido, o Visconde de Itaboraí. Faziam parte de seu quadro homens da burocracia estatal e proprietários de terra ligados à lavoura de exportação, principalmente das províncias de Pernambuco, Bahia e do Rio de Janeiro. No segundo império, presidiu 14 gabinetes somando ao todo 26 anos de duração. O partido conservador pregava o fortalecimento do poder moderador e consequentemente do poder central além do controle da polícia e da magistratura.

O partido liberal era conhecido como “luzia”, nome que lembrava a derrota da revolta liberal em 1842 sufocada por Duque de Caxias na cidade de Santa Luzia em Minas Gerais. Presidiu durante o segundo império, 15 gabinetes ministeriais com 13 anos de duração. Faziam parte de seu quadro, profissionais liberais e proprietários de terra ligados ao mercado interno, principalmente das províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. O partido defendia a descentralização política, o reconhecimento de três poderes, a supressão do Conselho do Estado, a separação da polícia e da justiça e a abolição da escravidão. O partido pregava a necessidade de reformas constitucionais.

Os partidos políticos do império representavam uma pequena fração da população brasileira. “Os partidos são exclusivistas. Eles estão no Parlamento para disputar o poder, dominando a Câmara e, com ela, o Executivo. Posto que, do uso legal e regular do poder que a liberdade política lhes confia, nenhum proveito direto possa resultar, a soma de autoridade assim concentrada nas mãos de seus diretores não somente é empregada em alimentar a paixão do mando e ascéticas ambições de glória; serve ao homem de Estado para estender ou adquirir influência pessoal, confirmar reputação, consolidar posição” (Rodrigues, 1982: 880).

Ferreira Neto (1995) mostra a importância das articulações dos partidos do império

A montagem do sistema Saquaremas - Luzias, atendia a uma tentativa da Coroa em articular com as diferenças dentro da classe senhorial e conduzir o seu processo de manutenção da ordem. Importava aos políticos fazer uma política de classe, na qual a harmonia social, fosse qual fosse o seu caminho, via centralização ou descentralização, redundasse em ganhos reais na manutenção do sistema (p.31).

O papel do imperador D. Pedro II na distribuição do poder foi peculiar, mediando os interesses de cada partido e atendendo na medida do possível suas proposições, visava a estabilidade política da vida imperial. Na sátira de Macedo percebemos a crítica realizada sobre as posturas dos partidos e a consequência final dessa ação promove ainda mais o sentimento de descrédito acerca do exercício político.

A figura do compadre Paciência serve de contraponto às idéias do sobrinho do tio. Na medida em que a narrativa avança, encontramos na visão do personagem Paciência, concepções que eram defendidas por Joaquim Manuel de Macedo em alguns discursos que proferira enquanto deputado liberal. Nesta condição, ao contrário dos outros membros do partido, realizava oposição ao gabinete da conciliação.

### **Política da Conciliação**

Quando Joaquim Manuel de Macedo publica *A carteira de meu tio*, o país vive um período de relativa estabilidade política. Membros dos partidos conservador e liberal resolvem dar uma trégua em suas disputas políticas e passam a dividir o mesmo gabinete ministerial.

Honório Hermeto Carneiro Leão, o marquês de Paraná, era um dos maiores nomes da política nacional. Ao assumir o gabinete em setembro de 1853 tinha larga experiência parlamentar (câmara de 1830 a 1841, e senado a partir de 1842) e administrativa (presidente da província de Pernambuco e do Rio de Janeiro) Paraná soube com destreza e cautela política implantar a conciliação, proposição presente em outros programas ministeriais, mas nunca colocada em prática pelos seus presidentes.

A conciliação era uma política propagada pelos principais setores da imprensa e pelo partido liberal que tinha como função minimizar os conflitos entre as forças políticas do Brasil, permitindo que a máquina política atendesse as necessidades da sociedade

nacional. A conciliação tinha apoio do imperador D. Pedro II que desejava a estabilidade política para o desenvolvimento do país.

Depois da proibição do tráfico de escravos, o Brasil passa por modificações que impulsionam a agricultura, a indústria e o comércio. Caio Prado Júnior (1979) afirma que esse episódio foi o responsável pelo período de prosperidade econômica que dependia de unidade política para a implantação de medidas que favoreciam o progresso. Foram fatores de ordem econômica que proporcionaram o apaziguamento das disputas políticas.

A figura de Paraná foi decisiva para a implantação da conciliação. Durante muitos anos, deputados discutiam as vantagens e desvantagens da política e suas implicações para o sistema político do país. Paraná era atacado pela oposição que via na conciliação a tentativa do governo de suprimir as diferenças partidárias, em desestabilizar o jogo partidário, eliminando o debate e a profusão de idéias.

As críticas eram rebatidas pelos ministros do gabinete de Paraná. Para o deputado Ângelo Ferraz a conciliação era uma política infantil que não traria benefícios ao país, pois procurava eliminar debate de idéias que era imprescindível em um governo representativo. Segundo Ferraz, o governo, através da conciliação, fazia corrupção política estimulando o espírito de clientela implantando um governo com caráter absolutista. Paraná responde com firmeza as críticas e apresenta sua visão sobre a conciliação

Nesse programa declarei muito expressamente que considerava como utopia qualquer conciliação que se tentasse com o fim de procurar unir os partidos, conciliá-los, e dar-lhe uma unidade de pensamento que não poderia existir sem compressão. Disse porém que havia uma certa conciliação, uma certa maneira de encarar a política no estado atual, que poderia de alguma sorte apresentar bons resultados, que poderia dar ao ministério, um apoio mais amplo de alguns indivíduos que até então tinham estado em desacordo com o partido da ordem. No seu programa o ministro declarou que seus atos teriam o caráter de moderação concernente com as opiniões que seguia, e que a sua política seria de conservação e progresso, progresso material e moral, que procuraria realizar todas aquelas reformas judiciárias que fossem compatíveis com as instituições monárquicas e constitucionais (Iglesias, 1967: 48).

As acepções que Paraná apresenta do que seja esse “progresso material e moral” é perceptível em várias ações que o gabinete promove. O futuro do país seria assegurado não apenas com os benefícios materiais advindos do progresso econômico, mas estariam

alicerçados num comportamento ético e moral que orientasse a conduta dos que estivessem no poder, evitando práticas políticas que atentassem contra o regime representativo.

Segundo Francisco Iglesias (1967)

A conciliação não pretendeu que desaparecessem os partidos, nem pretendeu a abdicação de idéias: foi antes a conciliação de homens que de princípios. A fórmula de conciliação política não encerra, pois, nenhum programa excepcional, nenhuma idéia nova ou profunda no campo da filosofia política. Era uma espécie de trégua, para que se fizesse novo exame das possibilidades de cada um, até novo arremesso. É o grupo social que pode ocupar o poder que se entende em um compromisso provisório (p.55).

O debate empreendido por Paraná e Ferraz é recriado na obra *A carteira de meu tio* de Joaquim Manuel de Macedo. O capítulo três apresenta uma discussão sobre a política da conciliação. E o que chama a atenção é que as situações apresentadas pelos personagens da obra são de identificação com passagens históricas, em alguns momentos, o compadre Paciência ao explicar as características da conciliação reproduz as idéias presentes no discurso de Ferraz que ataca a política empreendida e aproveita o discurso de Paraná na defesa que faz do chamado “progresso material e progresso moral do povo”.

Em 1854, Macedo é deputado liberal na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro. Esse dado é importante, pois o escritor encontra no recurso literário um espaço onde podia apresentar idéias acerca do jogo político. Não é na tribuna política que apresenta suas idéias sobre a conciliação. Apenas alguns anos depois, o escritor escreveria artigos comentando os efeitos dessa política para o país.

A narrativa de Macedo parte da perspectiva não apenas do intelectual preocupado com as jogatinas políticas, com a fraude eleitoral, com o desrespeito à constituição, mas parte também do homem político que pertence a um grupo que apóia a política da conciliação. Entretanto, Macedo não vê com bons olhos tal política e dessa maneira, escreve uma obra que satiriza as principais proposições defendidas e apresentadas pelo gabinete, contrariando a orientação de seu próprio partido.

Como nome recente dentro do campo político, Macedo procura, em *A carteira de meu tio*, delimitar sua posição política. Como não tem experiência parlamentar que o credencia a ter uma participação mais decisiva nas disputas travadas dentro do partido liberal, usa seu prestígio adquirido no campo literário para participar do debate em torno da

conciliação. Foi através da literatura que o autor conquistou um público cativo e é através dela que pretendia também almejar o reconhecimento de sua ação política.

A crítica que realiza tem um destinatário e endereço certo: *a conciliação* e os defensores do poder que incorporam como prática a *conciliação da barriga*. Macedo não apóia a política implantada por Paraná. Em nome dos melhoramentos materiais, a estabilidade política era comprada, satisfazendo as necessidades dos homens públicos. A falsidade, o oportunismo e o fato de nunca mudar de posição são características comuns a vários políticos, e dessa forma, as mudanças políticas do gabinete de Paraná não alcançariam os resultados esperados, pois elas não modificam o comportamento dos homens públicos.

A história do sobrinho do tio e do compadre Paciência, entretanto, tem pouca repercussão entre os leitores de Macedo acostumados com as narrativas romanescas. Mas no campo político e no ambiente oposicionista a obra é recebida com surpresa, pois reproduzia o discurso de um grupo sobre a situação política com referências diretas a debates que aconteciam na câmara, no senado e na imprensa.

Para incorporar a discussão sobre a conciliação, Macedo apresenta um personagem que confirmaria sua visão sobre os efeitos negativos da conciliação, o Senhor Constante,

Não só era constante no nome como também nos princípios, porque nunca tinha mudado de partido: realmente o homem tinha razão de falar assim, pois que o compadre Paciência asseverava que ele era sempre governista, governassem embora gregos e troianos (2001: 88).

Depois de um dia de viagem o sobrinho e Paciência chegam a uma estalagem. O sobrinho sente uma fome devastadora. Paciência afirma que a fome é uma poderosa arma política e que logo poderiam satisfazê-la quando se hospedassem na estalagem. Entretanto o compadre pede ao sobrinho que não discuta política com o dono da estalagem, pois o homem era um “politicão de truz”, intolerante que tratava mal quem não pensava como ele.

Paciência afirma que o partido político do estalajadeiro é “sempre o que está em cima”, por isso é conhecido como Senhor Constante além de não gostar daqueles que não apóiam suas idéias. O sobrinho não acreditando nas palavras do compadre, resolve testar até onde vai a força desse homem, pois “que me poderá fazer o tal marmanjo... não me há

de prender, nem dar pancadas, e enquanto sentir que tenho dinheiro fará todo o possível para tratar-me a vela de libra na sua estalagem” (2001: 84).

O sobrinho fica impressionado com o aspecto físico do estalajadeiro que tinha tudo aquilo que um homem político deveria ter para se dar bem na vida: um grande nariz “um estadista que quer sempre estar de cima deve ter a olfação muito apurada, a fim de sentir quando qualquer ministério cheira a defunto”, a boca enorme “outra qualidade importante dos estadistas do Eu, que precisando sempre dizer mentiras de alto calibre, tem necessidade de uma boca da largura da barra do Rio de Janeiro, para dar livre saída a esses monstros destinados a iludir e enganar” (p. 87).

São recebidos com cortesia pelo estalajadeiro que manda preparar o jantar e começa a conversar sobre política com os viajantes. O sobrinho se mostra oposicionista ao governo e fala horrores do ministério da conciliação acusando-o de corrupto e de não se importar com os destinos do país. Por outro lado, o Sr. Constante, “*representante da conciliação da barriga*” que ficou em silêncio durante o discurso do sobrinho, faz uma defesa de encher os olhos do ministério, “falou como um deputado da maioria, que acaba de receber a promessa de um emprego rendoso para o filho”. Resultado, a vingança do estalajadeiro vem em alto estilo

O banquete do Sr. Constante compunha-se de uma canja com galinha, uma frigideira de lingüiça com ovos, peixe frito, arroz e carne assada, havia ainda roscas e vinho da Lisboa. Lançamo-nos desesperadamente contra a galinha e a canja: mas a galinha estava dura, como a carne seca; e a canja sabia a sal, como a água do mar. Arrojamo-nos sobre a lingüiça; mais sal ainda: era uma pilha! Fogo no peixe frito,, , estava moído!... venha o arroz..., ah! Era um emplastro de alhos e pimentas!..., a carne assada... tinha fel e vinagre!... enfim as roscas... cheiravam a baratas; ninguém as podia tolerar! O vinho ao menos... era uma infusão de pau brasil! Não pude comer, não pude beber, levantei-me da mesa com mais fome ainda e rompi contra o estalajadeiro (2001: 92-93).

Enquanto o sobrinho reclama da situação, Paciência dizia que o havia prevenido, pois ao estarem com fome deveriam aceitar todas as proposições do estalajadeiro. Por isso o sobrinho não podia contrariar a opinião do dono da casa. A princípio, o sobrinho fica furioso com a situação. Paciência revela que ele deveria mudar de opinião, pois só assim seriam bem recebidos e teriam um jantar delicioso.

O sobrinho percebe que não adiantava fazer oposição ao estalajadeiro se esse ato não lhe trouxe benefício nenhum,

De que me serve, pensei comigo mesmo, teimar em fazer oposição ao ministério, quando esta infeliz teima me faz sofrer uma tão endiabrada fome? Não será muito melhor conciliar-me com o Sr. Constante, declarar-me francamente ministerial, e receber em troca da minha metamorfose política algum petisco, que me venha beatificar o estomago (2001: 95).

O sobrinho compreende que “a cabeça acabava de curvar-se diante do poder e da influência da barriga”,

Quem tiver sua fome, não se envergonhe de ir vender a sua opinião e sacrificar os seus princípios a troco de um prato da mesa ministerial; porque tudo isso se explicará convenientemente. As palavras *compra* e *venda* não serão por certo empregadas e o *faminto* que se deixou conquistar pela política da barriga, em vez de dizer: “*desertei de minhas fileiras*”, “*bandeei-me*”, “*atraíçoei minhas bandeiras*”, pode muito bem exclamar com um angélico sorriso nos lábios: “*fiz uma conciliação*”. E os *pequenos*, que tem pejo de proceder desse modo são uns tolos, são uns pobres basbaques, porque entre os grandes há mestres sublimes destes arranjos conciliatórios: eu pela minha parte afirmo e sustento que o tal *negócio da conciliação* não deve envergonhar a ninguém; porquanto a conciliação é o belo *desiderato*, o fruto precioso da política da barriga, e consiste principalmente em um estado satisfatório e deleitosos das tripas dos *conciliados* (2001: 101).

Cedendo à influência e ao poder da barriga, o sobrinho, revela ao compadre que iria mudar de lado e agradar ao estalajadeiro, pois não podia mais ficar com fome e precisava ouvir a voz do estômago,

A fome é a mais poderosa das alavancas políticas, e a barriga dos adversários políticos é a Sebastopol contra a qual deve um ministério sábio e adestrado assestar toda a sua artilharia. Poucas barrigas resistem a um assédio feito em regra e a um assalto dado oportunamente: toda a dificuldade está em descobrir-se o ponto fraco da fortaleza e fazer-lhe aí a brecha (2001: 97).

Ao conversar com o Sr. Constante, revela que tudo não passou de uma brincadeira e elogiou de forma eloqüente o ministério. O estalajadeiro excitado com tal demonstração manda servir outro jantar e faz um incrível discurso sobre a realidade nacional

Enquanto ceávamos, o Sr. Constante tomou a palavra e discorreu larga e pomposamente sobre o estado lisonjeiro e brilhante do país; falou em paz e sossego, em arrefecimento de ódios, em prostração ou aniquilamento dos partidos e finalmente em todas as coisas e ainda em outras coisas mais. O homem estava eloqüente! Mas onde se mostrou superior a todo elogio foi nas sábias e profundas considerações que fez acerca do progresso e dos melhoramentos materiais: isso sim é que foi brilhatura! Eu não sei onde o estalajadeiro tinha aprendido tanta palavra bonita; o certo, porém, é que, espumando pelos cantos da boca e gesticulando com um entusiasmo febril, não se ouvia senão: *as empresas gigantes, canais, estradas de ferro, colônias, mineração, navegação a vapor*; e, quando lhe faltava algumas frases dessas, repetia as que já tinha dito ou exclamava com ardor: progresso material!... melhoramentos materiais!... tudo material!... tudo material! (2001: 111).

Depois de ter a fome saciada e, sentido na pele os efeitos do *milagre* da conciliação que também chegou ao ruço queimado “que tinha a manjedoura atonetada de capim fresco” e a mula ruça do compadre Paciência “roia pau velho de rama”. O sobrinho vai dormir pensando no eloqüente discurso do estalajadeiro. Nesse momento, tem uma visão que o deixa encabulado. Uma grande procissão acontecia nas ruas da capital do império, um desfile que perturba a visão do sobrinho.

Nessa passagem, Joaquim Manuel de Macedo apresenta idéias marcantes sobre a cultura política nacional,

Quem rompia a marcha era um rapagão de maneiras muito cortesias, e que trazia sempre um doce sorriso nos lábios... chamava-se o senhor *Engodo*, e caminhava adiante trazendo uma bandeira erguida, na qual se lia ... a frase brilhante do Marca de Judas: progresso material. Logo atrás do Sr. Engodo, marchava um grande número de raparigas, todas elas irmãs e primas e cada qual mais namorada e provocadora: chamavam-se as senhoras *Empresas*, e cada uma trazia a sua bandeirola com a competente divisa; em uma bandeirola lia-se *Estradas de ferro*, em outra *Navegação a vapor*, em outra *Companhia da iluminação a gás*. Aplaudia-se muito a essas senhoras... porque apesar de namoradeiras e provocadoras elas prometiam favores, melhoramentos e inegável progresso ao vasto império... uma mocetona diligente, esperta, saltona, pérfida e usuraria metia-se por entre as senhoras *Empresas*... e logo depois corria para a multidão com os bolsos do vestido e as mãos cheias de papéis e gritava: *ações! ações! ações!*. O povo agarrava-se a tal mocetona que se chamava Exma. Sra. D. *Agiotagem*... outra já matrona percorria todo o préstito da procissão, misturava-se com os espectadores...era a *Imoralidade* que assoprava aos ouvidos de

todos conselhos infames, ensinava a uns a calunia, a outros a concussão, a estes a perfídia, aquele a cinismo, a alguns a hipocrisia e a todos os esquecimento de todos os deveres.. ela não cantava, mas bradava e o seu brado era um, único e sempre o mesmo: ouro! ouro! ouro!... após a Imoralidade vinha a *Hipocrisia* com o rosto coberto com uma máscara, e máscara coberta com um véu, marchando com a cabeça baixa... depois dela seguia-se o *Escândalo*; sem mascara nem véu, manchado de crimes e de ações torpes e com a cabeça levantada e o rosto brilhante de soberba e ousadia: coisa celebre!... depois aparecia a *Corrupção*, vestida de casaca e repartindo honras, empregos e dinheiro... e vinham ainda o *Egoísmo*, a *Intriga*, a *Traição* e a *Covardia* (2001: 121).

Os participantes do desfile mostravam sua alegria ao som da orquestra e cantavam uma música que era cantada por todos

Vai tudo o melhor possível;  
Oh que fortuna tão bela !  
Navegando em mar de *Rosas*  
Nossa pátria vai à vela.

Viva o dinheiro!  
Fora o ideal  
Viva o progresso  
Material!...

A vida que nós passamos  
É contra a *Constituição*,  
Mas não faz mal é milagre  
Da *santa conciliação*.

Isto de pátria e virtude  
Honra e gloria é só-*poesia*  
Poder, dinheiro *et cetera*  
É que tem gosto e valia.

Viva o dinheiro!  
Fora o ideal  
Viva o progresso  
Material!... (2001: 123)

O Império brasileiro, suas instituições, seus personagens desfilam diante dos olhos do sobrinho que fica impressionado e assustado com tamanha falta de vergonha dos participantes do desfile. É interessante perceber que é um dos poucos momentos em que o sobrinho perde seu sarcasmo e ironia e fica indignado com o que vê

Vi a imprudência em pé, o servilismo de cócoras, o mérito atirado nos cantos. Vi a imoralidade política vestida de casaca e a honra coberta de farrapos... Vi o predomínio do individualismo substituindo a luta dos princípios e o poder das idéias. Vi pessoas e não vi sistema. Vi a mentira e o sofisma abafando a verdade e triunfando da lógica. Vi a prepotência dos grandes e a opressão dos pequenos. Vi um governo representativo sem eleição. Vi uma magistratura pedinchando ao governo. Vi um sistema político sem equilíbrio dos poderes que o compõem. Vi *direitos* escritos em um livro de ouro que se lia em voz alta ao mesmo tempo que se calcava aos pés todos esses direitos. Vi..., mas fiquei horrorizado de tudo isso e de muito mais ainda que fui vendo, e de que não me quero lembrar, até que por fim foi passando diante de meus olhos uma cidade irregular, porem, já um pouco grande, e que sem duvida alguma é capital do vasto império (2001: 115 -116).

O sobrinho fica mais horrorizado quando logo atrás dessa procissão onde o Império Brasileiro saudava o progresso material ao som de uma orquestra de cega-recas e de tacho vinha

Uma multidão de gente sem conta, toda ela triste, abatida, sem direitos, sem crenças e quase enfurecida, porque além do seu abatimento, além da sua descrença e além da consciência de que seus mais caros direitos eram todos os dias postergados, ela se mostrava ainda andrajosa e horrorizada diante do aspecto mirrado da fome que perto a ameaçava. Essa multidão olhava com furor para as brilhantes figuras da procissão que ia marchando adiante, levantava de quando em quando as mãos para o céu, e cantava ela também por sua vez, mas o seu canto era como um longo ribombar de borrasca ou como um bramido de tigre. Eu quis ouvir o que ela dizia no seu tremendo canto... era uma bulha. E logo depois a multidão foi se afastando e pareceu-me que toda aquela grande terra que eu tinha visto se cobria de nuvens pesadas e negras, que uma tempestade horrorosa desabava sobre ela (2001: 123-124).

Toda essa apresentação resume o olhar crítico que Macedo apresenta a cerca das instituições políticas do Império brasileiro. A procissão apresenta um país sem o menor respeito pelas suas instituições, onde os próprios detentores do poder são responsáveis pela falta de moralidade nas ações políticas empreendidas. Esse é o desfile do império brasileiro governado pela política da conciliação.

Paciência, eufórico e surpreso com a visão do sobrinho, explica que ela é o retrato fiel da realidade política. Segundo o compadre seu pesadelo mostrava que só pode existir o

progresso material de um país se ele vier acompanhado do progresso moral e político do povo, pois

Quando o progresso material de um país não se mostra a par do progresso moral do povo, não exprime senão uma prosperidade fictícia. Riqueza material cobrindo miséria moral é o mesmo que uma árvore que apresentasse a casca verde e que tivesse um miolo podre. Quando o progresso material de uma nação aparece em sua marcha de braço dado com o progresso moral, isto é, quando a riqueza se desenvolve, e ao mesmo tempo se aprimora a virtude, e se purificam os costumes, então há verdadeiro progresso; mas se, pelo contrário, somente se dá importância ao dinheiro e aos melhoramentos materiais, quando o que se diviniza é só a matéria e se vai deixando corromper cada vez mais os costumes, estragar de todo a moralidade pública, e cair em desprezo a religião, as instituições políticas...oh! então não há senão um progresso falso, perverso e fatal. (2001: 141).

Segundo Paciência, todo progresso material seria ilusório sem o progresso moral do povo, pois “à medida que aumentar a riqueza pública, aumentará também a fome dos parasitas do Estado” e por isso era necessário um comportamento ético que permitisse o desenvolvimento efetivo dos benefícios e investimentos do Estado, era necessário que se “moralize o povo e para isso é essencial que se moralize a si próprio o governo em primeiro lugar” (2001: 140)

O que adiantaria o progresso material e econômico se ele não vinha acompanhado do progresso moral, ético no compromisso com a regeneração da moralidade pública, o restabelecimento do sistema representativo, o respeito aos direitos civis e políticos do povo, pois dessa forma “verão os prodígios e milagres que opera a nossa sábia Constituição, a quem D. Pedro I encheu de tantos encantos e beleza, e contra quem pela surdina forjam planos de ruína e morte alguns ingratos, que ela elevou e distinguiu” (2001: 143).

Paciência mostra que com patriotismo, honra e boa vontade é possível mudar essa situação,

Dizia-se que a cessação do tráfico de africanos era impossível, e quando o governo...quis o tráfico acabou; diz-se que o patronato é invencível entre nós, e vimos no fim de 1854 e no princípio do ano de 1855 bater-se com a porta na cara do patronato, nos exames de instrução pública da capital do Império. Nada é impossível debaixo deste ponto de vista a um governo patriótico e honesto: quando o governo entender que as *maiorias* devem ser formadas pela opinião

e pela consciência, e devem ter por laço a homogeneidade de princípios, os ganhadores políticos serão mandados plantar batatas, os homens de bem se farão poderosas colunas do governo, e metade da obra de regeneração da moralidade pública estará feita (2001: 140).

A perspectiva que Macedo defende é de que a realidade política do país poderia se transformar se todos os homens públicos, através de uma percepção moralista, corrigissem suas ações e decisões e numa mudança de comportamento seriam capazes de alterar as distorções do sistema político nacional. A crença na bondade do homem e na capacidade que este teria em se arrepender de suas ações chega a ser ingênua e não promove de forma crítica a explicação para tamanho descaso com as instituições imperiais.

Essa visão de Macedo revela a fragilidade da crítica que o autor pretendia apresentar em *A carteira de meu tio*. Fragilidade que fica mais evidente quando o sobrinho do tio pede ao compadre Paciência que explicasse o que significava aquela visão. Levando em consideração as características do personagem principal, fica evidente que o sobrinho seria capaz de interpretar o que havia visto.

As contradições são evidentes. Se no primeiro momento o sobrinho se identifica com os estadistas da escola do *Eu* e durante a viagem apresenta várias características dessa escola, o que ele vê nada mais é do que a representação alegórica da política desta escola. O que ele assiste, surpreso e indignado, é o desfile das conseqüências da política empreendida pelos estadistas do *Eu*.

Macedo não enxerga que o desfile representa na realidade muito mais do que as ações do gabinete da conciliação, e que na alternância de poder ocorrida entre liberais e conservadores a realidade continuaria sendo a mesma.

Na sátira de Macedo, a *conciliação da barriga* foi a maneira encontrada pelo marquês de Paraná para atender aos interesses dos grupos interessados na distribuição de poder dentro da administração pública. Não era um programa que promovesse o bem estar do país e atendesse suas reivindicações. Em nome dos “melhoramentos materiais” um clima de paz e tranqüilidade passa a existir de forma superficial, impedindo de certa maneira o debate acerca do momento histórico.

Para Macedo, a conciliação enfraqueceria os partidos políticos, anulando por completo o debate e a troca de idéias colocando em risco o sistema representativo,

Porque no sistema representativo a nação se governa a si mesma pela opinião que predomina e triunfa; e como não se pode admitir que os cidadãos de Estado tenham todos os mesmos princípios, não há triunfo de opinião sem combate a opiniões, não há nem pode haver sistema representativo, onde não há certame e oposição de partidos (Serra, 2004: 317).

Macedo critica em artigos jornalísticos a postura de deputados liberais que atendiam aos interesses do gabinete da conciliação em troca de algumas vantagens econômicas. A conciliação era uma política que assegurava de maneira harmoniosa a corrupção política, o fortalecimento do patronato e o enfraquecimento das agremiações políticas. E essas ações asseguravam o desenvolvimento dos melhoramentos materiais que aconteciam no país.

A crítica que Macedo faz acerca da conciliação é parte integrante de um conjunto de discursos que circulavam nas rodas políticas do período. As mazelas do sistema político seriam originárias das proposições da conciliação. Dessa maneira, *A carteira de meu tio* e a representação simbólica presente sobre o momento político nacional representa o posicionamento do autor de oposição ao gabinete ministerial.

### **A Instituição do Júri**

Durante a leitura dos episódios presentes em *A carteira de meu tio* é perceptível no plano ficcional, a intenção de Macedo em satirizar as mazelas do sistema político imperial. Tendo como pano de fundo a política da conciliação, o escritor apresenta as proposições dessa política, ironizando sua aplicação através do confronto entre o ideal e o real.

O gabinete da conciliação ficou marcado administrativamente, entre outras coisas, pelas duas reformas apresentadas à Câmara. Reformas, segundo Paraná, fundamentais para o progresso do país e o bem estar das instituições políticas. A primeira, a reforma eleitoral, implantava a lei dos círculos que pretendia moralizar o sistema eleitoral, A segunda a reforma judiciária com caráter liberal.

A discussão da reforma judiciária foi calorosa e ocupou o debate político em 1854. O projeto original sofreu profundas modificações devido às pressões políticas. Mesmo assim era um documento inovador para a época. A reforma não agradou os proprietários de terras que viram o seu poder enfraquecido diante das novas resoluções. Entre elas,

A polícia perdia a atribuição de formar processo e de julgar, tirava-se ao júri o julgamento de uma classe numerosa de crimes, os afiançáveis. Com o que se tirava assim ao elemento policial por um lado e por outro ao popular constituía-se a onipotência do juiz de direito (Nabuco, 1997: 190).

A eliminação do júri das pequenas províncias foi criticada pelos fazendeiros e deputados que viam a diminuição da influência das lideranças no resultado dos processos. Por isso acusam o gabinete de tentar extinguir a instituição. O ministro da justiça, Nabuco de Araújo (1997), rebate a crítica mostrando que a reforma pretendia, ao contrário, salvar a instituição do júri da permissividade do sistema político. Na realidade, os jurados não tinham liberdade e segurança individual nas decisões, o que comprometia sua credibilidade. Segundo a reforma, o júri deveria funcionar em locais onde o patronato não dominasse as estruturas do poder,

Eu já vos disse que um dos instrumentos com que os potentados faziam proselitismo contra a justiça e contra a autoridade era o júri. Certamente que a concentração do júri é um remédio neste sentido muito perigoso... Convém salvar o júri, e para salvá-lo importa concentrá-lo nos lugares mais populosos, onde há concorrência e o contraste de diversos interesses e influências, onde a opinião se faz sentir mais, onde os jurados têm mais garantia e liberdade. Para salvar o júri é necessário retirá-lo dos lugarejos onde ele não pode ser senão a expressão da vingança e do patronato, o instrumento das influencias anti-sociais, e onde os jurados por seu pequeno número são juizes certos (1997: 194).

Para Nabuco (1997), era urgente a reforma judiciária, pois “o número de crimes era com efeito aterrador, o júri praticamente mostrara ser uma inutilidade, a polícia estava confundida com a política” (p. 191). O projeto foi aprovado na Câmara, mas rejeitado no Senado e essa rejeição teve como fator preponderante o movimento liderado pela família Teixeira Leite conhecido como o “movimento de Vassouras”.

No último capítulo de *A carteira de meu tio*, a questão da reforma judiciária de 1854 é abordada. O debate travado entre o escrivão do júri e o compadre Paciência revela as principais idéias da reforma e os interesses que estavam em jogo. No debate ficcional, o discurso do escrivão se equipara ao defendido pelos propagadores da reforma judiciária, enquanto que Paciência defende a “santa instituição estabelecida pelas leis” dos “salvadores da pátria” se opondo aos defensores da conciliação.

A crítica à reforma judiciária aparece de duas maneiras. O sobrinho do tio e o compadre Paciência chegam a uma pequena vila, justamente no dia em que o júri está reunido depois de três anos. O compadre apaixonado pelas instituições imperiais convida o sobrinho a assistir a sessão, mas antes vão conhecer a cadeia do lugar.

Ao visitar a cadeia, o sobrinho do tio e Paciência sentem um arrepio pela sujeira e situação de abandono do local. A cadeia tinha três salas, a do carcereiro estava vazia, a segunda “uma espécie de xadrez, onde eram recolhidos os guardas nacionais” e uma “terceira sala escura, suja, pestífera, onde estavam aglomerados todos os presos acusados de crimes afiançáveis e inafiançáveis, que tinham de apresentar-se ao júri: era a enxovia” (2001: 154).

Paciência, vendo a miséria e a sujeira da cadeia, afirma que é impossível recuperar socialmente um indivíduo naquele lugar. O preso sairia mais corrompido e criminoso. O sobrinho, fugindo do cheiro nauseabundo e empestado, encontra no xadrez reservado aos guardas nacionais, algumas páginas da constituição e das leis do Império que estavam no chão ao lado das tamancas do carcereiro. Curioso e não resistindo ao desejo lê as páginas,

Constituição do Império: artigo 179. § XXI: As cadeias serão seguras, limpas e bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos réus, conforme suas circunstancias e natureza dos crimes. Olhei para a enxovia e soltei uma gargalhada. Lei do 1<sup>a</sup> de outubro de 1828. Título II: funções municipais: artigo 57: tomarão por um dos primeiros trabalhos fazer construir ou consertar as prisões públicas, de maneira que haja nelas a segurança e comodidade que promete a Constituição. Tornei a olhar para a enxovia e a soltar nova gargalhada! (2001: 156).

O confronto entre os preceitos legais e a realidade acontece novamente, mostrando a incapacidade das instituições políticas em colocar em ação as proposições da própria lei. A gargalhada do sobrinho é interrompida quando Paciência, furioso com a situação, resolve visitar o júri. Esse recurso narrativo aparece pela segunda vez na obra, e assim como no exemplo do incêndio da casa do senhor que votou contra a chapa governista, a lei não pode ser cumprida pela estrutura do funcionamento do sistema político do império.

O sobrinho fica surpreso com a existência do júri, pois achava que essa instituição já estava banida do país, Paciência revela que,

Esteve quase não quase indo fazer companhia a defunta guarda nacional e a outras defuntas do mesmo gênero; mas felizmente, quando mais azafamados se mostravam os estadistas mata-júri, apareceu um gênio benéfico com uma *vassoura* encantada, que, varrendo as idéias retrógradas, deixou os salvadores da pátria com água na boca! Olhe que foi uma dos diabos!... (2001: 157)

O trecho faz uma referência direta ao “movimento de Vassouras” que impediu a aprovação da reforma judiciária. Os líderes da conciliação aparecem como “azafamados”, “estadistas mata-júri”, “salvadores da pátria” reafirmando a idéia de que a sátira realizada por Macedo é uma obra que defendia uma proposição política tornando-se uma espécie de panfleto contra a conciliação.

Ao entrar no templo da justiça, Paciência não gosta muito do que vê. Na sala do júri se encontravam o promotor, o escrivão, o juiz de direito, dois procuradores, quatro meirinhos, curiosos e duas dúzias de jurados. Todos demonstravam em suas ações, certo enfado em participar da sessão,

O juiz de direito, sentado na sua cadeira presidencial, mostrava-se firme, imóvel e estático, como o convidado de pedra; mas dentro de si estava dando a todos os diabos a maldita instituição do júri que naquele momento tinha o desaforo de lhe impedir o prazer de fumar um *havana*. (...) O advogado contentava-se com fazer notar aos dois procuradores o quanto aquela sala se mostrava própria para um baile, e como estava mal empregada destinando-se ao júri, que é uma instituição contrária ao bom senso, ao espírito público e a boa administração da justiça. O escrivão resmungava, maldizendo os ossos do ofício, e praguejando contra essa patacoada chamada júri. Os jurados queixavam-se uns aos outros da mancada que sofriam, e estavam pelos cabelos. Era uma revolta geral, embora abafada, contra a fatal instituição (2001: 163).

No intervalo dos trabalhos, o escrivão pede a palavra e começa a xingar o júri, chegando a defender a morte dessa instituição, que seria “uma inspiração do demônio das revoluções, ou um parto de cabeças desmioladas” (2001: 165). Paciência, furioso com a situação, rebate as críticas do escrivão pedindo que este respeitasse essa “santa instituição” estabelecida pelas leis.

O escrivão com uma ironia corrosiva diz a Paciência que o júri deveria ser extinto, pois não realizava de maneira eficiente seu trabalho, cometendo injustiças com sentenças impostas pelo patronato que era na verdade quem determinava o andamento dos inquéritos,

“os jurados absolvem a todos os afilhados e capangas dos potentados das vilas!” (2001: 167). Paciência responde que a culpa não pode ser atribuída a existência da instituição do júri e sim a ingerência governamental que permeia a formação dessa instituição,

Absolvem alguns, é certo; não sabe, porém a razão disso? Primeiramente é porque muitas vezes os magistrados da vila, pretendentes a deputações e por isso dependentes dos potentados, influem no espírito dos jurados, e promovem até as escancaradas essas absolvições, e em seguindo lugar é porque não há segurança individual no país, e os cidadãos recuam ante a vingança e o furor dos poderosos; dê o governo segurança individual a todos, como lhe cumpre, e verá se a coisa vai se endireitando (2001: 167).

Para Paciência, enquanto o governo proteger os mandantes dos crimes, deixando pessoas inocentes presas anos esperando julgamento e não oferecendo segurança individual aos jurados para suas decisões, a instituição do júri continuaria cometendo injustiças, “e dizem que o júri é a causa da impunidade! Ora, é boa! A causa da impunidade é a mania de fazer deputados e senadores que o governo tem” (2001: 167). O patronato era o principal elemento que deveria ser combatido pelo governo para assegurar a integridade das decisões do júri.

O escrivão não aceita as divagações de Paciência chamando-o de “velho liberalão” com idéias perigosas e anárquicas. Ainda aponta que o povo brasileiro não estava habilitado para entender a missão dos jurados, indicando que o júri seria uma “coisa muito sublime para esta terra de caboclos”. Paciência rebate essa idéia, que era a mais propagada pelos “tais reformadores do júri”,

A obrigação do jurado se limita a conhecer o fato, e não há um só de vós que não seja capaz de desempenhar essa missão. Também eles diziam aqui há anos atrás que os nossos males provinham da justiça barata e fizeram uma reforma para acabar com os juizes populares; mas qual foi o resultado da reforma?... Oh!, Sr. Escrivão, como é que se diz em certos casos lá na sua geringonça judiciária?... Não é: embargado seja o embargante?... Pois eu parafraseio o dito, e requeiro que reformados sejam estes reformadores. (2001: 171).

O escrivão, vendo suas idéias serem contestadas, avança sobre Paciência dando-lhe um murro. A briga que antes estava no plano das idéias alcança o plano físico. Em todos os

momentos, o sobrinho assiste ao duelo, tende a apoiar as prerrogativas do escrivão que em seu discurso seguia as prerrogativas dos “grandes estadistas da minha terra”. Quando consegue se desvencilhar de Paciência, o escrivão pede ao subdelegado que prendesse aquele homem que queria assassiná-lo.

Paciência é preso e enviado para a enxovia. O escrivão, as gargalhadas, grita alto um viva a constituição do império. O sobrinho vê com bons olhos a prisão do compadre pois, sendo o amigo do tio um senhor liberal com forte tendência nacionalista, nada mais justo ser recolhido a cadeia e quem sabe parar de difundir idéias perigosas, como os “preconizadores do progresso”.

A ironia aparece no final, quando Paciência é preso por defender a existência de uma instituição do império. Prisão que aos olhos do leitor parece ser injusta, pois, quem deveria ser preso seriam os funcionários da instituição que aos gritos pediam a extinção do júri.

A prisão do compadre Paciência, a conciliação de barriga com o Sr. Constante, o descaso com os direitos individuais e sociais do povo faz com que o sobrinho perceba que na prática cotidiana os poderes políticos ao invés de serem apenas quatro como indica a constituição do império,

Ainda há mais três, em que não fala, e que são os seguintes;

5ª: O patronato

6ª: A polícia

7ª: O fisco

Tornando, porém, ao meu compadre, não tenho remédio senão ir tocar os pauzinhos para tirá-lo da enxovia; sou por consequência obrigado a interromper, não sei por que tempo, a minha viagem.  
(2001: 174)

O livro termina quando o sobrinho sai à procura de ajuda para livrar o compadre Paciência da cadeia. Na trajetória que faz, o sobrinho reconhece através da experiência de viagem as características que marcam a organização do sistema político brasileiro que cria em um sentido mais amplo, imagens da cultura política nacional.

## **Considerações Finais**

## **A Carteira de Meu Tio e as Imagens da Cultura Política Nacional**

Joaquim Manuel de Macedo é, em 1855 o grande nome da literatura romântica. Suas obras constantemente editadas e popularizadas consolidam uma imagem positiva da sociedade imperial satisfazendo as necessidades de fantasia e diversão de seus leitores. Seu sucesso e popularidade vêm dessas duas características. *A carteira de meu tio*, entretanto, é um momento singular em sua literatura.

O Macedo encontrado em *A carteira do meu tio* não é o mesmo de *A Moreninha*. Não é o cronista que registra o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro e seus personagens históricos como nas *Memórias da Rua do Ouvidor*. O Macedo que aparece na sátira política é o deputado liberal que, através da literatura, apresenta sua visão de um processo histórico do cenário político de sua época.

Ao buscar o reconhecimento social e público em outro espaço de luta, no campo político, Macedo procura utilizar sua literatura como recurso que lhe permitiria participar das discussões que aconteciam na vida política. A popularidade que tinha no campo literário poderia ser transferida também para o campo político, desde que o autor recorresse às características narrativas que sempre lhe trouxeram reconhecimento social e prestígio.

“Não existe campo em que o enfrentamento entre as posições e as disposições seja mais constante e incerto do que o campo literário e artístico” (Bourdieu, 2002: 290), pois a percepção do espaço das posições e das trajetórias dependeria das disposições dos agentes e essas posições não são garantidas juridicamente, podendo a todo instante estar vulneráveis à contestação simbólica. A luta pela posição social no campo literário era constante, pois a cada ano autores surgiam e se destacavam com suas respectivas obras, o que podia comprometer a posição dos estabelecidos no campo.

Macedo, ao escrever *A carteira de meu tio*, procura marcar sua posição dentro do campo político. “Para que os agentes do campo político alcancem seus objetivos necessitam produzir mercadorias para o cidadão eleitor; daí ser o campo o lugar em que se geram na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, análises, comentários entre os quais os cidadãos comuns devem escolher” (Pinto, 1996: 226).

*A carteira de meu tio* inaugura uma etapa em que Macedo percebe que a literatura não pode ser apenas um instrumento de entretenimento e diversão. Ela deve, na medida do possível, apresentar perspectivas políticas e sociais que auxiliem na tomada de decisões dos indivíduos, contribuindo assim para o desenvolvimento da sociedade. Entretanto, a ênfase que Macedo atribui à moral reduz sua perspectiva crítica.

Seus principais romances estão repletos de digressões filosóficas acerca da luta empreendida entre o bem e o mal, como se eles fossem sentimentos que não tivessem raízes nas condições em que empreendemos as ações.

A fragilidade da análise que empreende em *A carteira de meu tio* é visível em muitos momentos. A visão idealizada e moralizante que apresenta da sociedade imperial em suas obras romanescas é transferida sem nenhum tipo de rigor de análise para a sátira política que realiza. Algumas passagens da obra e discursos dos personagens foram apropriadas da realidade, fazendo com que a sátira tivesse um sentido particular, primeiro de defesa do regime monárquico e de suas leis constitucionais e segundo, de condenação das mudanças sociais oriundas da conciliação.

A monarquia e as instituições políticas que a compõe são exaltadas em primeiro plano em *A carteira de meu tio*. A organização política e a efetivação dos preceitos constitucionais são indispensáveis para o desenvolvimento da nação. Se no plano da legalidade a experiência monárquica é positiva, toda a crítica de Macedo recai nos agentes políticos que burlam as leis, confundem o espaço público com o privado assentado no patrimonialismo, desrespeitam a constituição, colaborando na manutenção das injustiças sociais e na ausência de cidadania.

A narrativa é construída a partir do confronto entre o que está escrito na constituição e o que existe na realidade, mas a culpa da ineficiência das leis não se deve à legislação, mas aos agentes políticos que a desrespeitam constantemente. Fica marcado, durante as experiências dos personagens, que as reformas apresentadas para corrigir as distorções do sistema não seriam necessárias e caberiam aos administradores públicos, senadores, deputados, presidentes das províncias e ministros de Estado cumprir a risca os artigos constitucionais. Na perspectiva do autor, isto, por si só, garantiria a eficácia da administração pública e o respeito aos direitos civis e políticos da população brasileira.

Ao escrever uma sátira denunciando os vícios das práticas políticas, Macedo discute questões que não faziam parte do cotidiano político de seus agentes, como a relação tênue entre o espaço público e o privado na organização do poder, que na obra é indicada como uma das permissividades que impedem o exercício ativo da cidadania dos indivíduos. Entretanto, crê que a simples não interferência do governo no cotidiano da administração garantiria o desenvolvimento da nação. É um olhar ingênuo que não alcança de forma crítica a organização do sistema político do império.

Macedo pretende satirizar uma idéia política e através dela questionar o funcionamento do modelo representativo. A narrativa é organizada a partir de personagens alegóricos que são encontrados no campo político nacional. E através deles são delineadas características psicológicas do político brasileiro. Os personagens, representativos da cultura política do país, que em alguma medida se mantêm até hoje, são encontrados dentro da administração pública, com os mesmos vícios e problemas que impedem o exercício pleno do sistema representativo.

O tio do sobrinho apresenta as primeiras imagens da cultura política nacional. Defensor da monarquia constitucional representa o homem interessado no engrandecimento da pátria e na crença das instituições políticas. Não usa sua riqueza nem sua influência na busca por vantagens condenando essas práticas que atrapalham a administração pública. Idealiza a constituição do império tratando-a com amor e enchendo-a de adjetivos (*remédio santo e exclusivo, tábua de salvação do Estado, bela moça*) qualifica sua importância e sua capacidade de responder aos anseios da nação.

O sobrinho do tio é o personagem o indivíduo que pretende usar a política como espaço de ascensão social e riqueza. Em primeiro lugar, representa o parasita social, que se transformará em um político profissional. Mentiroso, hipócrita, vadio, seu grande desejo é ser estadista da escola do *Eu*. Para os integrantes dessa escola a política é um meio de vida. O sobrinho exalta o parentesco que tem e sabe que ele abrirá portas para o seu futuro. Não sabemos o seu nome, sua idade e suas características físicas, pois tudo isso é pequeno diante do fato de ser afilhado do seu tio.

Em segundo lugar, o sobrinho é o narrador da sua história e a apresenta aos leitores da forma mais descompromissada possível. Conhecendo suas acepções nada convencionais, a credibilidade de sua narrativa fica comprometida, pois ao exaltar a mentira como uma

*grande verdade da vida humana*, o leitor fica sem saber, às vezes, se suas opiniões são verdadeiras ou falsas, se as digressões filosóficas demonstram uma vaga erudição ou um conhecimento específico que não deixa de ser importante ao representante da escola do *Eu*.

Para o sobrinho a mentira é um elemento indispensável não apenas para o político profissional, mas para todos os indivíduos e está presente em todas as relações sociais. Ela sustenta as facções políticas, a imprensa diária, as secretarias de Estado, os discursos dos ministros, dos presidentes das províncias, o comportamento dos religiosos, estaria presente nos atestados médicos, nas lágrimas da viúva e no sorriso das donzelas.

O sobrinho conhece algumas características da política nacional ignorando outras importantes. Esse recurso é utilizado de forma proposital por Macedo que infiltra suas idéias nos questionamentos do sobrinho. Conhecendo os estadistas do *Eu*, como o sobrinho não entenderia o significado da visão que tem na noite em que dorme na estalagem do Senhor Constante depois de se *conciliar* com este? Por que ele se assusta com a visão? Como se surpreende com o desfile do império se o seu desejo é exatamente fazer parte daquele ambiente e quem sabe participar com destaque do desfile?

O sobrinho tem durante a viagem a companhia de um amigo do tio. O compadre Paciência é um lavrador, plantador de cana e mandioca. Homem incorruptível, sua figura auxilia o sobrinho nas decisões que toma na viagem e esclarece pontos do sistema político. Defende com paixão as instituições do império, como por exemplo, na defesa que faz da existência das assembleias provinciais, a importância do júri, do exercício do voto livre e na interpretação da visão que o sobrinho tem na casa do estalajadeiro.

Para Paciência a política não deveria ser meio de vida para ninguém condenando as práticas impostas pelo patrimonialismo. E ao contrário do sobrinho que defende a mentira e o exercício da hipocrisia, demonstra fidelidade às suas idéias e à importância de buscar sempre a verdade como caminho ético para o homem. Em sua visão não era necessário reformar nenhum setor da administração pública, as reformas serviam apenas para satisfazer desejos de poder de grupos sociais. Ao invés de reformar e modificar as leis do império, os políticos deveriam seguir a risca os preceitos constitucionais. Isso garantiria a ordem política e traria benefícios para toda a nação.

Durante toda a viagem o sobrinho aponta o desejo de ser um político profissional da escola do *Eu*. Para exemplificar essa política, o Senhor Constante é primordial. Ele assume

a figura do proprietário de terra que com sua influência determina a ação política em um determinado território. É o responsável, ao lado dos ministros de Estado na ineficiência das propostas constitucionais. Na sátira de Macedo, o estalajadeiro se identifica como partidário da política da conciliação.

A cidadania política é no período imperial um desejo longe de ser realizado tanto pelas leis constitucionais quanto pelo exercício da prática política. O Estado patrimonialista atendia às necessidades de um grupo que sempre esteve no poder, ganhando benefícios materiais e políticos, transformando o espaço público em um lugar contaminado por vícios, desvios de conduta onde a apropriação da coisa pública era legitimada pela própria estrutura política.

A construção da idéia de cidadania no Brasil tem uma particularidade; ao contrário dos países europeus, onde foram assegurados primeiros os direitos civis, no Brasil foram assegurados primeiro os direitos políticos, ao invés dos direitos civis. E mesmo assim, esses direitos políticos não eram assegurados de maneira efetiva. Mas, na sátira de Macedo, toda essa realidade poderia ser alterada se houvesse uma moralização na conduta dos agentes envolvidos na vida política do país.

Andrade (2002) mostra que o pesquisador interessado em literatura deveria perceber a maneira como os escritores recortam a realidade para através dela, perceber o que eles escolheram para nos mostrar e o que não nos mostraram. A análise que este trabalho empreendeu em *A carteira de meu tio* encontrou alguns desses aspectos. Macedo apresenta uma crítica política que atende aos interesses de um grupo político recortando a realidade de uma maneira parcial. A constituição do império é o documento que garantiria o total desenvolvimento da nação e deveria ser seguida por toda a população e principalmente pelos agentes políticos.

O que Macedo não mostra é que o sistema político imperial estava alicerçado sobre uma ordem que impedia a ação de muitos indivíduos na arena política. A cultura política que nasce no país reflete as expectativas do grupo social que a empreendeu desde o processo de colonização do país. A alteração das deficiências do sistema político só aconteceria se as estruturas sociais da sociedade brasileira fossem modificadas, como a questão da escravidão, o direcionamento dos processos eleitorais, as injustiças sociais.

Macedo não desvenda os mecanismos sociais por vários motivos, A confiança que deposita no funcionamento do regime monárquico é uma de suas idéias e ao defender que a mudança da situação política seria de ordem moral, o escritor não consegue desvendar os mecanismos sociais presentes nas relações de poder. Sua figura pública e a relação que tinha com o imperador do país, são fatores que impediam que Macedo fosse contundente em suas críticas sobre o exercício da política imperial.

Para Bourdieu (2002) a análise literária realizada pela sociologia implicaria no conhecimento dos elementos intrínsecos da obra, do contexto em que a obra foi produzida e da análise intertextual. Buscamos seguir essas proposições que permitiram a construção dos sentidos sociais presentes e ausentes em *A carteira de meu tio*. Aos olhos de outros leitores a obra de Macedo ainda reflete as imagens que temos da cultura política nacional.

## **Referências Bibliográficas**

## Literatura e Sociedade

- ANDRADE, Luciana T. de. *Literatura e Ciências Sociais*. Lócus: revista de história. Juiz de Fora, vol.6, n.2, p. 65-73, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *As Regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.  
\_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: T. Queiroz, 2002.
- DOGAN, Mattei. “Fragmentação das ciências sociais e recombinação de especialidades em torno da sociologia”. IN: *Sociedade e Estado*. n 1, v.XI. Brasília: Dept. Sociologia UNB, 1996.
- IANNI, Octavio. *A Sociologia e o mundo moderno*. Tempo Social; Ver. Sociol.USP, São Paulo, 1(1): 7-27, 1ª sem. 1989.
- MARTINS, José de Sousa (Org). *O imaginário e o poético nas ciências sociais*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2005.
- MACHADO, Maria Cristina T. *Lima Barreto: um pensador social na primeira república*. Goiânia: Ed. Da UFG; São Paulo: Edusp, 2002.
- POUND, Ezra. *ABC da literatura*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- RIOS, Sebastião C. *Ceticismo e ironia no pensamento social de Machado de Assis*. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade de Brasília, 1998.
- SENA, Custódia Selma. *Interpretações dualistas do Brasil*. Goiânia: Ed. UFG, 2003.
- TEIXEIRA, Vera. Pierre Bourdieu e as regras do campo literário. IN: *Veritas*. Porto Alegre: PUC, v.41, n.162, junho 1996, p. 237-242.
- THOMPSON, George. Apud PINHEIRO, Hélder.. *Poesia em sala de aula*. João Pessoa: Idéia, 2002.
- VELOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.1,n.2, 1988, p.239-263.

## **O Romantismo e a consolidação do campo literário**

### **Vida e Obra de Joaquim M. de Macedo (trajetória no campo e apreciação crítica)**

ALENCAR, Heron de. José de Alencar e a ficção romântica. *A literatura no Brasil. Era romântica*. Vol.III. Rio de Janeiro: José Olympio Ed. UFF, 1989. 3ª ed. "Macedo", p. 245 a 249.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. 2 vols. São Paulo: Ed. Martins, 1967.

COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

GOLDMANN, Lucien. *A sociologia do romance*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

JUNIOR, Caio Prado. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

KERN, Maria Lúcia B. Conceitos e métodos de análise do campo artístico. IN: *Veritas*. Porto Alegre: PUC, v.41, n.162, junho 1996, p. 229-236.

LINHARES, Temístocles. *Macedo e o romance brasileiro*. Revista do Livro, MEC/INL, n. 10, 1959, p.111 a 117; n.14, jun. 1958, p.97-105 e n.17, p. 127-134.

MASSAUD, Moisés. *A criação literária*. São Paulo: Cultrix, 1983.

SERRA, Tânia Rebelo C. *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

SCHLAFMAN, Léo (org) Os fantasmas de Joaquim Manuel de Macedo. *A carteira de meu tio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995, p.9-21.

SODRE, Nelson W. *História da literatura brasileira*. RJ: Civilização Brasileira, 1995. 4ª. Ed. p. 223-225.

SOUSA, J. Galante de. *Machado de Assis e outros estudos*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1959.

SOUSA, Luiz Carlos. Os modos de apropriação da obra de arte segundo Pierre Bourdieu. IN: *Veritas*. Porto Alegre: 1996, p. 47-55.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

## **Análise Sociológica A Carteira de Meu Tio**

- ALVES, Francisco de Assis. *Constituições do Brasil*. Brasília, INEP, 1985.
- CANDIDO, Antonio. *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p.11-80.
- CARVALHO, José M. de. *A Construção da ordem: a construção da elite imperial/Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro, UFRJ/Relume Dumará, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CELSO, Afonso. *Oito anos de parlamento*. Brasília: Ed. Da Unb, 1981.
- CONSTITUIÇÃO DO IMPÉRIO BRASILEIRO DE 1824
- COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- COTRIM, Gilberto. *História Global: Brasil e Geral*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil*. São Paulo: Global, 1999.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.
- IGLESIAS, Francisco. IN: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1985,v.9.
- \_\_\_\_\_. *História do Brasil*. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1996.
- GARCIA, Marília. *O que é constituinte?* São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GOUVEIA, Maurílio de. *Marquês Paraná: Um verão do império*. São Paulo: 2ª ed.
- LIMA, Manuel de O. *O Império Brasileiro: 1822-1889*. Brasília: Editora da Universidade de Brasileira, 1986. (Coleção Temas Brasileiros)
- MACEDO, Joaquim M. *A carteira de meu tio*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Memórias do sobrinho do meu tio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. *As Vitimas Algozes*. São Paulo: Scipione, 1999.
- NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, 5ª ed.
- NETTO, Edgar Leite Ferreira. *Os partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1995.
- NICOLAU, Jairo M. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

- PINTO, Céli Regina J. O Poder e o político na teoria dos campos. IN: *Veritas*. Porto Alegre: PUC, v.41, n.162, junho 1996, p. 221-227.
- RODRIGUES, José H. *A Assembléia Constituinte de 1823*. Petrópolis: Vozes, 1974.  
\_\_\_\_\_. *O Parlamento e a consolidação do império 1840/1861*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1982.
- SILVA, Carlos Dalmiro. *Evolução dos partidos políticos no Brasil*. (Disponível: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1503>).
- SOUZA, Francisco. B. Soares de. *O sistema eleitoral no império*. Brasília: Senado Federal, 1979.
- SOUZA, Laura de Mello. IN: MOTTA, L. D. *Introdução ao Brasil: Um Banquete nos Trópicos*. São Paulo: SENAC, 2004.
- TORRES, João C. de O. *A Democracia Coroada*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1957. (Coleção Documentos Brasileiros)
- WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1967.  
\_\_\_\_\_. *Economia e sociedade*. Brasília: UNB, 1994, v.1.



